AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico *ao DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito dos Projetos *(Per)cursos da graduação em História: entre a iniciação científica e a conclusão de curso,* referente ao EDITAL Nº 002/2017 PROGRAD/DIREN/UFU e *Entre a iniciação científica e a conclusão de curso: a produção monográfica dos Cursos de Graduação em História da UFU*. (PIBIC EM CNPq/UFU 2017-2018). (https://monografiashistoriaufu.wordpress.com).

Ambos visam à digitalização, catalogação, disponibilização online e confecção de um catálogo temático das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia. Para tanto, o autor deverá* entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE ARTES, FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
INSTITUTO DE HISTÓRIA

KALLIANDRA DE MORAIS SANTOS ARAUJO

"O Sertão virou mar": a Usina Hidrelétrica Serra do Facão e as desapropriações do entorno do rio São Marcos (2000 - 2010)

UBERLÂNDIA
2010

TC-4084
S.09(C)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE ARTES, FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
INSTITUTO DE HISTÓRIA

KALLIANDRA DE MORAIS SANTOS ARAUJO

"O Sertão virou mar": a Usina Hidrelétrica Serra do Facão e as desapropriações do entorno do rio São Marcos (2000-2010)

UBERLÂNDIA
2010

KALLIANDRA DE MORAIS SANTOS ARAUJO

"O Sertão virou mar": a Usina Hidrelétrica Serra do Facão e as desapropriações do entorno do rio São Marcos (2000-2010)

Monografia apresentada ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel e Licenciado em História.

Orientadora: Profª Drª Maria Clara Tomaz Machado

Uberlândia
2010

"O Sertão virou mar": a Usina Hidrelétrica Serra do Facão e as desapropriações do entorno do rio São Marcos (2000-2010)

Kalliandra de Morais Santos Araujo

Monografia apresentada ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel e Licenciado em História.

Uberlândia, 21 de dezembro de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Maria Clara Tomaz Machado - UFU
Orientadora

Prof. Dr. Antônio de Almeida - UFU

Prof. Dr. Cairo Mohamad Ibrahim Katrib - UFU

*"**ORIENTADOR:** adj. Que orienta e dirige; S.m. Diretor, guia. // Orientador educacional, vocacional, profissional, o especialista que orienta o aluno e o acompanha em sua vida escolar, que o aconselha nos rumos que deve seguir nos estudos imediatos, segundo suas aptidões, motivações, personalidade, predileções e de acordo com as possibilidades de colocação futura no mercado de trabalho."* Esta é a definição segundo o Dicionário Aurélio. Agradeço a minha orientadora Maria Clara Machado, por ter desempenhado tal função em minha vida. Muito obrigada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a meus pais, que se prontificaram sempre a ajudar e tentaram compreender minhas ausências em virtude da pesquisa, que exigiu, além das muitas viagens, muito tempo de leitura.

De modo especial, agradeço ao Bruno, meu companheiro, amigo e cúmplice. Sempre sustentou meus sonhos e tornou muitos deles realidade. Se não fosse por seu encorajamento, apoio e atenção, provavelmente este trabalho não teria sido concluído.

Sou grata aos meus colegas da Universidade, pelas descobertas que fizemos juntos nesse período que ficamos imersos em leituras. Juntos, discutimos até que conseguíssemos entender os desafios que era fazer da paixão por História uma profissão.

Aos professores do Instituto de História, que ao longo dessa trajetória muito me ensinaram e direcionaram leituras e discussões que fizeram de mim uma bacharel e licenciada no "Ofício" de Historiadora. Em especial, aos professores Antônio de Almeida e Cairo Katrib.

Agradeço aos atingidos pela barragem, moradores deste sertão goiano, que nos demonstraram a hospitalidade do homem do campo. Entre um cafezinho e outro, fomos servidos de histórias que fazem parte deste trabalho.

E, finalmente, agradeço a todos que compõem o POPULIS (Núcleo de Pesquisa em Cultura Popular, Imagem e Som), pelo apoio, amizade e horas de distração e diversão nos lanches da tarde, a toda a Equipe Pé na Serra. Aos professores, coordenadores e colegas, que tornaram essa minha primeira experiência em pesquisa um constante aprendizado.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABMS – Associação Brasileira de Mecânica dos solos e Engenharias Geotécnicas

ANA – Agência Nacional de Águas

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

APEGO – Associação dos Pescadores de Goiás

APP – Área de Preservação Permanente

ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres

BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China

CMB – Comissão Mundial de Barragens

DNAEE – Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica

EIA – Estudos dos Impactos Ambientais

FHC – Fernando Henrique Cardoso

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PBA – Programa Básico Ambiental

PRODECER – Progresso e Desenvolvimento para o Cerrado

RIMA – Relatório dos Impactos ao Meio Ambiente

SEFAC – Usina Hidrelétrica Serra do Facão

UHE – Usina Hidrelétrica

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: Balsa do Sr. Manuel Sotá. Fazenda Soledade, Catalão/GO. Acervo do Projeto de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural – SEFAC/UFU. Data: 23/01/2009. V

FIGURA 2: Rui Correia da Paixão, conhecido por "Rui Balseiro". Fazenda Soledade, Catalão/GO. Acervo do Projeto de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural – SEFAC/UFU. Data: 20/01/2009. 11

FIGURA 3: Dona Eva Dias Canedo. Fazenda Rancharia, Campo Alegre de Goiás/GO. Sua propriedade foi atingida pela barragem. Acervo do Projeto de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural – SEFAC/UFU. Data: 19/01/2009. 11

FIGURA 4: Ponte Carapina, sobre o rio São Marcos. Essa ponte foi demolida pela Sefac, que construiu outra para substituí-la. Catalão/GO. Acervo do Projeto de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural – SEFAC/UFU. Data: 23/01/2009. 14

FIGURA 5: Geraldo da Silva. Antigo morador da fazenda Rancharia. Sua propriedade foi atingida pela barragem. Campo Alegre de Goiás/GO. Acervo do Projeto de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural – SEFAC/UFU. Data: 23/01/2009. 22

FIGURA 6: Anívea Carolina de Jesus Fernandes, 57 anos, no preparo do doce de leite. Ela trabalha na propriedade de Joviano Aparecido Borges há 40 anos. Toda a sua casa foi inundada pela represa. Fazenda São João da Cruz de Baixo, Davinópolis-GO. Acervo do Projeto de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural – SEFAC/UFU. Data: 19/01/2009. 22

FIGURA 7: Colheitadeira de milho na propriedade do senhor Vladmir Viginoto Peres. Sua produção corresponde a 40% de todo o milho recebido pela maior empresa da região para beneficiamento de grãos. Campo Alegre de Goiás/GO. Acervo do Projeto de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural – SEFAC/UFU. Data: 19/01/2009. 27

FIGURA 8: Dona Eva Dias Canedo e seu esposo Sr. Lázaro. Fazenda Rancharia. Sua propriedade foi atingida pela barragem. Campo Alegre de Goiás/GO. Acervo do Projeto de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural – SEFAC/UFU. Data: 19/01/2009. 34

FIGURA 9: Vista da destilaria de cachaça produzida por de Luis Manteiga Álvares de Campo. Fazenda Pirapitinga dos Monteiros, zona rural de Campo Alegre de Goiás/GO. Deste local a área inundada pela barragem foi de 119 hectares, segundo depoimento do próprio morador. Acervo do Projeto de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural – SEFAC/UFU. Data: 30/01/2009. 35

FIGURA 10: O objeto de desejo. Vista do rio São Marcos a partir da propriedade do Sr. Álvaro Honorato, atingido pela barragem. Após a instalação da barragem, toda a mata em

torno do rio estará submersa. Catalão/GO. Acervo do Projeto de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural – SEFAC/UFU. Data: 23/01/2009. 36

FIGURA 11: Lourival Peixoto de Campos, 45 anos, casado. Comunidade do Varão, Davinópolis/GO. Acervo do Projeto de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural – SEFAC/UFU. Data: 22/01/2009. 38

FIGURA 12: Luis Manteiga Álvares de Campo, produtor rural e produtor de cachaça, e seu filho Luis Manteiga Álvares de Campo Filho, engenheiro agrônomo. Fazenda Pirapitinga dos Monteiros, zona rural de Campo Alegre de Goiás/GO. Deste local a área inundada pela barragem foi de 119 hectares, segundo depoimento do próprio morador. Acervo do Projeto de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural – SEFAC/UFU. Data: 30/01/2009. 40

FIGURA 13: Stefani e Marina. Netas de Dona Divina Dias Canedo, proprietária da fazenda atingida pela barragem. Fazenda Rancharia. Campo Alegre de Goiás/GO.Acervo do Projeto de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural – SEFAC/UFU. Data: 30/01/2009. 48

FIGURA 14: Dona Divina Dias Canedo, proprietária da fazenda atingida pela barragem. Fazenda Rancharia. Campo Alegre de Goiás/GO. Acervo do Projeto de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural – SEFAC/UFU. Data: 30/01/2009. 49

FIGURA 15: Placa na entrada principal da Usina Hidrelétrica Serra do Facão: "Há homens que lutam uns dias, eles são bons. Há homens que lutam alguns dias, eles são muito bons. Há homens que lutam muitos dias, eles são ótimos. Porém, há homens que lutam toda a vida. Estes...são imprescindíveis." Bertold Brecht. Catalão/GO. Acervo do Projeto de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural – SEFAC/UFU. Data: junho/2009. 60

FIGURA 16: Osíris Pimentel de Ulhôa. Dono da Fazenda "Meu Cantinho", Campo Alegre de Goiás/GO. Sua propriedade é atingida pela barragem. A sede da Fazenda "Meu Cantinho" será inundada pelo empreendimento. Acervo do Projeto de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural – SEFAC/UFU. Data: 30/01/2009. 61

FIGURA 17: Fazenda de José Rodrigues Martins. Catalão/GO. Sede da fazenda atingida pela barragem. Acervo do Projeto de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural – SEFAC/UFU. Data: 30/02/2009. 61

FIGURA 18: Atual propriedade do casal Domízio Felipe da Silva, 73 anos, e sua esposa Margarida Felipe da Silva, 76 anos. A antiga casa onde moravam em Rancharia foi atingida pela barragem. Acervo do Projeto de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural – SEFAC/UFU. Data: 30/01/2009. 68

FIGURA 19: Domízio Felipe da Silva e sua esposa, Dona Margarida da Silva. Campo Alegre de Goiás/GO. Tiveram sua propriedade atingida pela Sefac. Acervo do Projeto de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural – SEFAC/UFU. Data: 30/01/2009. 69

FIGURA 20: José Martins Borges. Fazenda São Bento, Davinópolis/GO. Parte de sua propriedade é atingida pela Sefac. Acervo do Projeto de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural – SEFAC/UFU. Data: 30/01/2009. 73

FIGURA 21: Thereza Pereira da Silva. Campo Alegre de Goiás/GO. Sua propriedade é atingida pela barragem. Acervo do Projeto de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural – SEFAC/UFU. Data: 30/01/2009. 74

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

1. A energia elétrica brasileira: entre a segurança e os desmandos do Estado 23
1.1 O rio São Marcos como objeto de desejo: outra perspectiva para o Sertão Goiano 36

2. As formas de resistir: os movimentos sociais, o MAB e as novas formas de negociação .. 50
2.1 "Vamos perder os vizinhos, o nosso lugar, o nosso lugar de viver": medos e incertezas frente às desapropriações 62

CONSIDERAÇÕES FINAIS 75

REFERÊNCIAS 78

FILMOGRAFIA 97



Figura 1 - Balsa do Manuel Sotá. Travessia do rio São Marcos

Sobradinho[1]

O homem chega, já desfaz a natureza
Tira gente, põe represa, diz que tudo vai mudar
O São Francisco lá pra cima da Bahia
Diz que dia menos dia vai subir bem devagar
E passo a passo vai cumprindo a profecia do beato
[que dizia que o Sertão ia alagar
O sertão vai virar mar, dá no coração
O medo que algum dia o mar também vire sertão
Adeus Remanso, Casa Nova, Sento-Sé
Adeus Pilão Arcado vem o rio te engolir
Debaixo d'água lá se vai a vida inteira
Por cima da cachoeira o gaiola vai, vai subir
Vai ter barragem no salto do Sobradinho
E o povo vai-se embora com medo de se afogar.
Remanso, Casa Nova, Sento-Sé
Pilão Arcado, Sobradinho
Adeus, Adeus ...

[1] Letra e melodia de Sá e Guarabyra.



Figura 2 - Rui Balseiro. Travessia sobre o rio São Marcos. Catalão/ GO



Figura 3 - Dona Eva Dias Canedo. Campo Alegre de Goiás/GO

INTRODUÇÃO

Dormia a pátria mãe tão distraída
Sem perceber era subtraída em tenebrosas transações.
Seus filhos erravam cegos pelo continente,
levavam pedras feito penitentes, erguendo estranhas catedrais.

Chico Buarque e Francis Hime (*Vai passar*, 1985)

Poucos assuntos despertam tanto a atenção das mídias e da comunidade em geral quanto as questões referentes à preservação. Se associada a isso estiver a questão ambiental, será motivo de ocupar as primeiras páginas dos jornais e revistas. Recentemente, a Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte, no Pará, teve lugar de destaque na imprensa; muito se discutiu sobre patrimônio histórico cultural, meio ambiente, as questões indígenas e as necessidades energéticas do país. Tal temática suscitou questionamentos sobre a preservação da cultura de um lugar, de um povo, de uma paisagem, e mais que isso, sobre a conquista e a corrida pelo desenvolvimento sem levar em conta os possíveis danos causados por uma grande interferência socioambiental. Nesse sentido, como afirma Ecléa Bosi[1], [...] a dominação de uma região age como uma conquista colonial e militar ao mesmo tempo, destruindo raízes, tornando os nativos estrangeiros de sua própria terra [...]."

Todas essas discussões são crescentes, na medida em que se torna necessário um investimento no país para sustentar o crescimento e sua posição frente a blocos como o do BRICs[2], e, concomitante a isso, é preciso repensar os limites que a natureza suporta os impactos socioambientais gerados com tais investimentos.

Tratados mundiais, acordos para a redução de emissão de gases, congressos sobre sustentabilidade, discursos políticos e partidos que fazem da causa ambiental sua bandeira são iniciativas que há algum tempo vêm chamando a atenção do mundo para a degradação de nosso planeta. É no contexto desse debate que o Brasil sediou a ECO 92, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que colocava em pauta a importância de um modelo de desenvolvimento que passasse a se preocupar em conciliar

[1] Neste trabalho as referências obedecem ao sistema autor–data, em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) - NBR 14724, de 2005, que dispõe sobre a apresentação de trabalhos acadêmicos.

[2] Criado ainda na época do governo de FHC (1995-2002), o termo BRIC é um acrônimo de Brasil, Rússia, Índia e China. Estes países formam um bloco dos que despontavam da condição de emergentes para futuras potências econômicas mundiais.

crescimento econômico e preservação dos recursos naturais. A preocupação com a ecologia foi fundamental para que se repensasse historicamente a questão do desenvolvimento aliada à não agressão ao meio ambiente, afirmam os estudiosos (Melnik e Sigaud, 1998; Vianna, 1992; Costa et al., 1990b).

A partir da minha primeira experiência como estagiária no Programa de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural, da Universidade Federal de Uberlândia, essas têm sido questões presentes no meu dia a dia. Em 2009, realizamos uma pesquisa no Sudeste Goiano, junto a comunidades afetadas pela construção da Usina Hidrelétrica Serra do Facão. O empreendimento UHE Serra do Facão atinge a zona rural dos municípios de Campo Alegre de Goiás, Catalão, Cristalina, Davinópolis, Paracatu e Ipameri. O objetivo foi documentar as práticas culturais populares, por meio de entrevistas, fotos e filmagem, tendo em vista a proposta da pesquisa de "[...] conhecer a dinamicidade da cultura local, e estabelecer através de entrevistas, depoimentos e histórias de vida, a história local pelo ponto de vista dos sujeitos sociais afetados." (KATRIB; MACHADO, 2008, p. 2).

A documentação que resultou da investigação foi organizada em um Centro de Referência, divulgada em livro e num documentário, de modo a possibilitar mais estudos sobre os temas tratados. A presente monografia é fruto desse material disponibilizado para pesquisa. Para além dessas ações compensatórias, deparamos com muitas narrativas que nos fizeram pensar sobre o que vem a ser esse deslocamento maciço de famílias afetadas pela construção de uma UHE, sem possibilidade de retorno ao lugar onde viviam, sobre suas angústias e medo frente ao novo.

Em seu texto "Culturas populares", Certeau (1994) discorre sobre as estratégias, astúcias e táticas, adotados ao longo desse processo de resistências e imposições, e explica que

> Mil maneiras de jogar, desfazer o jogo do outro, ou seja, o espaço instituído por outros, caracterizam a atividade, sutil, tenaz, resistente, de grupos que, por não ter um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e de representações estabelecidas (CERTEAU, 1994, p. 114).

Os moradores do entorno do Rio São Marcos nos revelaram que o estático se restringe às imagens de santos e fotos de familiares penduradas nas paredes. De forma que analisar esse meio rural não se limita a pensar em agricultura, em gado de leite ou de corte, ainda que essas sejam as atividades econômicas mais frequentemente encontradas.

Cada sociedade produz seu espaço e determina os ritmos de sua vida expressando sua função social, projetos, desejos. O cerrado goiano, como qualquer outro território, tem suas

particularidades, uma forma própria de pensar o viver, o morar, o produzir, o relacionar-se, o lazer, a memória. Quando uma interferência externa, um rompimento programado no ritmo natural da vida, recai sobre uma sociedade, nos faz pensar até que ponto a questão cultural é fator determinante para o homem do campo resistir e permanecer existindo como pequeno produtor, frente a tantos investimentos e avanços tecnológicos.

Na imagem abaixo, temos a Ponte dos Carapina (Fig. 4), que agora está submersa. Essa ponte era usada pelos moradores para travessia e acesso a municípios vizinhos. No desvio no rio, a empresa precisou demoli-la para utilizar o espaço, e construiu outra ponte que, para alguns, ficou inviável, pois o acesso a ela se dá pela rodovia, sendo necessária uma estrutura maior, além de representar um custo mais elevado.



Figura 4 - Ponte Carapina sobre o Rio São Marcos, Catalão-GO. Essa ponte foi demolida. Uma outra foi construída pela Sefac.

No século XIX, o estado Goiás caracterizava-se por sua economia rural, com atividade agrícola ainda baseada em escambos, num sistema de trocas entre produtores. A economia era basicamente de subsistência, o gado bovino era a principal fonte de renda. De 1943 a 1953, a Fundação Brasil Central implanta uma política para absorver o excedente da mão de obra em

decorrência da decadência da produção cafeeira e estimula a produção de alimentos mais baratos, visando suprir os centros urbanos nascentes na região, sendo um exemplo desses centros em formação a capital, Goiânia.

O Sistema Nacional de Crédito Rural permitiu que os pequenos e médios produtores pudessem ter acesso, mesmo que ainda de forma restrita, às novas tecnologias existentes para viabilizar as atividades no campo, uma forma de sobrevivência e permanência no campo. Os recursos não atenderam de forma homogênea a todos os produtores rurais (FERREIRA, 1958).

Na região Centro-Oeste, a partir de 1970, "[...] o Estado passa a intervir diretamente nas formas de organização de agricultura e na política agrícola, promovendo a modernização do setor." (MENDES, 2005, p. 28). Tais recursos inseriram neste meio estratégias produtivas agrícolas e não agrícolas para os produtores familiares, e excluíram desse "desenvolvimentismo" alguns pequenos proprietários, meeiros, parceiros que ficaram impedidos de promover melhorias em suas propriedades ou produção.

O cerrado, após essa política de modernização, passa a ser mais atraente para a exploração de milho e soja, o que promove alterações significativas na paisagem e na vida daqueles que dependiam das atividades rurais. O agronegócio fica fortalecido e, consequentemente, as pequenas propriedades ficam às margens dos benefícios públicos (MENDES; CLEPPS, 2005/2006).

A pesquisa de Katrib e Machado (2008), *(DES)Caminhos da memória*: caminhos de muitas histórias: levantamento e registro do Patrimônio Histórico-Cultural dos municípios atingidos pela UHE Serra do Facão oferece diversas perspectivas para serem exploradas como matéria-prima para trabalhos acadêmicos. Nossa proposta é realizar uma análise desse cenário desde os anos 2000, quando a instalação da Usina se materializa, até o ano de 2010, quando acontecem as desapropriações, indenizações e o deslocamento dos moradores do vale do rio São Marcos.

Durante as entrevistas realizadas com os desterrados pela construção da hidrelétrica, fica evidente a relação entre história e memória[3]. Assim, o episódio da chegada da barragem é relatado sob diversas perspectivas, com pitadas de imaginário e saudosismo de uma época. Dentre algumas particularidades das narrativas, ouvimos histórias de apego à vizinhança, histórias de apego à terra, à região, à lida no campo. Tais expressões sobre o antigo modo de vida, no dizer de Ecléa Bosi (1987), cumprem uma função social: a busca da memória e das

[3] Sobre memória, consultar: Bresciani e Naxara (2001), Le Goff (1984), Sarlo (2007), Lowenthal (1998), Gagnebin (1998), Pinto (1998), D'Alessio (1998), Ricouer (2007), Albuquerque Júnior (2007), Bologna (1987).

lembranças é que dá o sentido da história presente. No texto "Os trabalhos da memória", que apresenta a obra da referida autora, Marilena Chauí explica que

> [...] o modo de lembrar é tão individual quanto social: o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária e, no que lembra e no como lembra, faz com que fique o que tem significado. O tempo da memória é social, não é porque é o calendário do trabalhador e da festa, do evento político e do fato insólito, mas também porque repercute no modo de lembrar. (CHAUÍ, 1987, p. 31).

A construção da barragem e a incerteza se ela chegaria um dia provocou a compra e venda de propriedades, a especulação imobiliária e a ansiedade dos moradores do vale do rio São Marcos por saber que atitude tomar em relação a suas propriedades. Por quatro décadas os moradores se questionaram se valia a pena investir em suas terras, se a barragem seria materializada, e se ela viesse a acontecer o que seria de suas vidas. Considerando tal situação, procuramos destacar um conjunto de interesses, reivindicações e negociações feitas entre os diversos atores envolvidos.

O que nos motivou a desenvolver esta monografia por este ângulo foi a observação do paradoxo existente entre a idéia de progresso do desenvolvimento econômico social do país e as medidas concretas para efetivá-lo, bem como a forma como isso afeta a realidade das pessoas atingidas diretamente por tais ações. Para tanto, buscamos construir um diálogo através de análise documental sobre a Usina Hidrelétrica Serra do Facão, Programa Básico Ambiental (PBA), Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais (EIA/RIMA), outros documentos como os relatórios e laudos sobre a região, laudo de avaliação patrimonial, jornais da Sefac, entrevistas com a população atingida.

Desse modo, o trabalho busca iniciar uma discussão acerca da construção da UHE Serra do Facão e seus impactos socioterritoriais, especificamente nos seis municípios atingidos – cidades que, dentro de sua trajetória histórica, não têm somente presenciado, mas vivido as imposições verticais do poder público e privado em suas relações de espaço, tempo e território. Os moradores do vale do rio São Marcos ficam à margem da decisão sobre suas vidas, que são remexidas à revelia de sua vontade.

Para desenvolver este tema, usamos a história do lugar, a trajetória desse cenário frente à concepção de desenvolvimentismo no país e, principalmente, a análise de depoimentos dos atingidos pela barragem. Através da história oral, buscamos recuperar as experiências dessas pessoas que viveram a expectativa desse empreendimento e suas

consequências, suas impressões do passado e do que está por vir depois da instalação da usina. De acordo com Thompson (1992, p. 123),

> A História Oral pode ser utilizada por alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação. Pode derrubar barreiras que existe entre professores e alunos, entre gerações, entre instituições educacionais e o mundo exterior, ela é capaz de produzir história – seja em livros, museus, rádio ou cinema – pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fenomenal, mediante suas próprias palavras.

Trabalhar com esta metodologia nos permite ir ao encontro de registros que estão na memória dos entrevistados. Trabalhamos considerando que a memória possui uma dimensão dinâmica, pois um entrevistado, ao narrar um fato, o submete a uma dupla interpretação sobre o que viveu num determinado momento de seu passado, porém acrescida da perspectiva temporal, ou seja, acrescida de experiências e avaliações decorridas até o momento da própria narração. A respeito da coleta de informações por meio da história oral, Santos (1997, p.98) observa:

> História oral é uma forma de interpretação que a volta ao passado acontece no presente, ou seja, visto a partir de tudo o que se passou na vida da pessoa desde aquele passado até este presente momento. Quem fala faz as escolhas, elenca o que quer dizer e a maneira que quer dizer sobre sua atuação no seu passado.

Nesse sentido, uma vez que a experiência de vida das pessoas pode ser utilizada como matéria-prima, a história ganha nova dimensão. A história oral oferece, uma fonte bastante semelhante à autobiografia publicada, mas com maior alcance. Os historiadores que usam como ferramenta a história oral podem escolher exatamente a quem entrevistar e a respeito de quê perguntar, pois a entrevista constitui, também, um meio de descobrir documentos escritos e fotografias, que de outro modo não teriam sido localizados.

A história oral torna-se imprescindível quando se quer obter informações não registradas por fontes escritas, ou então quando as informações precisam ser completadas. Através das entrevistas com os ex-moradores do vale do rio São Marcos, pudemos registrar as experiências de cada um nesse processo dinâmico e com isso contribuir para o reconhecimento de seu valor, pois a experiência pessoal e de uma comunidade é um veículo importante de recuperação e revalorização do próprio indivíduo. Quando narra sua trajetória, o indivíduo se sente inserido naquele contexto, percebe sua função como agente ativo nela e capaz de alterá-la, significá-la, conduzi-la.

Segundo a interpretação de Thompson, a história oral propicia uma dialética entre informação e interpretação, entre classes e gerações; construída em torno de pessoas, faz um jogo que "traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade." (THOMPSON, 1992, p. 26).

Em meios aos depoimentos apresentados ao longo do trabalho inserimos fotografias[4], como forma de não somente ilustrar o texto, mas de representar materialmente o que foi visto, dito e lembrado, como forma de mostrar lugares que agora estão imersos nas águas do rio São Marcos e na memória dos que ali viveram.

A imagem fotográfica, assim como a narrativa, também informa com suas expressões, estéticas e recursos próprios. A fotografia estimula à lembrança, a reflexão, a reconstituição KOSSOY (1989, p. 3).

> [...] fotografia é memória e com ela se confunde. Fonte inesgotável de informações e emoções. Memória visual do mundo físico e natural, da vida individual e social. Registro que cristaliza enquanto dura, a imagem escolhida e refletida de uma ínfima porção de espaço do mundo exterior. É também a paralisação súbita do incontestável avanço dos ponteiros do relógio: é pois o documento que retém a imagem fugidia de um instante de vida que flui ininterruptamente. (PANOFSKY , 1979, p. 24).

A fotografia é um duplo testemunho, representa a cena passada. Segundo Kossoy (1989, p.14), "toda fotografia representa uma cena passada, é um testemunho de uma criação. Por outro lado, ela representa a criação de um testemunho."

Ao lado das imagens coletas e da história oral, também usamos documentos, como atas de reuniões com a empresa e os afetados, caderno de valores, estudos e relatórios de impactos ambientais (EIA/RIMA), fotos, vídeos, programa de indenização e remanejamento da população, laudos da avaliação patrimonial, além de leituras sobre o tema em revistas acadêmicas e de pesquisa bibliográfica de autores reconhecidos.

Nossa preocupação é, através deste trabalho, tocar em questões relevantes sobre as resistências, os enfrentamentos diários da adaptação frente ao novo, repensar os projetos políticos desenvolvimentistas e a que tipo de interesse eles atendem. Segundo Pierre Nora (1988, p. 191),

> O acontecimento tem como virtude unir num feixe significações esparsas. Ao historiador cabe desuni-los para voltar da evidência do acontecimento à colocação em evidência do sistema. Pois a unicidade para que se torne

[4] Sobre o uso de fotografias e imagens para a História, ver: Aumont (1993), Benjamin (1985), Burke (2004), Borges (2008), Granet-Abisset (2002), Lima e Carvalho (2009), Napolitano (2006), Nova (2000), Paiva (2002), Kossoy (1989), Kubrusly (1983).

> inteligível postula sempre a existência de uma serie que a novidade faz surgir.

O referencial que sustenta nossas análises se vincula à História Cultural (CHARTIER, 1998, 2003, 2006; BURKE, 2000), uma vez que essa perspectiva permite pensar as múltiplas conexões entre o passado e o presente, entre o real e o imaginário, entre a vida material e as dimensões simbólicas da sociedade (BHABHA, 2001; GINZBURG, 1987; HALL, 2003; THOMPSON, 1998). Sob essa leitura podemos compreender as falas dos atingidos, as memórias que persistem e as que são ressignificadas, os medos e a angústia de quem se vê impelido a adaptar-se a novos ambientes. As resistências, as astúcias e estratégias são amplamente verificadas nas práticas do dia a dia, na maneira de receber, "jogar e desfazer o jogo do outro". (CERTEAU, 1994).

Considerando essas ferramentas e à luz da História Cultural, temos a condição de desenvolver um trabalho consistente do ponto de vista historiográfico, identificando nas formações e manifestações culturais representações simbólicas, sendo assim uma maneira de pensar o social enquanto uma teia de complexas relações e significados.

Esta abordagem é apenas uma das possibilidades de estudo, vale ressaltar que há inúmeras abordagens a serem estudadas. Usando como pano de fundo a História Cultural para nos amparar, ainda resta um vasto leque de possibilidades. Eleger a cultura como campo privilegiado de nossa reflexão faz com que outras ainda não exploradas possam ser abordadas pelo material organizado em acervo. Esta escolha nos permitiu investigar e abordar temas e leituras discutidos ao longo deste trabalho. Assumimos com Chauí que:

> [...] a cultura é mais do que belas artes. É memória, é política, é trabalho, é História, é técnica, é cozinha, é vestuário, é religião, é festa etc. Ali onde seres humanos criam símbolos, valores, práticas, há cultura. Ali onde é criado o sentido do tempo, do visível e do invisível, do sagrado e do profano, do prazer e do desejo, da beleza e da feiúra, da bondade e da maldade, da justiça e da injuria, ali há cultura. (CHAUÍ, 1992, p. 31).

A cultura é sempre o lugar da pluralidade e por isso abarca esse vasto leque de possibilidades. Esta reflexão se beneficia das contribuições de Stuart Hall, em seu texto sobre cultura popular:

> A Cultura Popular considera o domínio das formas e atividades culturais como um campo sempre variável. [...] O significado de uma forma cultural e seu lugar ou posição no campo cultural não está inserido no interior de sua forma. [...] O significado de um símbolo cultural é atribuído em parte pelo campo social ao qual está incorporado, pelas práticas às quais se articula e é chamado a ressoar. O que importa não são os objetos culturais intrínseca ou

> historicamente determinados [...] o que conta é a luta de classes na cultura ou em torno dela. (HALL, 2003, p. 257-258).

Para compreender o âmbito social em que estamos inseridos enquanto um campo de tensões, as análises sobre as formas de resistir passam pela leitura de trabalhos ligados aos movimentos sociais e também pela análise das práticas, tradições, crenças, valores e significados da História e memória em seus diferentes suportes e referências culturais.

Conforme mencionamos anteriormente, o interesse pelo tema deste estudo surgiu com o nosso envolvimento no projeto de pesquisa citado acima, que nos colocou em contato direto com os atingidos pela barragem ao longo de quinze meses. Desta forma, pudemos perceber maneiras distintas de lidar com o passado a partir de questões do presente. Aprendemos que para conduzir as entrevistas e interpretá-las é importante permitir-se ler as entrelinhas e dialogar com elas; pensar o que foi dito e o que não foi, e qual o motivo dessas escolhas.

O passado é valioso, não em sentido nostálgico ou saudosista e sim pelo fato de que qualquer que seja a comunidade, primitiva ou futurista, ele existiu e é responsável que pela formação de cada indivíduo e comunidade. Para Hosbawn, ao tornar-se parte de uma sociedade, o ser humano recorre a seu passado:

> [...] todo ser humano tem consciência do passado (definido por um período imediatamente anterior aos eventos registrados na memória de um indivíduo) em virtude de viver com pessoas mais velhas. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. (HOBSBAWN, 1998, p. 22).

Para melhor compreender esses espaços e suas especificidades, optamos por fazer uma leitura sobre a cultura dos sujeitos que os compõem, segundo a orientação de Machado (1994, p. 76):

> [...] os profissionais da Nova História Social ou da História da Cultura, como preferir, elegeram, na sua grande maioria, como sujeitos da História, as pessoas comuns, intitulados na versão de Davis de "gente modesta", "de classe subalternas" para Ginzburg, "classes trabalhadoras" para Thompson e de "excluídos sociais para Michelle Perrot."

A monografia está estruturada em dois capítulos, além desta Introdução e das Considerações finais. O primeiro capítulo apresenta uma contextualização entre os projetos políticos brasileiros e as alternativas para atingi-los, através da história do investimento

crescente em produção energética no Brasil. Aborda ainda o PAC[5] e sua função nesta perspectiva, suas prioridades e investimentos.

No segundo capítulo, eixo central desta monografia, descrevemos a trajetória da construção da UHE Serra do Facão na região do Sudeste Goiano, as aproximações da empresa responsável pelo empreendimento, a aceitabilidade da comunidade atingida, o conflituoso discurso entre a empresa e os movimentos de resistência, a igreja e, a partir das falas dos atingidos, as sensações e percepções da alteração de suas vidas após a chegada e a concretização da barragem. Trataremos das cidades atingidas e das relações modificadas, das desterritorialidades que já têm causado um desconforto entre alguns dos envolvidos, considerando que estas modificações nas referidas cidades estão apenas se iniciando.

Nas Considerações finais, além de destacar questões-chave do trabalho, tecemos considerações sobre a atual situação dos afetados, destacando os questionamentos futuros que esse deslocamento irreversível, ocasionado pela subida das águas do rio, poderá marcar aqueles que viviam no entorno do rio São Marcos.

---

[5] O PAC é um programa do governo Federal, de expansão do crescimento econômico do país. Ele é um novo conceito de investimento em infraestrutura que, aliado às medidas econômicas, pretende estimular os setores produtivos e ao mesmo tempo levar benefícios sociais para todas as regiões do país. Para o estado de Goiás, o PAC investirá até o final de 2010 o montante de aproximadamente R$ 15.975,9 milhões em projetos de logística, energética social e urbana, sendo que para os empreendimentos energéticos serão R$ 7.905,2 milhões. O empreendimento UHE Serra do Facão tem previsto como investimento do PAC R$ 863,8 milhões. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac>. Acesso em: 12 dez. 2009. Anteriormente, quem iniciou a obra foi à empresa GEFAC. Posteriormente, a composição acionária final coube ao Sefac, que estabelece associação com a Furnas Centrais Elétricas S.A. que detém 49, 5% de participação no consórcio. A Alcoa Alumínio S.A responde por 30%, e a DME Energética e a Camargo Corrêa Energia S.A possuem 10% cada. A Serra do Facão Energia S.A. é a empresa responsável pela implantação do aproveitamento hidrelétrico que também possui linha de transmissão e formação do reservatório. Disponível em: <http://www.sefac.com.br>. Acesso em: 15 out. 2009.



Figura 5- Geraldo Felipe da Silva. Campo Alegre de Goiás/GO

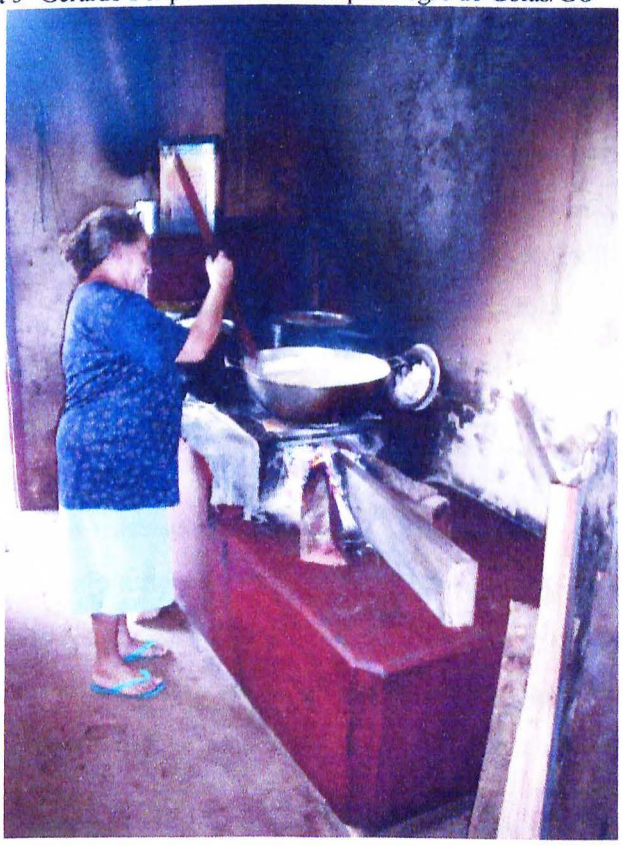


Figura 6 - Anívea Carolina de Jesus. Davinópolis/GO

1. A energia elétrica brasileira: entre a segurança e os desmandos do Estado

> *Se você me perguntar se as novas estradas e hidrelétricas, os novos portos foram um trabalho importante dos últimos anos, eu digo sim. Mas se você me perguntar se o uso que foi feito desse progresso material, digo não. Com esse equipamento extraordinário poderíamos ter alcançado uma sociedade mais justa.*
>
> Milton Santos, *O país distorcido* (2002)

A reflexão de Milton Santos (2002) sobre a implantação de grandes empreendimentos no território brasileiro traz à tona toda a discussão em torno do desenvolvimento implantado no país, principalmente no que se refere à interferência do homem no curso da natureza. Há todo um ecossistema de vida aquática, mata ciliar e comunidade ribeirinhas, que devem ser objeto de estudo para a realização de um empreendimento como uma barragem.

Sobre esse tipo de exploração, a *Folha de S. Paulo*[1] denuncia:

> [...] O cerrado brasileiro perdeu nos últimos anos uma área de vegetação ainda maior que a área desmatada da Amazônia. [...] A diferença registrada pelos satélites entre os anos de 2002 e 2008 é proporcional a 12 vezes a cidade de São Paulo, mostra levantamento divulgado pelo Ministério do Meio Ambiente. [...] Por ano o cerrado perdeu, em média, 21.260 quilômetros de vegetação original. [...] O cerrado abriga metade do potencial hidrelétrico do país e já perdeu quase metade (48,2%) da sua vegetação original.

Essa questão, contudo, não é objeto específico deste trabalho. A questão do desmatamento do cerrado é, sem dúvida, importante para pensar uma das possíveis consequências do tipo de projeto desenvolvimentista aplicado no Brasil, porém nossa questão é em torno do impacto social, das possíveis consequências de empreendimentos como a construção de uma usina hidrelétrica sobre os indivíduos diretamente afetados por ela, bem como sobre as maneiras de resistir dessas pessoas.

No Brasil ainda predominantemente agrário do início do século XVIII, paradoxalmente conviviam os resquícios de um regime imperial e a busca pelo moderno, pelo desejo de ascensão, de adentrar o universo dos países emergentes economicamente, com as indústrias nascentes e, consequentemente, o investimento em energia elétrica para supri-las.

---

[1] SALOMON, Marta. Ritmo de desmate do cerrado é duas vezes o da Amazônia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 set. 2009. Caderno Mundo.

Com essa preocupação, o país passa a receber investimentos estrangeiros e a explorar de forma considerável seu potencial energético hídrico. O Brasil passa a viver um ciclo em que uma indústria alimenta a outra e se faz necessário investir em produção energética para as indústrias, e, neste ciclo, se faz necessário o crescimento industrial para justificar os altos investimentos neste setor.

Nos grandes rincões interioranos, as empresas produtoras de energia eram ainda pertencentes às famílias que, por um período, foram às responsáveis por gerar luz e iluminar as idéias progressistas presentes nos discursos políticos, como relata Maria Letícia, uma de nossas entrevistadas:

> *[...] a Usina Major Aristides. É o nome do meu avô, o pioneiro. Nós temos aqui que contar que ele foi o pioneiro em energia aqui em Goiás. Era da propriedade do meu avô! Ele foi comprando todo maquinário importado da Suécia trazido de navio até Santos e de caminhão até aqui. [...] Meu povo era um povo progressista e inteligente, a prova é que meu avô fez isso tudo pela cidade, como eu já contei pra ela: a primeira bicicleta, a primeira luz elétrica do estado de Goiás todo! A primeira luz elétrica de Paracatu e sul de Minas também foi implantada por ele... E vejam agora também o que ele falava: A luz nas casas pro povo ter luz!" Porque ele tinha ido ao Rio, e quando ele foi lá pra conhecer a luz elétrica, ele trouxe um pendente, dependurou na casa dele e falou: "Só vou sossegar quando eu tiver jeito pra ver essa luz acender". Então ele começou com um rego d'água, que acionava um dínamo, uma roda d'água, e depois então é que veio a primeira usina hidrelétrica.*[2]

Muitas histórias como essa podem ser encontradas pelo interior do país. Trabalhar com a história da energia elétrica levanta a questão sobre quais as preocupações do país de acordo com cada época. Por este viés, fica evidente que a cada período as transformações e os investimentos trazem uma vertente e um direcionamento do que se pretende enquanto um projeto para o Brasil. A dinâmica é conduzida de acordo com um plano político e a implantação do que se pretende como investimentos econômicos. Junto a tais projetos é importante considerar o impacto no imaginário local, bem como suas conexões com o ideal de progresso.

O contato inicial do Brasil com a energia elétrica ocorre ainda no período imperial. A partir do Segundo Império, sob a regência de D. Pedro II, as águas passaram a ter um papel-

---

[2] Maria Letícia Lopes Miranda. Depoimento concedido à pesquisadora. Ipameri, 2009.
Na transcrição dos trechos das entrevistas/depoimentos, optamos por não adequar as palavras dos entrevistados à norma culta; assim, reproduzimos suas falas mantendo a peculiaridade de sua pronúncia, de modo a apresentar esses sujeitos o mais fielmente possível. Os recortes são transcritos em itálico para diferenciar-se das citações de trechos de publicações.

chave no país, após o desenvolvimento de métodos para a produção de eletricidade por geradores. Em 1883, entrou em operação no Brasil a primeira usina hidrelétrica brasileira, localizada no Ribeirão do Inferno, afluente do rio Jequitinhonha, na cidade de Diamantina (MG). Em 1879 tem início a iluminação elétrica do Rio de Janeiro, como se lê no estudo de Cruz (1994) sobre *A eletricidade no Brasil*:

> Logo após Thomas Edison demonstrar pela primeira vez o uso da lâmpada elétrica em 1879, no Rio de Janeiro inaugurava a iluminação elétrica da estação central da Estrada de Ferro D. Pedro II (depois Central do Brasil). Abastecidas pela energia de dois dínamos, seis lâmpadas Jablockhov tomaram lugar dos 46 bicos de gás que até então faziam a iluminação do local. (CRUZ, 1994, p. 3).

No início do século XX, apoiado em seu discurso progressista, investir em energia elétrica passa a ser sinônimo de uma força motriz inevitável para o progresso do Brasil. O capital estrangeiro passa a ter livre acesso a este tipo de investimento no país, porém há um descompasso entre as grandes cidades e o interior do país, que não atrai estes investimentos, ficando a cargo dos próprios moradores investir e empreender rumo à almejada industrialização sustenta pela energia. Sendo assim, essas usinas ficam sendo de responsabilidade das poderosas famílias e coronéis no interior do país. Este período é marcado pelo início da construção de uma série de usinas hidrelétricas, o que tornou o Brasil um dos maiores produtores de energia renovável do mundo, junto com o Canadá.[3] Foi também nessa época que, diante do crescimento de consumo e da estiagem prolongada, o governo brasileiro iniciou a construção de grandes represas e a interligar as usinas hidrelétricas entre si, para evitar desabastecimento de energia.[4]

"Uma corrida desorganizada rumo ao progresso" (CRUZ, 1994) deixa marcas num cenário de disputas entre o capital estrangeiro e os investimentos advindos das famílias interioranas, que acompanham de longe, com entusiasmo, a novidade da geração de energia. Este imenso interior fica às margens do interesse do capital estrangeiro e do que este tipo de investimento abarca.

Durante o chamado Estado Novo, o potencial do Sertão Goiano não mais seria desperdiçado. A extração dos preciosos recursos naturais e humanos do sertão asseguraria a prosperidade da nação, como justificava o próprio presidente Getúlio Vargas:

---

[3] Sobre história das construções e empreendimentos hidroelétricos, ver Carone (1976), Dias (2007), Sampaio (1987).

[4] Informações disponíveis em: <http://www.eln.gov.br/opencms/opencms/>. Acesso em: 12 out. 2010.

> [...] o Brasil, um país tão rico de recursos naturais e um povo como o nosso, não precisa olhar para além do seu próprio quintal esquecido. Temos muitos vales férteis e vastos [...] de onde os instrumentos de nossa defesa e do nosso progresso industrial serão alimentados. (IBGE, 1942, p. 196).

A chegada do progresso, já há algum tempo, delineava uma nova proposta de crescimento para o país (MACHADO, 1998). Com o governo de Juscelino Kubitscheck (1956-1961), um novo ritmo se estabelece. A modernidade afeta os lugares, antes bucólicos, os sertões, o rural e o agrário. O desejo do progresso não era um sonho isolado de JK, dele partilhavam milhares de brasileiros moradores das cidades ou das zonas rurais. Tal fato só foi possível pela criação de uma determinada infraestrutura, como as redes transmissoras de energia, que integravam lentamente a paisagem do cerrado e dos vários rincões do interior do Brasil aos grandes centros do país.

O Plano de Metas desse governo dobrou a produção industrial brasileira, instalou a indústria automobilística, rasgou quilômetros de estradas de rodagem e construiu Brasília. A pouca atenção dada aos problemas agrários repercutiu na escassez na alta dos produtos alimentícios, no aumento das tensões sociais e na intensificação da migração rural para as cidades (RODRIGUES, 1992; BARBOSA, 1988; BENEVIDES, 1979; JAGUARIBE, 1975; WEFFORT, 1978).

Os investimentos aplicados transformaram os sonhos de um visionário em materialidade, mesmo considerando o endividamento externo do país, a inflação desenfreada e os baixos salários (PAES, 1992; IANNI, 1968; MELLO; NOVAIS, 1998). Se, no discurso político, em cinco anos o tempo esticou-se como se fossem cinquenta, as rodovias, o progresso, a produção/circulação e o consumo de mercadorias não diminuíram a importância do universo rural, mesmo quando uma grande quantidade de pessoas passou a ter nas cidades a projeção de dias melhores (SCHWARZ, 1994).

Numa outra perspectiva desenvolvimentista, os governos militares (1964-1985) desencadearam novas transformações nesse cenário, substituindo as picadas e os trieiros por homens e máquinas que desbravavam o Sertão Goiano. Esses novos rumos não se resumiam apenas à cidade, o campo também se modifica. Os pequenos proprietários se veem sugados pelos grandes latifúndios e, pelas janelas dos seus ranchos e residências, assistem a toda essa dinâmica. Muitos não acreditavam que o poder divino das chuvas pudesse ser reproduzido pelo ir e vir dos pivôs centrais que tornaram o cerrado numa enorme fábrica de grãos[5].

[5] Para aprofundamento sobre os planos e projetos econômicos voltados para os cerrados, ver: Gonçalves Neto (1997), Machado (1998), Pessôa (1988).

Atônito, o homem do campo não se curvou a tanto progresso, pois nos seus pequenos pedaços de terra continuava cultivando o alimento que chegava às mesas de grande parte da população brasileira.

Com o tempo, percebeu que o progresso e as novas tecnologias poderiam também lhes trazer benefícios, e dentro de suas possibilidades foi-se adequando a essa nova conjuntura brasileira (BRASIL, 1974, p. 41-43).[6] O cerrado modificou-se e um mar de grãos redesenhou a sua paisagem rural. Soja, café, milho, algodão e pecuária extensiva coloriram de diversas tonalidades a terra antes considerada improdutiva (BRANDÃO, 2009).



Figura 7 - Colheitadeira de milho na propriedade do Sr. Vladmir Viginoto Peres. Sua produção corresponde a 40% de todo o milho recebido pela maior empresa da região para beneficiamento de grãos. Campo Alegre de Goiás, GO.

Para compreendermos esse quadro de modernização, é imprescindível mencionar que a região teve investimentos significativos para seu desenvolvimento, como o Polo Centro e outros projetos agropecuários de vulto, tais como o PRODECER (Fig. 7), o Pró-Várzeas, o

[6] O Polo Centro abrangeu os estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, totalizando uma área de 785.472 Km^2 em 202 municípios. Através deste plano se definiram duas áreas: as "prioritárias" – constituíram o conjunto de municípios beneficiados por recursos na ordem de 40%, para implantação de infraestrutura de apoio à produção e de 60% para os recursos do crédito rural; e as "secundárias" – definidas como um conjunto de municípios no entorno dos primeiros.

Profir. O segundo deles se refere ao Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados (PRODECER), que ocupava uma área de 11396 ha, criado com o objetivo de ser um polo de difusão de tecnologia específica para o cerrado. Do ponto de vista econômico, os resultados desses projetos têm sido avaliados de forma positiva, na medida em que têm logrado êxito na produção de soja em grão e de sementes selecionadas para o mercado externo. Todavia, da perspectiva social, a crítica relevante é a de que, mesmo beneficiando a região do cerrado, apenas os grandes proprietários foram contemplados, intensificando a concentração de terras e as desigualdades sociais. Além disso, com as técnicas utilizadas, o bioma do lugar foi severamente afetado (BRANDÃO, 2009).

O exotismo das torres de alta tensão, coloridas pelo cinza metálico dos fios, conecta as diferentes regiões do Brasil. Nessa tessitura, a produção de energia é sinônimo de melhorias, e o Brasil, no início do século XX, sob essa expectativa progressista, incorporou a necessidade da eletricidade, elegendo-a como um dos ícones do desenvolvimento. A história da eletricidade no país tem início na época do Império (CRUZ, 1994; CARONE, 1976; ELETROBRÁS, 1999), coincidindo com o mesmo período dos países mais avançados. Até então, só as grandes metrópoles eram servidas por companhias internacionais, tal como a Light Energia S.A. No interior, as primeiras experiências se deram por iniciativa particular e, especificamente em Goiás, a primeira grande usina hidrelétrica de responsabilidade do poder público foi a de Cachoeira Dourada, inaugurada em 1958.[7]

As transformações espaciais decorrentes da almejada reestruturação produtiva do país promovem mudanças significativas no campo brasileiro. O custo social e ambiental é cada vez mais evidente de acordo com as desapropriações realizadas em função deste tipo de empreendimento. O país passa a consumir mais energia, o que consequentemente requer um investimento para gerá-la.

Essa preocupação ficou latente no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) (LAMOUNIER, 1991). Com um discurso baseado em grandes privatizações de setores importantes para o país[8], a crise energética caiu como uma bomba sobre esta perspectiva

---

[7] Energia Elétrica no Brasil (da primeira lâmpada à ELETROBRÁS). Rio de Janeiro, 1997. Cf. Ferreira (1958, v. XXVI).

[8] Em 1997, o governo FHC, no primeiro mandato, privatizou a Companhia Vale do Rio Doce, fundada pelo governo federal em 1942, vendendo a parte acionária pertencente ao governo (aproximadamente 27%) e seu controle. Atualmente, a Vale do Rio Doce é a maior empresa privada do Brasil. Defensores da privatização da empresa alegam que a medida foi benéfica, uma vez que hoje ela gera mais empregos ao país e mais impostos ao Governo Federal do que na época em que ainda era estatal . A privatização da Vale, entretanto, é alvo de muitas críticas e polêmicas até hoje. O senador Pedro Simon, do PMDB, considera que a privatização da Vale foi uma "doação da empresa pública a um grupo privado", alegando que o governo FHC vendeu a empresa por menos do

desenvolvimentista que se queria para o país. Em meio a tantos planos de trazer e investir em empresas, o Brasil não conseguia produzir a energia necessária para sustentar seus planos. O DNAEE[9] foi extinto quando realizava as últimas concorrências para hidrelétricas neste governo (1996- 1997). As prioridades eram outras. O país vinha de um governo transitório, o de Itamar Franco[10], e do recente implantado Plano Real.

Alguns fatores prejudicaram os planos do presidente Fernando Henrique Cardoso de obter melhor desempenho econômico e controlar o processo sucessório. O desempenho do presidente tucano passou a ser questionado diante da incapacidade de reformar o modelo econômico com objetivo de reduzir a vulnerabilidade externa e gerar maior crescimento (FERREIRA, 2003).

O entrave mais significativo deles talvez tenha sido a crise energética ocorrida em 2001, que obrigou o Executivo Federal a propor medidas de racionamento, as quais reduziram consideravelmente o nível de atividade econômica. Além disso, o chamado "apagão" atingiu uma das facetas mais prezadas do período FHC: a classe média em ascensão.

Com o prestígio minado e, consequentemente, com a confiança da população na capacidade de o governo resolver os problemas do país, o segundo mandato FHC é marcado por tentativas de recompor as perdas econômicas e "psicológicas" do país. A capacidade administrativa da gestão tucana ficou marcada por este episódio de maneira a ser um tema tratado nas demais eleições que ocorreram no país como ícone de incompetência administrativa.

---

que o governo do Rio Grande do Sul vendeu a Companhia de Energia Elétrica do Estado. Ainda sobre as privatizações, este governo continuou o processo de privatização de empresas estatais iniciadas por Fernando Collor. Enfrentou, por isto, um período de críticas severas por parte considerável da população e mesmo dentro do próprio partido. As privatizações alteravam as relações de trabalho entre os funcionários e as recém-privatizadas empresas, o que, consequentemente, fez com que houvesse um surto de greves de servidores destas empresas. Foram privatizadas algumas rodovias federais, como a Rodovia Presidente Dutra (que liga as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro), a maioria bancos estaduais responsáveis por grande parte do déficit público e o sistema telefônico brasileiro. Sobre o tema, ver: Meneguello (1998), Naim (1996), Nunes (1997), Parente e Calabi (1990), Przeworski (1998), Reis (1999).

[9] Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, uma das instâncias mais poderosas do Ministério das Minas e Energia, que foi criado ainda nos anos 1960.

[10] Itamar Augusto Cautiero Franco foi o 33º Presidente do Brasil, de 1992 a 1994, Vice-Presidente de 1990 a 1992. Em 1989, uniu-se ao governador alagoano Fernando Collor de Fernando Collor de Mello para lançar uma candidatura à Presidência e Vice-presidência do Brasil, pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Itamar, como Vice-presidente, divergia em diversos aspectos da política econômico-financeira adotada por Collor, vindo a retirar-se do PRN e voltando ao PMDB em 1992. Seguindo o *impeachment* do presidente, assumiu interinamente o papel de chefe-de-Estado e chefe-de-governo em de outubro de 1992 e o papel de Presidente da República em dezembro de 1992. Foi em seu governo que foi realizado um plebiscito sobre a forma de governo do Brasil, que deveria ter sido feita há 104 anos; o resultado foi a permanência da república presidencialista no Brasil. Durante sua incumbência, foi idealizado o Plano Real, elaborado pelo Ministério da Fazenda. Foi sucedido pelo seu Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso.

Após quatro tentativas para chegar ao cargo presidencial, Luiz Inácio Lula da Silva assume a presidência do país (2003-2010)[11]. Seu governo é pautado, pelo menos no discurso, por políticas públicas com viés sociais de inclusão as famílias de menor renda. É inegável que em seu governo muitos foram os avanços sociais e mesmo no âmbito da política externa, porém muito ficou a desejar em outros aspectos.

Um governo de esquerda no poder manteve políticas que o aproximaram do governo anterior a respeito das privatizações[12]. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso tece elogios a essa característica do atual governo, a política pró-imperialista do atual governo de defesa dos interesses dos grandes capitalistas estrangeiros. FHC ficou conhecido popularmente como o homem das privatizações no Brasil; em oito anos de governo, mais de 120 empresas brasileiras foram privatizadas. Sobre este episódio disse em uma entrevista à *Folha de S. Paulo*[13]:

> [...] Ele [Luiz Inácio Lula da Silva] se opôs a todas as privatizações nos governos FHC, dizendo que era ruim para o país. E agora celebra que está fazendo melhor que eu. Isso é maravilhoso. Quando eu estava no governo, o PT criticou tudo o que eu fiz. Então Lula chegou ao poder, e, para minha surpresa, passou a seguir tudo o que eu fiz.

Ainda no primeiro mandato do governo Lula, outra proposta nasce em meio a essas críticas: o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)[14], mais uma tentativa do governo Lula para os sérios problemas do desenvolvimento brasileiro. O plano consiste basicamente em investimentos de infraestrutura no país. Dentre as metas estabelecidas, a construção de barragens ocupa um lugar privilegiado no ranking das prioridades dos investimentos. Só para Goiás estão previstas, no PAC, doze usinas hidrelétricas e quatorze usinas termoelétricas.[15]

---

[11] Sobre a trajetória de Lula, ver: Abramo (1999), Bobbio (1995); Carreirão (2002), Lamounier (1999), Maciel et al. (2006), Maroni (1982), Mendonça e Fontes (1999).

[12] O governo Lula, por meio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), realizou a privatização de sete trechos de rodovias federais localizadas nas Regiões Sul e Sudeste do país. Como resultado do leilão, seis das sete rodovias brasileiras privatizadas foram entregues ao capital estrangeiro, duas empresas espanholas, a OHL, que ficou com cinco trechos, e a Acciona, com um dos trechos. A concessão será de extraordinários 25 anos de exploração das rodovias brasileiras. Nos trechos leiloados estão previstos 36 novos postos de pedágio, divididos em 2600 quilômetros de rodovias, o que resultará, em média, em um pedágio a cada 72 quilômetros de rodovia. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 12 jun. 2009.

[13] *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 out. 2007. Caderno Últimas Notícias.

[14] O PAC é um programa do governo Federal de expansão do crescimento econômico do país. Ele é um novo conceito de investimento em infraestrutura que, aliado às medidas econômicas, pretende estimular os setores produtivos e ao mesmo tempo levar benefícios sociais para todas as regiões do país. Para o estado de Goiás, o PAC investirá até o final de 2010 o montante de aproximadamente 15.975,9 milhões em projetos de logística, energética social e urbana, sendo que para os empreendimentos energéticos serão 7.905,2 milhões. O empreendimento UHE Serra do Facão tem previsto como investimento do PAC 863,8. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac>. Acesso em: 12 dez. 2009.

[15] Disponível em: <hhtp: www.pac/gov.br>. Acesso em: 20 jun. 2010.

Com o PAC ainda sendo executado, o governa lança o PAC 2, que é imediatamente acusado de ser meramente uma medida eleitoreira. O estado que mais receberia investimentos deste programa seria o de São Paulo, porém até setembro de 2009, apenas 6% das obras estavam concluídas, como mostra um levantamento feito pela *Folha de S. Paulo*:[16]

> [...] Considerando o total do programa em São Paulo – 1.063 ações – só 59 foram efetivamente entregues. No principal Estado da Federação, o ritmo do PAC está abaixo até de sua média nacional de entregas de obras, que é de 7%, conforme levantamento da ONG Contas Abertas. [...] as poucas obras em andamento figuram "vitrines eleitorais".

Sob esses dados, o governo federal lança o PAC 2[17], com previsões para os investimentos, divididos entre 2011 e 2014 e pós-2014, somando R$ 1,59 trilhão em obras, embora tenha concluído pouco mais de 40% das obras previstas no PAC 1.

A crise energética reforçou a idéia da necessidade de investimentos para sustentar um Brasil emergente. Sob essa perspectiva, o PAC justifica a grande percentagem destinada para tais empreendimentos. Porém, o aproveitamento hídrico, mesmo constituindo uma alternativa energética limpa e relativamente barata, altera o ambiente e causa grandes impactos sociais na área atingida. Por outro lado, insiste-se na ampliação do gás natural na matriz energética, priorizando sua utilização como combustível em usinas termoelétricas.

A esse respeito, vale assinalar a experiência da Comissão Mundial de Barragens (CMB), criada em abril/1997 com o objetivo de avaliar as barragens construídas no mundo. A

---

[16] Alvo de disputa, PAC só tem 6% das obras em são Paulo já concluídas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 set. 2009. Caderno Brasil.

[17] Os projetos de infraestrutura do PAC 2 serão divididos em seis eixos, segundo o governo, que usa o programa como carro-chefe e usará como plataforma na campanha da ministra Dilma Rousseff à presidência. A previsão é que R$ 958,9 bilhões sejam usados até 2014. O slogan será "O Brasil vai continuar crescendo" e as áreas de investimento serão: Energia, Água e Luz Para Todos, Comunidade Cidadã (aumento da cobertura de serviços nas cidades), Minha Casa, Minha Vida, Transportes e Cidade Melhor (voltadas para as cidades). A maior parte dos investimentos será destinado para os projetos de energia com um montante total de R$ 1,092 trilhão. Habitação receberá a segunda maior cifra, com R$ 278,2 bilhões para o programa Minha Casa, Minha Vida. Os projetos de infraestrutura do PAC 2 serão divididos em seis eixos, segundo o governo, que usa o programa como carro-chefe e usará como plataforma na campanha da ministra Dilma Rousseff à presidência. A previsão é que R$ 958,9 bilhões sejam usados até 2014. O slogan será "O Brasil vai continuar crescendo" e as áreas de investimento serão: Energia, Água e Luz Para Todos, Comunidade Cidadã (aumento da cobertura de serviços nas cidades), Minha Casa, Minha Vida, Transportes e Cidade Melhor (voltadas para as cidades). A maior parte dos investimentos será destinado para os projetos de energia com um montante total de R$ 1,092 trilhão. Os gastos na área de energia do PAC 2 vão somar R$ 1,09 trilhão, o maior montante do programa. Desse recurso, R$ 465,5 bilhão devem serão usados até 2014 e R$ 627,1 bilhões depois do período. A maior parte dos recursos será destinado para projetos de petróleo e gás natural com R$ 879,2 bilhões (R$ 285,8 até 2014 e R$ 593,4 bilhões no período seguinte). Em seguida, aparecem os investimentos em geração de energia elétrica. Serão usados R$ 136,6 bilhões do programa para os projetos da área. Ainda na área de energia, o programa prevê a construção e ampliação de unidades de fertilizantes. Os investimentos na área somarão R$ 9,1 bilhões até 2014 e R$2,1 bilhões no período seguinte. Com isso, o governo espera reduzir a dependência de insumos importados e reduzir o custo da produção agrícola. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u713430.shtml>. Acesso em: 10 set. 2010.

CMB envolveu a participação de representantes da indústria, e o Relatório Final "Barragens e Desenvolvimento – uma nova estrutura para o processo de decisão" [18] foi elaborado a partir da construção de um consenso, considerando os diversos fatores sociais envolvidos.

Outras denúncias frequentes contra a instalação das barragens aparecem constantemente nos jornais de grande circulação. Alberto Sayão[19], doutor em engenharia civil e especialista no assunto, denuncia que as obras de engenharia deveriam sempre considerar os efeitos de chuva, e as barragens não são uma exceção.

Em junho de 2009, a engenharia brasileira se viu diante de uma tragédia, com o rompimento da barragem de Aldeões, no Piauí. A chuva foi apontada pelos responsáveis como a causadora do rompimento. A *Folha de S. Paulo*[20] traz uma matéria sobre este alarmante cenário:

> [...] Anualmente, muitas barragens rompem no país. Em reunião na ANA (Agência Nacional de Águas), falou-se em 800 acidentes ou incidentes com barragens brasileiras nos últimos oito anos. [...] A culpa desses inúmeros acidentes pode ser atribuídas à má gestão. Existem hoje no Brasil centenas de barragens sem dono, sem um responsável privado ou governamental.

A CMB abordou um tema que acompanha a discussão sobre barragens, talvez um dos temas que na atualidade mais mobilizem as pessoas em geral: a questão ambiental. Os movimentos ambientalistas atuam agressivamente sobre essa intervenção no meio ambiente. A partir disso, surgem mais pressões e novas exigências por parte das agências governamentais e mesmo das financiadoras que "vestem a camisa" do governo, sobretudo verifica-se a atuação mais sistemática de movimentos socioambientais, que unem as causas

---

[18] O Sistema Elétrico brasileiro apresenta perdas técnicas da ordem de 15%. São perdas da ordem de 54 milhões de MWh (ou 54 bilhões de quilovates-hora) que ocorrem desde a eletricidade é gerada nas usinas, passando pelas linhas de transmissão e redes de distribuição até chegar na tomada do consumidor final.Se o Brasil adotar um índice de perdas de 6%, que é índice aceitável considerado como padrão internacional, o sistema elétrico teria um acréscimo de disponibilidade de energia elétrica de 33 milhões de MWh, equivalente ao que produz durante um ano uma usina hidrelétrica de 6.500 MW de potência instalada (ou mais da metade da Usina de Itaipu, que possui 12.600 MW).Os custos necessários para promover esta redução das perdas consistem basicamente no melhor isolamento nas linhas e na substituição de equipamentos antigos ou defeituosos,como os transformadores. Ações que não estão sendo feitas na frequência e na amplitude que a atual situação exige. Elas representam custos muito menores do que os investimentos para a construção de novas usinas. A proposta de redução das perdas, se tivesse sido considerada pelo governo antes da crise, permitiria que o racionamento imposto à sociedade brasileira tivesse proporções bem menores, não superior a 10%. O sacrifício, portanto, seria da metade do que foi definido pelo governo durante os meses de junho a dezembro de 2000. Disponível em: http://www.dams.org/report/wcd_sumario.htm Acesso em 10 set. 2010.

[19] Alberto Sayão é doutor em engenharia civil, professor da PUC-RJ (Pontifica Universidade Católica do Rio de Janeiro) e ex-presidente da ABMS (Associação Brasileira de Mecânica dos solos e Engenharias Geotécnicas), além de autor de obras sobre o tema.

[20] SAYÃO, Alberto. A segurança das barragens brasileiras. Caderno Opinião. *Folha de São Paulo*. 10 jun. 2009.

tanto ambientalistas quanto sociais, movimentos esses que são encabeçados por membros do movimento dos atingidos por barragem.

A questão ambiental, especificamente no UHE Serra do Facão, foi um impasse que demorou a ser sanado. A preocupação com o laudo emitido sobre os peixes do local adiou a instalação. Mesmo depois de instalada e já em processo de barramento do rio, o problema de preservação vem à tona:

> O Consórcio Empreendedor Serra do Facão Energia S.A. recebeu multa de R$ 6,85 milhões do Ibama devido à mortandade de peixes ocorrida entre os dia 13 e 14 de maio deste ano [2010]. O incidente ocorreu no reservatório da Usina Hidréletrica Serra do Facão, que se encontra em fase de enchimento, localizado no Rio São Marcos, entre os Estados de Goiás e Minas Gerais.Foram aplicados dois autos de infração ao consórcio, sendo um pela mortandade de 4.700 quilos de peixes no reservatório e outro pelo enterro desse material sem autorização do órgão ambiental competente e de maneira inadequada.As auditorias foram realizadas em conjunto por analistas da Diretoria de Licenciamento Ambiental em Brasília e técnicos do escritório regional do Ibama de Catalão. Os laudos técnicos atestaram que a poluição acarretou a redução dos níveis de oxigênio próximos a zero, o que resultou na morte de milhares de peixes de várias espécies como pintado, dourado, piau, corimba, traíra, pacu, mandi, barbado, cascudo e outros.[21]

Evidentemente, esses processos de apropriação e danificação dos recursos naturais e humanos são questões que suscitam a discussão sobre esse tipo de exploração do meio. A mortandade dos peixes já era uma preocupação tanto da empresa quanto dos moradores do vale do rio São Marcos, e aparece nas falas dos atingidos pela construção da barragem. O argumento da preservação ambiental mobiliza e requer uma medida para transformas esse impasse em mais um dos impactos ambientais possíveis de serem contornados pelo EIA/RIMA.

> Dentre as complicações operacionais mais freqüentes das usinas, estão certas conseqüências desastrosas por ocasião de manobras de fechamento de comportas. [...] Como anti-exemplo, um rio enorme ficou seco por dezenas de quilômetros, durante semanas: o Tocantins, em 1998, quando fecharam as comportas da usina Serra da Mesa (GO), das empresas Furnas e VBC. Rio abaixo, na usina Lajeado (TO), quatro anos depois, uma mortandade de peixes jamais vista ocorreu à jusante da barragem, enquanto na empresa, a principal praia foi interditada por motivos sanitários. (ALVES, 2005, p.45).

Para a construção de hidrelétricas em geral, a zona rural das cidades são, por excelência, diretamente alteradas em função do potencial hídrico dos rios, que são

[21] *Correio Braziliense*, Brasília, 15 set. 2010. Capa. Disponível em; <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia182/2010/09/18/noticia_eleicoes2010,i=213610/CAMPANHA+DE+SERRA+PEDE+QUE+TSE+APLIQUE+MULTA+PARA+ERENICE+E+DILMA.shtml>. Acesso em: 16 set. 2010.

apropriados e explorados. O meio ambiente, as atividades econômicas, a vida social, as relações das populações que até então ali residiam assistem a essas mudanças e enfrentam as dificuldades de adaptar-se ao novo ambiente.



Figura 8 - Dona Eva Dias Canedo e seu esposo Lázaro. Campo Alegre de Goiás/GO



Figura 9 - Engenho da cachaça Castelo Branco do senhor Luiz Manteiga. Campo Alegre de Goiás

1.1 O rio São Marcos como objeto de desejo: outra perspectiva para o Sertão Goiano

Do rio que tudo arrasta
se diz que é violento
Mas ninguém diz violentas as
margens que o comprimem.

Bertolt Brecht



Figura 10 - O objeto de desejo. Vista do rio São Marcos a partir da propriedade do senhor Álvaro Honorato, atingido pela barragem. Após a instalação da barragem toda a mata em torno do rio estará submersa.

Iniciamos nossa discussão sobre as mudanças ocorridas no Centro-Oeste, fazendo uma retrospectiva de sua trajetória de desenvolvimento. A região Centro-Oeste, antes esquecida na imensidão do Planalto Central, se insere na pauta do desenvolvimento nacional e, no compasso das árvores retorcidas, por meio do projeto "Marcha para Oeste" (LENHARO, 1985), de Getúlio Vargas (anos 1940), vê interligar o Brasil Central a um Brasil que se propunha nacional. Daí em diante, Goiás passa a ser referência para futuros projetos agropecuários.

A construção de uma barragem consolida um processo de deslocamento territorial, o que consequentemente significa mudanças nas cidades de toda a região, que sofrerão com um êxodo rural compulsório. Muitos irão para as cidades do entorno, outros tentarão reconstruir a vida em outra propriedade rural. Distanciados da margem do rio, os moradores terão que se adaptar à nova realidade imposta para eles, criar novas margens para seu cotidiano.

Nossa intenção não é desqualificar as mudanças que ali já aconteciam desde de sempre, pois as mudanças são inerentes à história; muito menos assumir uma postura reacionária, mas mapear e analisar essa ruptura e mudança num tempo construído pela urgência do empreendimento, num ritmo artificial e não por um movimento natural. As mudanças já vinham sendo impulsionadas pelos projetos de JK, que desenham neste cenário novas estradas, novas perspectivas para essa região.

Essas mudanças são expostas, mais tarde, no redesenhado do cerrado pelas plantações de soja, milho, algodão, como também pelas sofisticadas tecnologias impostas para responder à necessidade do agronegócio (ORTEGA, 2008a, 2008b; COSTA, 2008; MELO, 2008). Nesse processo, algumas terras foram concentradas, outras despossuídas. Imigrantes vindos do sul reconfiguram maneiras e percursos de uma cultura popular (MACHADO, 1998; GONÇALVES NETO, 1997; PESSOA, 1988) regional, inserem novos elementos nela, que por si só já seria dinâmica. Novas práticas e valores se estabelecem, influenciam e transformam valores tradicionais.

Das lembranças deste tempo, o Sr. Alcides José da Silva nos conta:

> *[...] A região de Campo Alegre, há uns 20 anos atrás, vivia da agricultura que era só para subsistência. Os fazendeiros maiores tinham vários agregados nas propriedades que prestavam serviços e não tinham salários. A EMBRAPA iniciou pesquisas sobre a agricultura do cerrado, que predomina na região. Depois veio o pessoal do Campo, daquele projeto, e a gente aprendeu com eles [PRODECER]. É, o projeto nipobrasileiro, cês têm que ir lá. Produz soja, e também outras plantações. Técnicas novas, curva de nível, pivô central, inseminação artificial. [...] Nós daqui já mudamos muito por influencia deles. Hoje o cerrado mudou, mudou muito, tem soja pra tudo quanto é lugar.*[22]

Em contrapartida, muitos na região vivem de uma economia de subsistência, ou seja, parte do que produzem serve para a própria alimentação, em geral possuem uma pequena horta, plantam o milho, o pequi (tão característico na região), criam seu gado, porco, frango,

[22] José Alcides Silva. Depoimento concedido à pesquisadora. Fazenda Rancharia, Campo Alegre de Goiás, 2009.

vendem leite, produzem queijos e vendem o excedente. O Sr. Lourival Peixoto dos Santos (Fig. 11) nos relatou:

> *[...] Trabalho pros outros tamém, fazendo cerca, batendo pasto pra compretá a renda que num chega num salário mínimo. As veiz vendo uns bezerro, uns porco, engordo eles pra vender, mas também num é todo mês, né? Os compradô vem na porta que já sabe que ocê tem pra vendê e compra, assim, igual frango, porco, galinha, ovo, queijo. Eles vem buscá na porta da gente. Sobrô tempo da minha lida, aí vem os vizim e fala: - Ó! Precisava d'ocê pra ajudá eu prantá minha rocinha, quebrá ou batê um pasto. Aí eu vô acudi um vizim, né? Vem o vizim chamá os vizim ao redor, aí nóis junta, as veiz bate pasto, quebra uma roça. Inclusive eu mesmo fiz um esses dias, esses tempo pra traiz. Tinha uma roça, juntô uns cos vizim do outro ali, nóis feiz lá, juntô acho que uns trinta por aí quebrano mio.*[23]



Figura 11 - Lourival Peixoto de Campos. Davinópolis-GO

Todas essas características são identificadas pelo estudo da região realizado pela Usina Hidrelétrica. Para entender como transcorre o processo de aproximação entre empresa e afetados pela barragem, partimos da premissa de que é preciso conhecer o perfil da comunidade, entender as suas expectativas, de maneira a traçar um plano, de tentar, mesmo

[23] Lourival Peixoto de Campos. Depoimento concedido à pesquisadora. Comunidade Varão, Davinópolis-GO, fev. 2009.

que apenas no discurso, compensar os moradores pela desocupação de seu território imposta a eles.

A partir do momento em que se conhece os protagonistas, bem como seus anseios, o discurso é alinhado de forma coerente de forma a atendê-los, mesmo que essa compensação signifique um lugar para morar, um lote de terra, uma casa azulejada, acesso a algum tipo de serviço, que apesar de constituírem direitos da cidadania, não eram disponíveis para todos nesse cenário, tais como água encanada, energia elétrica, saneamento básico, postos de saúde, escolas rurais etc. Todos esse elementos são divulgados pela empresa como compensatórios, pois muitos desses equipamentos estão ausentes do universo rural e podem ser atrelados à versão progressista por meio da qual a empresa assume a benevolência de ofertar aos seus atingidos.

Além de conhecer esse contingente de famílias afetadas, há ainda que se considerar que a mudança não ficará restrita ao território propriamente alagado e a seus moradores. Uma parcela da população que indiretamente é também atingida são aquelas pessoas residentes nos municípios localizados na área de instalação da usina e que, embora não tenham que ser deslocadas, terão suas atividades sociais e econômicas afetadas pela reestruturação física das cidades.

Grande parte dos atingidos não permanecerão no campo, seja por impossibilidade da continuidade ou pela busca de alternativas irão migrar para a cidade de Catalão. A preocupação com esse "inchaço" na cidade fica evidente na fala do poder público:

> [...] estamos atentos para que a usina não venha estimular a favelização... A pobreza na roça não mata o camarada de fome, ele sempre dá um jeito para alimentar e vestir sua família, de cuidar da saúde com ervas e, só numa emergência, vem buscar ajuda na cidade. Aqui, o que a gente vê é que a pobreza tá fazendo crescer a violência, a mendicância, a fome, e Catalão não pode conviver com isso, somos um município em desenvolvimento, onde o índice de desemprego urbano ainda não é alarmante e as perspectivas de investimentos são promissoras (BIODINÂMICA, 2000).

O primeiro contato que a companhia energética estabelece com os ribeirinhos se dá após os estudos encomendados. Os levantamentos socioeconômicos dos municípios que terão seus territórios atingidos pela formação do reservatório dão uma visão ampla sobre quais os tipos de embates com que a empresa poderá se deparar e, consequentemente, a preparam, visando contornar esses impasses da melhor maneira possível.

Já se ouvia sobre a instalação da Usina Hidrelétrica Serra do Facão desde meados dos anos 1960, como nos conta Luiz Manteiga (Fig. 12):

[...] Começou mesmo de verdade foi em 1961, porque em Campo Alegre tem um cidadão que já está velhinho, ele ganhou um jipe daquele Alvarano do Brasil, novo, zerinho, pra fazer a medição lá na balsa do Manuel Sota [Manuel Rodrigues da Silveira], *todo dia cedo, meio-dia, e de tarde. Puseram as réguas lá pra fazer a leitura, o nome dele é Baldino, senhor Ubaldo Luiz Vieira, mora lá em Campo Alegre perto da prefeitura, ele deve estar com uns 87 anos, mas é totalmente lúcido.*[24]

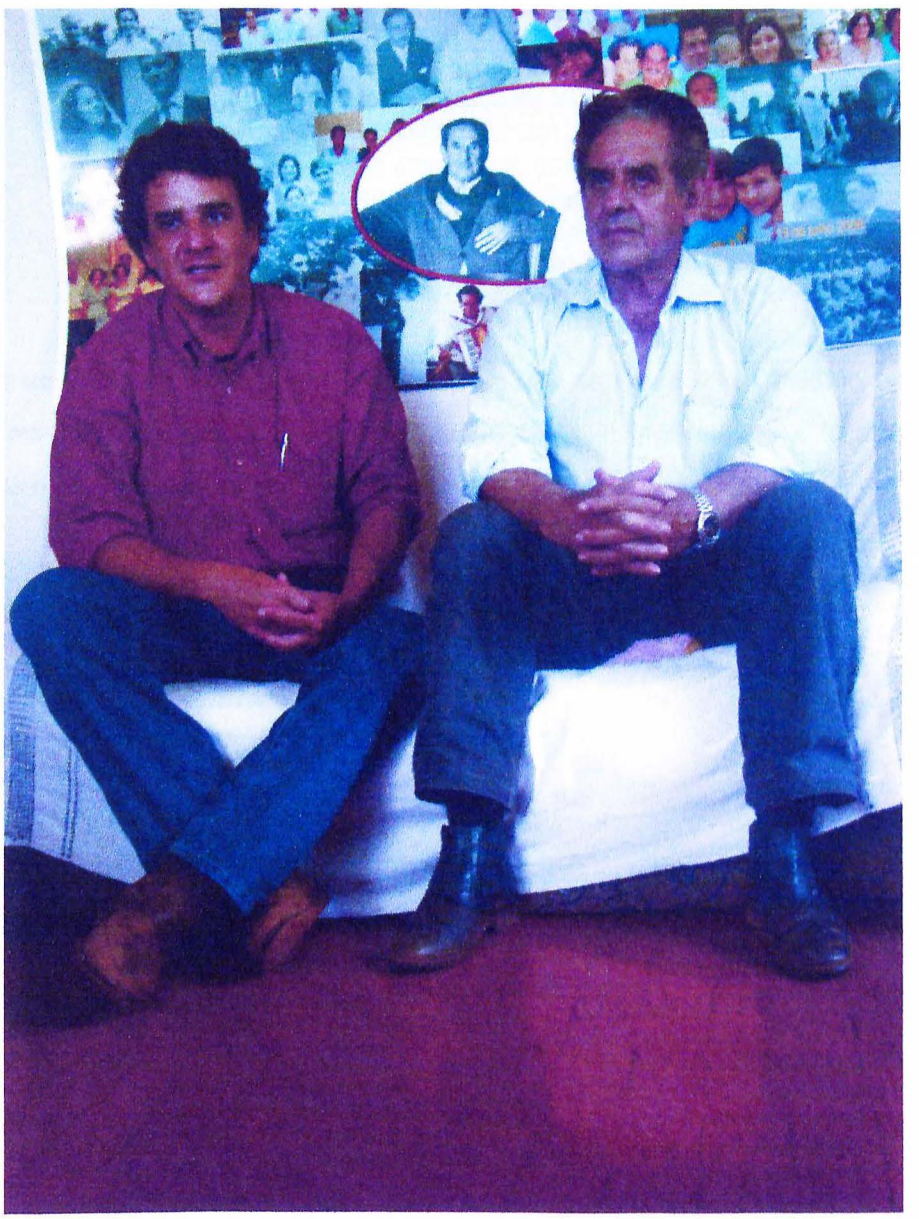


Figura 12 –Luiz Manteiga Álvares de Campos, produtor rural e produtor de cachaça e seu filho Luiz Manteiga Álvares de Campos Filho, engenheiro agrônomo. Fazenda Pirapitinga dos Monteiros, zona rural de Campo Alegre de Goiás.

[24] Luiz Manteiga Álvares de Campos. Depoimento concedido à pesquisadora. Fazenda Pirapitinga dos Monteiros. Campo Alegre de Goiás, 2009.

A concretização do empreendimento tem uma lacuna de 40 anos entre o anúncio da instalação e sua chegada. Ao longo dessas quatro décadas, a população sofre com a expectativa de mudança e transformação do meio ambiente. O historiador Márcio Santos assim resume esse período de longa e contínua ressignificação do espaço físico, social e da cultura material[25]:

> [...] A construção de uma barragem representará uma edificação de uma catedral tecnológica, sob a qual submergirão para sempre os elementos materiais e imateriais que produziram, na região em questão, um determinado modo de vida e de expressão simbólica das populações que sucessivamente a habilitaram. Em alguns meses, prazo de enchimento do reservatório, ocorre a supressão de uma paisagem que se vinha construindo ao longo de séculos de ocupação humana – aliás, os efeitos dessa supressão, pode-se dizer, iniciam-se antes mesmo do enchimento, já que a anunciada remoção dos lavradores interrompe os cultivos, mesmo em algum tempo antes da barragem do rio (SANTOS, 2005).

A materialização desse projeto torna-se concreto na fala do Sr. Ubaldino Luiz Vieira, quando relata ter participado, durante sua mocidade, dos estudos para a instalação dessa barragem na região do Sudeste Goiano:

> *[...] eu trabalhei um ano, quase dois anos medindo a água pra barragem, tem uma régua, uma vigota igual esse portal aqui, [...] eu passei medindo um ano e tanto, isso tem muitos anos já. Era num avião com uma helicizinha que media, apitava e fazia um barulho, então media o volume de água. Eu media todo dia, cedo e de tarde, eu medi essa água um ano, quase dois anos. Eu anotava, tinha um papel de marcar.* [26]

De tal época, ficou no imaginário popular, como uma grande façanha, a queda de um helicóptero que prestava serviços técnicos de sondagem da área. Primeiro, o próprio helicóptero era uma novidade por aquelas paragens. Segundo, o desastre, e terceiro que,

---

[25] Sobre cultura material, conferir: PESEZ, Jean-Marie. *A história da Cultura material*. In: LE GOFF, Jacques (Org.). *A nova história*. Coimbra: Almedine, 1990; REDE, Marcelo. *Estudos da Cultura Material*: uma vertente francesa. São Paulo: USP, 2003. V. 8; BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. Cultura material. In: ENCICLOPÉDIA Einauldi. Porto: Imprensa Oficial, Casa da Moeda, 1987.v. 16; LEACH, Edmund. Natureza/ Cultura e Cultura/ Culturas. In: ENCICLOPÉDIA Giraund. Porto: Imprensa Oficial: Casa da Moeda, 1995, v. 5; DUARTE, Claudia Renata. *A tecelagem manual no Triângulo Mineiro*. História e cultura material. Uberlândia: Edufu, 2009; GARCIA, Marcolina Martins. *A tecelagem artesanal em hidrolândia-GO*: um estudo etnográfico. 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, 1997; MOUREAN, Xavier; ALTAFIM, Glória. *Tecelagem manual no Triângulo Mineiro*: uma abordagem tecnológica. Uberlândia: UFU: IPHAN: Prómemória, 1984; HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Cia das Letras, 1994; ROCHE, Daniel. *Histórias das coisas banais*: nascimento do consumo (séculos XVII - XIX). Rio de Janeiro: Rocco, 2000; VIANA, Letícia. *Patrimônio imaterial*: legislação e inventários culturais. A experiência dos projetos celebração e saberes da Cultura popular. In: *Encontros do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular*, 5., 2003; HOMERO, Adler. *Patrimônio imaterial*: problema mal posto. Diálogos, Maringá, v. 10, n.3, p.87-116, 2006. Sobre Cultura material/imaterial, consultar os sites do: IEPHA, IPHAN, UNESCO, onde leis, decretos, críticas, analises, metodologias encontram-se à disposição dos pesquisadores.

[26] Ubaldino Luiz Vieira. Depoimento concedido à pesquisadora. Campo Alegre de Goiás, 29 jan. 2009.

diante da fatalidade, todos sobreviveram. Dentre diversos depoimentos, selecionamos respectivamente o de José de Silveira Rabelo e da Sra. Maria Conforte da Silveira:

> *[...] Eles já tinha fazido uma pesquisação com o tal avião aqui, ó, um avião tinha caído ai dentro do rio, tava investigano por ai pra fazê essa barragem, né?*[27]

> *[...] Desde 1960 foi estudando aquilo lá. Lá caiu um helicóptero, inclusive o pasto chama helicóptero, onde caiu. Tinha vez que eles iam para lá ficano o mês ínterim dentro do mato. É, nas minhas terras. Hoje não é mais. Teve uma vez das Furnas, né? Fizeram marcação nas taipas de pedra lá. Na beira do rio tem um simboluzinho deles, ficava assim quase um ano, voltavam de novo. Esse helicóptero estava estudando lá, ele foi aterrissar numa pedra, principiô e caiu, nem machucou ninguém, só o avião que acabô.* [28]

Dentre as estratégias diagnosticadas pelas falas dos atingidos, um especificamente nos chamou a atenção. Dona Eva e seu Lázaro, moradores da comunidade de Rancharia, evidenciam a oposição ao que a princípio era temido e depois, numa outra etapa, chega a ser desejado. Dona Eva nos conta:

> *[...] de primero eu num queria nem sabê! Era o fim du mundo pra nóis aqui. Nóis tinha medo de nós sê passado pra traiz. Mais aí veio o Ivan* [funcionário da Sefac intermediador empreendimento e afetados] *e bem ali, de baixo daquele pé de manga ali na horta, na minha horta mesmo, ele mandô nóis juntá os moradô da comunidade que ele ia explicá tudo direitim pra nóis intendê que ele num pudia mais fazê nada. Que agora a barrage vinha, mais que nóis num ia sê prejudicado. [...] Eu num sei de que eles tanto crama* [reclama], *a Sefac é uma mãe pra nóis!*[29]

Dona Eva e Seu Lázaro são moradores queridos pela comunidade em que estão inseridos. O simples fato das reuniões sensibilizadoras serem realizadas sob o pé de manga na fazenda de um deles dá credibilidade ao que vai sendo explicado e solicitado a eles. A aceitação se configura pela maneira de "fazer o jogo do outro e desfazer outros jogos". Do medo passa-se à confiança, de tal forma que um dos membros da família de Seu Lázaro e Dona Eva foi batizado com o nome do mediador entre a empresa e os atingidos.

Muitos embates foram contornados. A vinda da barragem e a confirmação de sua instalação fizeram com que dois momentos reivindicatórios tivessem características próprias. A princípio, o objetivo era não aceitar a instalação da barragem, num momento posterior,

---

[27] José da Silveira Rabelo. Depoimento concedido à pesquisadora. Catalão-GO, fev. 2009.
[28] Maria Conforte da Silveira. Depoimento concedido à pesquisadora. Catalão-GO, fev. 2009.
[29] Eva Dias Carneiro. Depoimento concedido à pesquisadora. Fazenda Rancharia, Campo Alegre de Goiás, 22 jan. 2009.

diante da irreversibilidade do empreendimento, a decisão foi de participar ativamente do processo de indenização.

No Brasil, quando uma empresa conquista o direito de uso de um rio para explorar seu potencial hídrico na geração de energia, a empresa faz um estudo do Impacto Ambiental (EIA). O EIA deve ser feito pela empresa interessada, que fica encarregada de elaborar um plano de minimizar os impactos e, para tal, deve, além de estabelecer planos próprios de mitigar os impactos, seguir um plano de medidas condicionantes, que devem ser observadas para que sejam liberadas as próximas etapas da obra[30].

Os moradores do campo goiano acompanharam todas essas mudanças, e hoje alguns dela usufruem, percebem, a seu modo, os novos ritmos e as novas empreitadas provocadas por essa modernidade. O Sr. Durval Francisco Pereira nos dá a dimensão das mudanças que vinham ocorrendo na região há muito tempo, que ele mede em estações: "Fazem muitas estações de mudanças". Houve muitas melhorias, as distâncias geográficas diminuíram com construção das estradas, a facilidade de ir e vir faz parte desse período:

> *[...] Melhorô. Muito! Aqui pra ir pra Campo Alegre, que a cidade próxima aqui é Campo Alegre, né? Pro cê ir nesse Campo Alegre a nossa ponte ali era uma de madeira, mais a ponte mais ruim que ocê pensá! Passava um carro, ela ficava toda estralando pra cair, certo? Fizeram aquela ponte, que hoje essa ponte é uma maravilha, é uma ponte muito boa. Agora outra coisa que chegou pra nóis aqui foi energia, que não tinha energia, nóis vivia aqui e não tinha energia. Quando eu cheguei aqui isso tudo era um cerradão! Era tudo cerrado, a gente chegou e pro cê vê melhorô as ponte que agora é feita de concreto, né? E a energia, melhorô muito! Foi um sacrifício, porque hoje energia o governo põe, né? Energia pras pessoas, e naquela época não, nóis tinha que pagá! Nessa época foi assim: cê tinha que pagá, tinha que juntá um grupo aí e pagá a energia. E foi muito caro![31]*

Esse avanço é vivenciado ainda na década de 1960. Os primeiros esboços específicos para analisar o potencial hidrelétrico da bacia do rio São Marcos são de 1965. O local passou por várias etapas ao longo desse processo. Ainda nos anos 1960 coube a Furnas Centrais Elétricas S.A. a responsabilidade por tal empreitada, confirmando o aproveitamento hídrico esperado e dando início à aproximação com aqueles que seriam atingidos pelo empreendimento.

Em 1987 concluiu-se pela validade do potencial hidrelétrico disponível, sendo definido como o mais importante aquele denominado Serra do Facão. O DNAEE

---

[30] As licenças são: LI (Licença de Implementação) e LO (licença de Operação). Essas Licenças são conseguidas pelo empreendimento conforme cumpra um plano de medidas compensatórias e condicionantes.

[31] Durval Francisco Pereira. Depoimento concedido à pesquisadora. Fazenda dos Angicos, Campo Alegre de Goiás, 6 fev. 2009.

(Departamento Nacional de Energia Elétrica), com os estudos já em fase conclusiva em 1997, retoma o projeto sobre a viabilidade da barragem Serra do Facão e autoriza Furnas a complementá-lo e realizá-lo.[32]

Enquanto isso as notícias, nesses 45 anos, repassam de boca em boca e as inquietações começam a delinear uma sensação de medo e angústia. Em meio a essas etapas, até a implantação do empreendimento, os moradores da região vivem a incerteza do que seria de suas hortas, colheitas e da relação de amizade com a vizinhança. Luiz Manteiga Álvares de Campos Filho, morador da Fazenda Pirapitinga, em Campo Alegre de Goiás, nos fala sobre a primeira vez que soube da instalação da barragem:

> *[...] primeiro, sobre a barragem, eu tenho um dado curioso, eu era criança do tamanho do meu sobrinho, e já ouvia falar que ia ter a represa, que aqui ia se transformar na represa, aí eu chorava por que: "- ah! vai alagar, vai virar represa", isso era em 81, por aí, mas meu pai falava: "- Não, meu filho, não preocupa com isso não, porque quando eu era do seu tamanho eu ouvia essa história [...]* [33]

O rio São Marcos, quando passa a ser alvo de desejo tanto da política energética do país quanto da Sefac, modifica significativamente aquele cenário. Com a desapropriação dessas famílias, a desconfiguração materializada pelos rompimentos abarca a comunidade como um todo, que, à sua maneira, tentou resistir a essas mudanças.

Tudo é remexido, mais que rupturas culturais e sociais, há uma preocupação recorrente nas falas dos atingidos quanto a que tipo de trabalho seria viável economicamente, visto que ali ainda prevalecia a economia de subsistência Vale ressaltar que, diferentemente da agricultura patronal, cujo objetivo é a produção de grãos para exportação, o papel da agricultura familiar é a produção de alimentos básicos para suprir as necessidades familiares e produzir gêneros alimentícios com preços mais acessíveis para o mercado interno, ou seja, para consumo deles próprios e de seus vizinhos. No município de Catalão, esse grupo de produtores vive no Cerrado há mais de cinco gerações, praticando a agricultura predominantemente tradicional, além de reproduzir sua cultura, manifestada através do convívio familiar e com os vizinhos, festas, dentre outras práticas características.

O Estudo dos Impactos Ambientais (EIA), concluído em 2000, apontava algumas dessas incertezas e angústias que deveriam ser estrategicamente resolvidas pela empresa. Cabe assinalar que, no Brasil, após estudos do potencial hídrico, o Ministério das Minas e

---

[32] Disponível em: <http//www.sefac.com.br>. Acesso em: 8 jan. 2009.

[33] Luiz Álvares de Campos Filho. Depoimento concedido à pesquisadora. Fazenda Pirapitinga, Campo Alegre de Goiás, 23 jan. 2009.

Energia[34] faz a licitação e o consórcio ganhador contrata uma empresa para fazer os estudos de impactos ambientais – EIA e RIMA (Relatório de Impactos Ambientais), que devem ser realizados por uma equipe técnica especializada, avaliando quais seriam os possíveis impactos e apresentando ações para mitigar os danos. Entretanto, tão importante quanto o EIA e o RIMA para licenciar o empreendimento hidrelétrico é o Projeto Básico Ambiental-PBA. Esse subsidia a emissão da licença para instalar a usina, permitindo, assim, o início de sua construção.

O EIA de 2000 apontava em seu relatório as possíveis resistências com as quais a empresa iria se deparar. Contudo, salientava também que as comunidades atingidas não tinham um grupo politicamente representativo que viesse a ser um empecilho de maior monta (BIODINÂMICA, 2000).

A SEFAC, enquanto empresa, segue passos comuns a toda construção de hidrelétricas, entre eles a demarcação da área, o cadastro fundiário e o socioeconômico. Este último traça o perfil da comunidade afetada, e é elaborado por profissionais das áreas de psicologia, cientistas sociais, engenheiros de recursos hídricos, civis, agrônomos, florestais, geólogos, biólogos, economistas, arqueólogos e sociólogos.

Diante dessa análise do EIA, a empresa percebe diferenças em relação ao homem goiano e os de outras regiões do país, por isso as estratégias estabelecidas requeriam ações particularizadas, tal como foi informado por Mônica Aguiar:

> *[...] Porque no sul o MAB* [Movimentos dos Atingidos por Barragens] *é extremamente forte, mas lá, como todo movimento, ele ocupa os espaços da insegurança daqueles que estão ali, do desconhecimento [...] Aqui a gente criou duas equipes pra que houvesse um canal de interlocução com eles [...] e serviu de referência por um longo tempo, o que não impediu que ocorressem algumas manifestações, descontentamentos, renegociações, solicitações e pedidos para construção de equipamentos sociais. É fundamental estabelecer relações de confiança, de transparência, tanto que a gente contratou 4 filhos de proprietários atingidos. Foram escolhidos porque conhecem a região e porque a gente os considerou também competentes para fazer análises mais justas. Tanto é que escolhemos algumas comunidades para reuniões com os afetados para explicar o*

[34] Em 1960 é criado o Ministério das Minas e Energia e em 1962 a Eletrobrás [sociedade de economia mista tendo o governo federal como principal acionista] responsável pelo planejamento, pelo financiamento e pela política do setor elétrico. Este é o início de um período que se estendeu e se consolidou na década de 1970, numa integração do setor em torno da Eletrobrás, convergindo para interligar boa parte dos sistemas isolados. A intervenção do Estado e o financiamento de órgãos estrangeiros, para o desenvolvimento de ajustes estruturais estratégicos e para o enfrentamento da crise do capitalismo, fez com que a *indústria barrageira* se ampliasse de forma significativa no Brasil. Para Germani (2003), uma das funções do Estado capitalista moderno, pós criação do ministério de Minas e Energia, consolida a política em que o objetivo é criar condições favoráveis para o desenvolvimento do processo de acumulação de capital. Cabe, assim, a esse Estado realizar grandes investimentos em infraestrutura, não assumidos diretamente pelo capital privado, seja pelo volume de capital necessário, seja pela lentidão ou baixa de retorno que esses investimentos proporcionam.

> *projeto, ouvir as dúvidas e nessas situações recebemos solicitações, tais como: telefones e internet para zona rural, construção de centros de convivência, campo de futebol, ambulância, ponte, entre outros.*[35]

No início da instalação da barragem, alguns grupos se formaram para discutir as possíveis consequências dessa construção, como a APEGO (Associação dos Pescadores de Goiás), o MAB e a ARPRA (Associação Regional dos Produtores Atingidos pela Serra do Facão). Assim nos contou o Sr. Luiz Manteiga Álvares de Campos:

> *[...] Nós criamos a nossa associação - a ARPRA. O presidente dela era o Doutor Eurípedes Luziano, e eu era o vice. Só que eu fui representante da ARPRA pra escrever o PBA* [Plano Básico Ambienta]. *Nós tivemos encontro com o engenheiro Nasser, em Catalão, responsável pelo grupo Gefac na época do PBA, com o Rodrigues Herles do IBAMA e com o diretor de Furnas em Brasília, doutor Renato Kelson, engenheiro agrônomo além da ministra Marina, e com o presidente da ANEEL* [Agência Nacional de Energia Elétrica]. *O PBA foi aprovado em 2000, tenho documento para mostrar, não sei depois se houve outro PBA com o grupo Sefac, acredito quer não. Nessa época (PBA/ Brasília) questionei a situação dos pequenos produtores, questionei também a situação dos empregados, do trabalhador a qualquer título, se quem morava aqui na minha propriedade tinha direito. Mas aconteceu o seguinte: até então a igreja estava silenciosa, fazendo um movimento paralelo que não deixava construir. Nós criamos essa associação com 320 associado, eles esvaziaram ela e ficou só com dez.. Por que ficou com dez? Porque nós cobrávamos 10 reais pra manter um escritório, telefone, contabilidade, assessoria jurídica e computador, e nós fomos perdendo força até que ela acabou, mas naquele auge [...], lamentavelmente a classe rural é muito desunida, então isso traz e faz um diferencial horrível. Aí o que aconteceu? Eles teriam que indenizar os funcionários com um módulo rural, o módulo rural do INCRA aqui são quinze hectares, eles teriam que dar casa do tamanho da família, e assistência técnica por 36 meses [...], um subsídio de 270 reais por mês para aquela família começar a decolar, você entendeu? Pra evitar o êxodo rural. Um dia eu fui convidado pela igreja pra ir num movimento, um encontro público, o pessoal estava lá dizendo que não ia deixar construir, citaram meu nome várias vezes e eu era o vilão da história, porque eu era representante de uma associação de rico. Era assim que eles colocaram, e o pessoal do MAB tem um diferencial contra, contra rico! Eu nunca fui rico, eu sempre fui um cidadão trabalhador! Aí eles esvaziaram nosso movimento. Aí nessa reunião eu pedi o bispo à palavra, ele me deu, eu peguei e falei assim: "- quem for morador atingido, por gentileza, levante a mão". Eram duzentas e tantas pessoas sentadas, levantou dois, aí eu peguei, levantei e falei: "- Ô seu bispo, o senhor me permite, que eu vou me retirar, porque essa reunião não é legítima" e saí, uai?Ia ficar fazendo o que, lá? Era sem terra que tava no nosso movimento, eles estavam falando que a Serra da Mesa não pagou o pessoal, não é verdade, eu fui lá pra ver.*[36]

---

[35] Mônica Aguiar. Memória da reunião do projeto de Preservação Histórico Cultural com as gestoras dos projetos. Depoimento concedido à pesquisadora. Catalão, 25 mar. 2009.

[36] Luiz Manteiga Álvares de Campos. Depoimento concedido à pesquisadora. Fazenda Pirapitinga, Campo Alegre de Goiás, 23 jan. 2009.

A construção dessa barragem foi uma das primeiras a receber investimentos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e a aceitar sociedade com o capital privado, que participou da composição acionária da SEFAC[37]. Esse consórcio está conectado à ANEEL, e as empresas que o constitui são: Furnas, Alcoa, DME Energética e Camargo Corrêa Energia. Estas receberão de acordo com o uso energético nacional e com a porcentagem do seu capital aplicado nessa construção, descontado, é claro, o que é determinado por lei na participação dos municípios (SILVA, 2007).

Os programas socioambientais fazem parte das medidas compensatórias que visam diminuir os impactos sentidos pela construção das barragens hidrelétricas. No caso específico da Serra do Facão são 24 programas distintos, que se dividem entre indenizações e infraestrutura dos municípios, animais e vegetação, clima, água e solo[38]. Dentre eles destacamos o de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural, do qual fizemos parte e que resultou no Centro de Referencia, livro, documentário, fotos e todo material disponibilizado para pesquisas posteriores, tal como este trabalho em questão, como anteriormente já citado.

Dentre as muitas mudanças ocorridas, essa usina hidrelétrica vem transformando o ritmo da vida local. Desde o princípio, como já aludido, o Sefac organizou reuniões[39]com as comunidades afetadas, explicando todo o processo, a metodologia para o inicio do empreendimento. A idéia era, ao mesmo tempo, responder às dúvidas, sugestões e reivindicações dos moradores. Esclareceu-se, inclusive, que Furnas contratou uma nova empresa (ETS), substituindo a SETA, que era coordenada pelo engenheiro agrônomo Ronan. A ETS, daí em diante, tornou-se responsável por elaborar o caderno de valores. Para tal,

---

[37] Anteriormente, quem iniciou a obra foi a empresa GEFAC. Posteriormente, a composição acionária final coube ao Sefac, que estabelece associação com Furnas Centrais Elétricas S.A., que detém 49, 5% de participação no consórcio. A Alcoa Alumínio S.A responde por 30%, e a DME Energética e a Camargo Corrêa Energia S.A possuem 10% cada. A Serra do Facão Energia S.A. é a empresa responsável pela implantação do aproveitamento hidrelétrico que também possui linha de transmissão e formação do reservatório. Disponível em: <http://www.sefac.com.br>. Acesso em: 15 out. 2009.

[38]Compõem o Programa Socioambiental 24 ações: Educação Ambiental; Indenização e Remanejamento da População; Reorganização da Infraestrutura e Apoio aos Serviços Municipais; Saúde e Controle de Vetores; Preservação do Patrimônio Arqueológico; Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural; Conservação da Fauna e Flora silvestre; Conservação da Ictiofauna (peixes); Gestão Patrimonial, Recuperação das Áreas Degradadas; Compensação Ambiental; Monitoramento Climatológico; Monitoramento Limnológico e Qualidade de Água; Monitoramento Hidrossedimentológico; Monitoramento Sismológico; Monitoramento e Controle das Condições de Erosão; Monitoramento de Lençol Freático; Acompanhamento dos Direitos Minerários; Limpeza da Bacia de Acumulação; Circulação de Fauna; Gestão Ambiental; Recomposição da área de Preservação Permanente; Reserva Legal e Comunicação Social. Tais ações fazem parte de uma exigência do governo e são medidas condicionantes/compensatórias para a liberação da obra.

[39] SERRA DO FACÃO ENERGIA S.A. *Memória das diversas reuniões realizadas pela Sefac com as comunidades afetadas e esclarecimentos por parte da empresa e solicitações dos afetados à diretoria da empresa*. Catalão, 2007 e 2008.

existiu uma comissão deliberativa, determinada por lei, composta por representantes como corretores imobiliários, empresários, cartório de registro de imóveis, produtor rural, juízes, agrônomos, cartórios, sindicatos, bancos, etc.



Figura 13 - Stéfani e Marina, netas de Dona Divina Dias Canedo. Campo Alegre de Goiás-GO



Figura 14 – Divina Dias Canedo. Atingida pela barragem. Campo Alegre de Goiás-GO

2. As formas de resistir: os movimentos sociais, o MAB[1] e as novas formas de negociação

> *O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana e uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro.*
>
> Simone Weil, *A condição operária e outros estudos sobre a opressão* (1979)

O trecho em epígrafe nos remete à situação daqueles que tiveram sua vida remexida contra a sua vontade. O desenraizamento de um povo resulta na perda de importantes referencias que antes regiam suas vidas: a maneira como eram distribuídas as residências, as redes sociais de reciprocidade e afinidade, a organização social.

Para a companhia energética, essa interferência é mitigada pelos mecanismos compensatórios. Nos jornais da empresa (INFORMATIVO SEFAC, 2009), fica evidente que, mais que interferir na vida desses moradores, a empresa acredita representar um grande avanço para essas pessoas e para as cidades do entorno:

> [...] A geração de empregos diretos e indiretos, a movimentação financeira na região e o aumento de receita dos municípios tem proporcionado o aquecimento da economia nos municípios das áreas de influência da Usina Hidrelétrica Serra do Facão.
>
> [...] A construção da nova ponte dos Carapinas já está em andamento. A mais importante obra de infra-estrutura viária a ser realizada na região do futuro reservatório da UHE Serra do Facão.

Em tempos de redefinição, a discussão sobre as formas de agrupamento enquanto classe social vem à tona, principalmente sob a acusação de que o MAB é autóctone. Pertencer ou não a uma classe, segundo Thompson (1979), requer considerar a ideologia que faz de cada um consciente de que há algo que os une. O conceito de classe social tornou-se senso

---

[1] O MAB teve início no final da década de 1970, na região do Alto Uruguai (SC/RS), e que continua até os dias atuais, assumindo dimensão nacional e até internacional. Seu foco central é o campo social de conflitos que se iniciou quando veio a público a instalação de hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai, por parte da Eletrosul. Destaca-se, de modo especial na reconstituição da trajetória histórica do referido campo, além da atuação desta Empresa, a dos futuros "atingidos", em sua maioria agricultores familiares a serem removidos de seus territórios tradicionais, e a de seus mediadores, responsáveis, de início, pela organização do MAB sendo, com mais detalhes, focalizada esta organização, suas estratégias de luta e suas conquistas. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br>. Acesso: em abr. 2010.

comum na atualidade. Falamos de classe na economia, na educação, na cultura; as pesquisas nos classificam em classes, porém, muitas vezes, não sabemos o real significado e como se dá a construção desse conceito. No caso de nosso estudo, o aspecto mais importante é se reconhecer inserido entre seus pares, o que, evidentemente, move uma espécie de ação conjunta ou ação coletiva. Thompson explica:

> A ação coletiva é a principal expressão da classe social. É através dela que podemos enxergar a classe social, pois a ação seria a conjunção de interesses de uma determinada classe. Estes interesses podem ser imediatos ou em longo prazo. Os interesses imediatos são aqueles traduzidos em reivindicação salarial, melhores condições de trabalho, baixa no custo de vida, etc; interesses que regem a vida de todos pertencentes a mesma classe, independente da posição na produção. São interesses que de uma forma espontânea e sem reflexão une um determinado grupo de indivíduos. A partir do momento que este grupo passa a refletir sobre suas condições de vida, trabalho, social e que a sua relação com o grupo detentor dos meios de produção é de explorado, os interesses passam a ser conduzidos para ações de maior vulto. Estes são considerados interesses em longo prazo e podem ser vistos como frutos da consciência de classe. São esses interesses que movem as classes sociais, no caso marxista, o proletariado, a uma ação coletiva que visa o fim do regime capitalista. Sendo assim, a consciência de classe é que gera a ação coletiva. (THOMPSON, 1979, p.67).

Thompson dá grande importância ao fator cultural, que é o pano de fundo de nossa pesquisa, para analisar a experiência na formação da classe social (THOMPSON, 1979, 2001a, 2001b; FERNANDES, 2001; MARX, 1971). Apesar de sua filiação marxista, sempre pontuando as relações de produção como fatores determinantes das classes sociais, Thompson demonstra como as classes sociais são reais e não apenas abstrações estruturadas para categorizar os grupos sociais. Em suas palavras:

> A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma (THOMPSON, 1987, p. 10).

Considerando o trecho destacado acima, podemos ver, a consciência de classe se constrói através das experiências vividas pelo grupo social, expressas nas formas culturais. As tradições, costumes, valores são frutos de uma vivência em comum, de um grupo social. A consciência de partilhar interesses iguais e identificar-se com estes e com os membros do grupo social é que, para Thompson, formam a classe. A classe não existe sem a consciência. Fazer parte de uma classe é identificar-se com seus valores e seus interesses, consciente de que estes são partilhados por todo o grupo.

A classe, apesar de ser um "ente abstrato", que é utilizado pelos teóricos como moeda corrente, torna-se real nos escritos de Thompson. A classe, para ele, "[...] é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição." (THOMPSON, 1987, p. 12).

Sob este aspecto, classe é um conceito, porém, sob o viés ideológico esse conceito é construído no cotidiano. Sendo assim, mais do que definir a que classe pertencemos, devemos observar as ações que empreendemos, as práticas que utilizamos, pois elas refletem e constroem a nossa posição na sociedade. Mais do que estatísticas, são as nossas ações que demonstram quem realmente somos nessa sociedade.

As famílias desapropriadas formam uma classe, se considerarmos que elas trazem consigo uma experiência comum, e não uma tomada de consciência de pertencimento de uma classe. O que as une é o fato de que todas as famílias atingidas pela construção de barragens, sem exceção, serão empurradas, porém não sem resistir, para a periferia das cidades, deixando de produzir para serem meros consumidores, aumentando os problemas sociais e econômicos da cidade, ocasionando também a diminuição da produção de alimentos básicos para a vida, e acarretando o aumento dos preços desses gêneros alimentícios, como ocorreu na construção da UHE Serra da Mesa no Norte de Goiás[2].

Assim como em águas turvas, a vida nesse contexto, sempre é estremecida. O clima quente e seco evidencia a dimensão do constrangimento inicial que os moradores sentiram com a constatação e irreversibilidade da chegada da barragem Serra do Facão, agora com data

---

[2] Em 1989, o governo brasileiro, autorizou a sociedade anônima FURNAS (com sede no Estado do Rio de Janeiro/RJ), a construir a USINA HIDRELÉTRICA DE SERRA DA MESA, que atingiu 178.000 mil hectares de terras em 09 municípios do Estado de Goiás. De acordo com os instrumentos da própria FURNAS - EIA/RIMA-1987, esta ficou obrigada a identificar toda a população atingida, para efeito de concessão de reassentamento rural coletivo. Desprezando a lei e referidas normas, FURNAS em 1996 inundou todos os 178.000 mil hectares e, das 3.000 mil famílias atingidas nenhuma foi contemplada com o projeto de reassentamento rural pronunciado por FURNAS. O MAB teve sua atuação efetiva durante todo o processo de instalação do empreendimento, porém foram vencidos sob o discurso desenvolvimentista que, ao longo de nossa história, fica evidente que o jogo de interesses tem forças desiguais. Disponível em: <http:// www.mabnacional.org.br>. Acesso em: 20 nov. 2010.

marcada. O Sr. Lázaro Cardoso de Oliveira nos conta como foi a sensação inicial diante do fato quase consumado. Para ele, a princípio, foi um momento de angústia frente ao novo. Sua fala é movida pelas lembranças de um tempo em que a correnteza fugia ao seu controle. Ele relata como foram as primeiras reações e o encontro dos afetados com o MAB[3], quando se mobilizaram e foram até Brasília, na expectativa de serem recebidos pela ministra do Meio Ambiente[4], e a Goiânia, para falar e ouvir algum direcionamento do governador Marconi Perillo[5]:

> *[...] Nóis foi umas cinquenta pessoas no ônibus, pra lá. Todo mundo atingido, aí eles falou que não, que não, que a Serra do Facão não tinha produção de gado, num tinha produção de cana, de nem di nada. Era um lugar disprodutivo, então o lugar foi iscuído* [escolhido], *porque ela* [a terra] *num tinha produção de nada. E o outro diputado falô que não, que todo lugá, quem tinha uma terra, que todo mundo que vivia naquele lugá, cum produção pequena ou grande, (mais eles vivia lá tranquilo), que nóis tava é organizandu uma coisa, que nóis tava atrapalhanu os eleitor dele, que ele nem podia ganhá a eleição em Catalão mais, e aí o outro respondeu: "- Quem mora lá tem sua produção, tem sua oportunidade que tá lá, se ele nunca mudô, se ele nunca robô, se ele nunca matô, ele tá lá, então ele vive daquilo lá. Aquilo lá é um lugar que eles gosta, então ocê tem que dá uma dedicação pra ajudá eles e não povidicá* [prejudicar]. *Aí o que ele respondeu pra nóis assim: "- Não, eu dei o armoço disinteressado pro cêis aqui, não interesso no que ocêis tá falando e nem o que ocêis é." O que ele falô pra nóis foi assim, aí aqueles diputado tudo foi falando, aí veio os secretário do Perilo e falou assim: "- Não, isso é uma coisa que tem que ser resurvido é antes da barrage, mais na hora que tivé sendo cunstruído vai sê tudo risurvido, porque eles não vão dá prijuízo ocêis, porque essa firma num dá prijuízo aos outro. E tem muita gente aqui dizendo que a Serra da Mesa, do Tucuruvi não pagô, mas isso é um dispeito que eles pode até tê, mais que eles vai ser beneficiado eles vai sê, eles vai beneficiá todo mundo, mudá suas nergia, mudá seus barraco, mudá suas casa, mudá suas terra. Só assim, o governadô chegô e fez um tchau, que é o Perillo, só deu continência pra nóis e virô as costas e num apareceu mais, mais ele mandô o secretário dele [...]. É, ficô naquela, uns falava: "- Pode prantá." Uns falava que isso vai demorá uns dez anos, outro que vai demorá cinco ano...E isso eu fui um pouco perdendo a crença, fui abandonandu as coisas, porque nóis num sabia se nóis ia tê uma produtiva boa, se nóis tinha arguma coisa que num ia cunviniá [convir]. Pra nóis, nóis foi ficanu daquele jeito. Aí, depois eu fui lá, conversei cum chefe lá, que era o Ivan, e ele falô assim: "- Nóis vamo ter*

---

[3] Sobre MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem) cf.: EIA/RIMA da Serra do Facão, Mesquita (2004); Bermann (2007), Mendonça (s/d).

[4] Marina Silva foi ministra do Meio Ambiente de 2003 a 2008.. Nesse período recebeu uma parte dos atingidos pela barragem Serra do Facão em seu gabinete. Havia uma audiência marcada com ela, porém não foi possível receber a todos devido ao volume de atingidos que estava à espera por alguma solução.

[5] Marconi Pereira Perillo Júnior assumiu o Governo do Estado de Goiás de jan. de 1999 a março de 2006 pelo partido do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e foi sucedido em março de 2006 pelo Governador em exercício Alcides Rodrigues, do PP (Partido Progressista). Perillo exerceu o cargo de Deputado Federal pelo Estado de Goiás de fevereiro de 2005 a dezembro de 1998 e atualmente é Senador, sendo seu mandato de fevereiro 2007 a fevereiro 2015.

> *uma reunião lá co cêis, nóis tem que procurá uma casa, uma árvore, um lugar, um trem que tem uma providade* [providência]*", e chamô a comunidade intera pra nóis ixpricá, aí nóis marcô pra cá, e todas reunião da SEFAC foi aqui...* [6]

Tempos depois, nesse mesmo cenário, o mesmo Sr. Lázaro e sua companheira, Dona Eva Dias Carneiro, mostram que os esclarecimentos que faltavam inicialmente e as estratégias de aproximação atingiram seu objetivo. Dona Eva nos fala:

> *[...] A Sefac é uma mãe pra nóis aqui! Ela ajudô todo mundo! Pagô tudo direitim a nóis tudo. Sempre tem uns que crama, né? Mais ela num deu prejuízo pra ninguém de nóis aqui.*[7]

Diante dessas incertezas, o bispo da Diocese de Ipameri, juntamente com outras pessoas da região buscaram, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), contato com outros grupos que já tinham vivido a experiência da construção de barragens, e desse momento em diante o MAB, que na verdade é um apêndice da CPT dentro da Igreja Católica, passa a fazer parte desse cenário, organizando reuniões com os afetados pela barragem e até mesmo frequentando as reuniões da empresa com a comunidade. Esse bispo, Dom Guilherme Antônio Werlang, foi indicado por quase todos os afetados como a mais expressiva referência para explicar o envolvimento inicial com o MAB. Ele assim opina:

> *[...] em princípio eu sou contra a construção de barragens, especialmente quando nós temos quatro modelos de geração de energia elétrica e baseado num modelo da hidroprodução, quando nós temos "n" outras possibilidades da energia: a eólica, solar, enfim, nós temos muitas outras. Quando você chega em Brasília, tem uma coisa que tá errada, mas quando você chega com uma montanha de dinheiro, de repente a coisa foi aprovada! Eu não tenho como provar que aqueles são membros, ou seja, do Ibama, ou seja, qual o órgão do governo se perdeu. Mais são sinais muito fortes. Então eu não posso dizer assim: "-Venderam-se. Foram comprados". Mas é a mesma coisa eu dizer: "-Alguns, digamos, um animal que tem orelha de elefante, pata de elefante, tamanho de elefante, pelo de elefante, tromba de elefante, não é elefante". Então, nós temos indícios muito fortes, especialmente quando em todos os pontos pipoca a corrupção.*[8]

Foi a partir dessa convicção que Dom Guilherme, que também é membro atuante da CPT, propôs que fossem feitas reuniões nas comunidades, na paróquia e comandou programas

---

[6] Lázaro Cardoso de Oliveira. Depoimento concedido à pesquisadora. Fazenda Rancharia, Campo Alegre de Goiás, 22 jan. 2009.

[7] Eva Dias Carneiro. Depoimento concedido à pesquisadora. Fazenda Rancharia, Campo Alegre de Goiás, 22 jan. 2009.

[8] Guilherme Antônio Werlang. Bispo da Diocese de Ipameri. Depoimento concedido à pesquisadora. Ipameri-GO, 29 out. 2009.

na rádio de Catalão. O bispo, a essa altura, buscava articulação com integrantes do MAB, que vinham do sul para organizar a resistência em Goiás. Assim ele relata sua participação:

> *[...] um pastor, ele vê o seu rebanho ser atacado, ele não pode ficar cego, surdo e mudo, ele tem que ir em defesa desse rebanho. Defender esse rebanho significa, em primeiro lugar: a justiça com essas famílias. [...] aí eu fui à CPT em Goiânia, eu fui ao Ministério Público de Goiânia, no Federal, no Estadual. Conversei com um delegado do Meio Ambiente, todos prometeram tomar providências, mas nada acontece. Isso nós sabemos, o povo promete: "-vamos atender você", mas num acontece. A empresa vai fazer de qualquer jeito, porque quem manda é o capital. Não é a pessoa humana! O lucro é o centro do mundo moderno. Tudo gira em torno do lucro. Se daí você precisar privatizar o ar, você vai privatizar o ar, uai! Você ia rir há trinta anos atrás se você ouvisse que iam privatizar as águas. Esse rio São Marcos tá privatizado pela concessão, porque o Governo Federal, que é o dono do rio, concede por trinta, trinta e cinco anos um direito de uso e de exploração. Ora, eu sabia que o rio era dos animais e das pessoas. Agora não, ele é de quem tem o direito de uso dele.* [9]

Houve ainda processos abertos contra padres e outros militantes do MAB. Sobre este episódio, Padre Orcalino foi responsabilizado judicialmente. Ele faz críticas ao empreendimento e às formas de coação adotadas pela empresa. Em sua fala fica evidente sua insatisfação com o posicionamento do poder público, que, segundo ele, recebeu verbas para que os militantes fossem neutralizados, além dele também receber uma proposta para que deixasse de ser um empecilho para a instalação da barragem e também de aliasse ao grupo, como nos conta:

> *A igreja deu apoio ao MAB. A gente entra nessa situação não é de caso pensado, é porque a injustiça que a gente vê nos leva a isso. O município recebeu dinheiro para se aliar à empresa e continua recebendo muito dinheiro, criaram muitas regalias aqui para a prefeitura, mas não porque eles são bonzinho, porque é um jeito de puxar a força pro lado deles.[...] Me procuraram duas moças, vieram aqui me oferecer: "- o senhor faz direitinho o projeto da empresa que a empresa vai construir qualquer coisa que o senhor quiser." Eu disse:"- Se não tem vergonha de vir aqui e fazer uma afronta dessa? Você me respeita! Você sabe que eu já to num processo por causa dessa briga com vocês e você ainda vem aqui me oferecer dinheiro? É uma vergonha!" [...] Se o governo fosse coerente, todo mundo receberia o que é justo, o que deve [...] o povo fica à mercê deles. [...] a presença da igreja foi muito importante. A igreja foi muito importante, uns dizia que ela era a luz no fim do túnel. Não só a igreja, mas a presença do padre, dos professores da universidade.*[10]

---

[9] Guilherme Antônio Werlang. Bispo da Diocese de Ipameri. Depoimento concedido à pesquisadora. Ipameri-GO, 29 out. 2009. Não é bem correta a afirmativa que o Bispo faz quanto à privatização. Como já explicamos anteriormente, as empresas são sócias do empreendimento e receberão como lucro pelo gasto energético, todavia a energia será gerada para todo o país sob o controle da ANEEL.

[10] Padre Orcalino. Depoimento concedido à pesquisadora. Catalão-GO, fev. 2009.

Resistir é, antes de tudo, criar formas de continuar existindo a partir do ato de enfrentamento. Especificamente no vale do rio São Marcos, estamos lidando com um acontecimento onde sequer a poeira da História levantou; onde a palavra de ordem talvez seja a incerteza. Mais que uma luta para resistir, o MAB interfere na forma de organização dos atingidos. MAB, Igreja, Universidade, alunos e comunidade se posicionam contra a barragem. A situação foi se transformando à medida que os atingidos percebem na resistência, a única possibilidade de permanecerem na terra.

Não se trata somente de uma luta de camponeses, embora seja essa a base fundamental do movimento, a maior parte dos atingidos pela barragem Serra do Facão são pequenos produtores, que produzem para o próprio sustento e o comércio na região. Envolve também outros setores sociais interessados na contestação do modelo de desenvolvimento vigente em nosso país, modelo esse que expropria o homem do campo, interfere na natureza de forma irresponsável, visto que o EIA/RIMA não compreendia adequadamente a solução dos impactos gerados pela barragem e está vinculado a uma política industrial que tem como meta colocar o Brasil no sistema capitalista internacional como grande exportador de energia em forma de produtos.

Alguns professores dos cursos de Geografia e de História, a princípio, se engajaram na causa, porém os professores e cursos de dividiram, enfraquecendo ainda mais a resistência. A UHE Serra do Facão passou então de vilã a "mocinha", para alguns. No XX EREGEO[11], a organização do evento recebeu um generoso patrocínio, o suficiente para que não houvesse a necessidade de mais patrocinadores, o que, consequentemente, firmou ainda mais uma posição de aceitação por este público. Sobre esta transição, uma das alunas do curso de Geografia, que se tornou militante contra a barragem, nos conta:

> *A reivindicação inicial era vetar a obra e não aceitar a construção da usina. Os professores compraram a briga, os padres, a gente que era bolsista na iniciação científica. A Pastoral da Terra que chamou o MAB. O Dom Guilherme que tinha experiência anterior porque ele tinha família deslocada por uma usina no Rio Grande do Sul onde o MAB é forte. [...] Tinha aviso na rádio das manifestações, das reuniões, quem divulgava era em geral os padres. Fizemos uma mobilização no canteiro de obras. As máquinas foram retiradas, tinha umas 200 pessoas lá. Era um dia de muita chuva, o padre Orcalino foi processado por causa desse dia. Parte da cerca foi arrancada e ficaram uma cruz no local, o que simbolizou uma vitória e uma tranqüilidade para os atingidos que voltaram a se envolver com suas propriedades, com o plantio, porque eles acreditavam que a UHE tinha recuado. Mas na verdade o impedimento que adiou foi por causa dos peixes,*

[11] XX EREGEO – Simpósio Regional de Geografia. A Geografia no Centro-Oeste brasileiro. Passado, presente e futuro. Sediado na Universidade Federal de Goiás, campus de Catalão.

> *do meio ambiente. [...] Nisso o MAB convidou a Associação dos Criadores de Peixes de Goiânia pra dar mais força no movimento. [...] Conseguimos atrasar a barragem, mas não vetar, o que já foi visto como uma vitória e comemorado com festa na região de Anta Gorda.*[12]

Muitas foram as formas de tentar resistir. As astúcias combatiam as estratégias da empresa na medida do possível. Aline, também aluna do curso de geografia, nos conta que os recursos do MAB eram ínfimos perante o investido pela empresa para orientar os moradores:

> *Impossível competir, o jornal nosso era em preto e branco, xerocado em folha comum, o deles eram com imagens digitalizadas, papel próprio, alem de conseguirem fotos de moradores antigos da região sempre rindo e abraçados aos mentores da empresa. [...] Eles ainda contavam com a opinião pública que divulgavam eles dando sacolinha com remédio, levando brinquedos nas periferias. Toda a comemoração da cidade tinha a Serra do Facão, parecia que antes deles não tinha cidade, tudo era eles que iam fazer [é o que ela denuncia que as mídias divulgavam.] [...] Pesava também o fato deles divulgarem a idéia que quem não resistisse seria indenizado primeiro e melhor. Diante do medo de não receber, as resistências foram dando lugar à aceitação. Isso segregava o grupo, desmobilizava.* [13]

O professor Laurindo Pedrosa é enfático em suas denúncias. Mais que um projeto de produção energética, a instalação de uma barragem é, segundo ele, pensada para sustentar uma indústria da geração de renda e movimentação de empresas que monopolizam todo o setor. Na sua opinião,

> *Seria muito mais viável, tanto pelo menor impacto quanto pelo investimento, a construção de pequenas usinas que aproveitem o transito natural dos rios. O Brasil tem esse potencial hídrico. Porém, se assim o fosse, não rodaria o ciclo que atende aos interesses da empresa. Por exemplo, a Camargo Correia tem além de indústria de cimento, de fornecimento de mão de obra, de construção de usinas, ou seja, é um fio condutor, ela atua em todas as frentes. Nunca saem perdendo.*[14]

---

[12] Sandra Aparecida Alves. Depoimento concedido à pesquisadora. Catalão-GO, jun. 2009. Sandra é formada em Geografia, foi bolsista num projeto que tinha por objetivo acompanhar a saída das famílias atingidas pela UHE Serra do Facão. Mesmo ela não sendo diretamente atingida, tornou-se militante da causa por ter parentes atingidos

[13] Aline da Silva. Depoimento concedido à pesquisadora. Catalão-GO, fev. 2009.

[14] Laurindo Elias Pedrosa. Depoimento concedido à pesquisadora. Catalão-GO, nov. 2009. Professor Laurindo possui graduação - Licenciatura e Bacharelado - em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (1994), e mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (2001). Atualmente é professor titular da Universidade Federal de Goiás. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Física, atuando principalmente nos seguintes temas: geografia, climatologia, recursos hídricos, planejamento urbano e regional, meio ambiente, impactos ambientais, movimentos sociais e educação ambiental e cidadania. Insere-se ainda, como professor do Curso de Geografia do Campus de Catalão/UFG. Mestre em Análise e Plan. Sócio-Ambiental. Pres. da Associação da Bacia Hidr. do Rio Veríssimo ASBHIRVE Pró-COBAHIRV. Pres. da AGB/Seção Catalão - Gestão 2007/2009. Perito ad Hoc Crimes Ambientais DGPCGO/SPJ/9ªDRP. Parecerista Sócio-Ambiental - Convênio: MPGO/UFG/CAC. Um dos Autores do Diagnóstico e Monitoramento Sócio-Ambiental de Catalão e Entorno Convênio: MPGO/3ªPMJ/Curadoria do Meio Ambiente de Catalão. Publicou

Muitas reuniões aconteceram para tentar apoiar as lutas e enfrentamentos. Diante da irreversibilidade do empreendimento, a reivindicação muda seu caráter, deixa de ser contra a barragem e passa a ser sobre os cálculos indenizatórios. A preocupação dos atingidos é que sejam desalojados e não recebam a devida indenização. Numa medida educativa pelo exemplo, a empresa paga primeiramente os que precisam ser silenciados. Sobre essa estratégia, o Sr. Amarildo Almeida Silva, que além de ser proprietário atingido, tornou-se um forte militante do MAB e fez curso preparatório do Rio Grande do Sul, nos explica como foram sendo silenciados:

> *Num é justo! Nóis lutô, viu? Teve uma especulação imobiliária que surpreendeu todo mundo aqui aqui, ninguém conseguia comprá mais nada, então era mio receber logo e ver o que dava pra nóis garanti. Eles vencero nóis pelo cansaço. [...] Eles de primera sumiru, dispois vieru com tudo e disseram que quem fosse do MAB ia ser os ultimo a receber. Nóis ficô tudo preocupado, né? E se nóis nem num recebê? Então isso infraqueceu o movimento. [...] nóis tinha medo tabém dos processo, nóis já tinha visto o processo judicial dos padre, então a gente penso que se nóis ainda tivesse processo, podia dá até di nóis num recebê.*[15]

Mas, atendendo à reivindicação dos afetados, sugeriu-se que cada comunidade poderia escolher representantes para compor uma comissão consultiva, com a função de acompanhar os trabalhos desta outra. Muitas pessoas de diversas comunidades se predispuseram para tal empreitada. Esse caderno de valores segue as indicações da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT) e a avaliação obedece a critérios rigorosos de classificação da terra, das benfeitorias nela contidas, que incluem desde a porteira até árvores frutíferas[16].

Nas atas das reuniões[17] ficam evidentes quais os tipos de enfrentamentos que os moradores do vale do rio São Marcos ainda encontraram. Pesquisando as memórias das reuniões, pudemos perceber que ainda eram muitas as dúvidas sobre os valores e datas da indenização. Na ata da reunião de dezembro de 2008, ainda surgem questões sobre a área

---

artigos sobre os descompassos gerados pela instalação da UHE Serra do Facão, dentre eles destacamos: *Comissão de mobilização contra a construção de barragens- a favor dos atingidos, ameaçados e pelo meio ambiente. Relatório da visita ao sul/sudoeste goiano*. Publicado pela *ComCiência*, Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, LABJOR/SBP. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2009/02/13/cerrado-no-contexto-das-transformacoes-socioambientais-artigo-de-laurindo-elias-pedrosa/>. Acesso em: 12 jun. 2009.

[15] Amarildo Almeida Silva. Depoimento concedido à pesquisadora, jun. 2009.

[16] Serviram de referência também as "tabelas de composição de preços para orçamento", da Editora PINI-TCPO 12/2003 e como modelo outras tabelas de usinas, tal qual, Peixe Angical, Simplício e Batalha II.

[17] SERRA DO FACÃO ENERGIA S.A. *Memória das diversas reuniões realizadas pela Sefac com as comunidades afetadas e esclarecimentos por parte da empresa e solicitações dos afetados à diretoria da empresa*. Catalão,2007 e 2008.

atingida, os valores a serem pagos, as possíveis datas para tais pagamentos, entre outras. Vale lembrar que a data prevista para a total desocupação da área atingida estava a menos de sete meses da referida reunião.

As reuniões, de modo geral, contaram com a participação do MAB, dos pequenos produtores da região mesmo que não fossem atingidos, do MST e da CPT, representada pelos padres da região. Consta nas atas de algumas reuniões que antes de começar os esclarecimentos e negociações, com frequência o grupo fazia uma oração, o que dá um caráter de coesão na diversidade do grupo, exercia a função de as pessoas como uma classe que partilhava dos mesmos desejos. "Tal prática anula, momentaneamente, as diferenças internas entre eles", comenta Padre Orcalino.

Atuando nesta tentativa de convencimento do quão importante a barragem é para a região, Bertolt Brechet, ironicamente, dá as boas-vindas em uma obra que representa uma contradição do que o autor expressava ainda no início do século XX. A frase está escrita em uma placa (Fig. 15), no acesso principal de entrada na Usina Hidrelétrica Serra do Facão, mas bem poderia pertencer a uma bandeira do MAB ou de outro movimento social que trava, frequentemente, um batalha pela conquista de seus objetivos. O que nos interessa, aqui, diz respeito à ocorrência de lutas sociais de pequenos produtores rurais ao longo da história da instalação da Barragem Serra do Facão, bem como um panorama geral do movimento enquanto prática de luta e de legitimação da parte afetada pelo empreendimento.

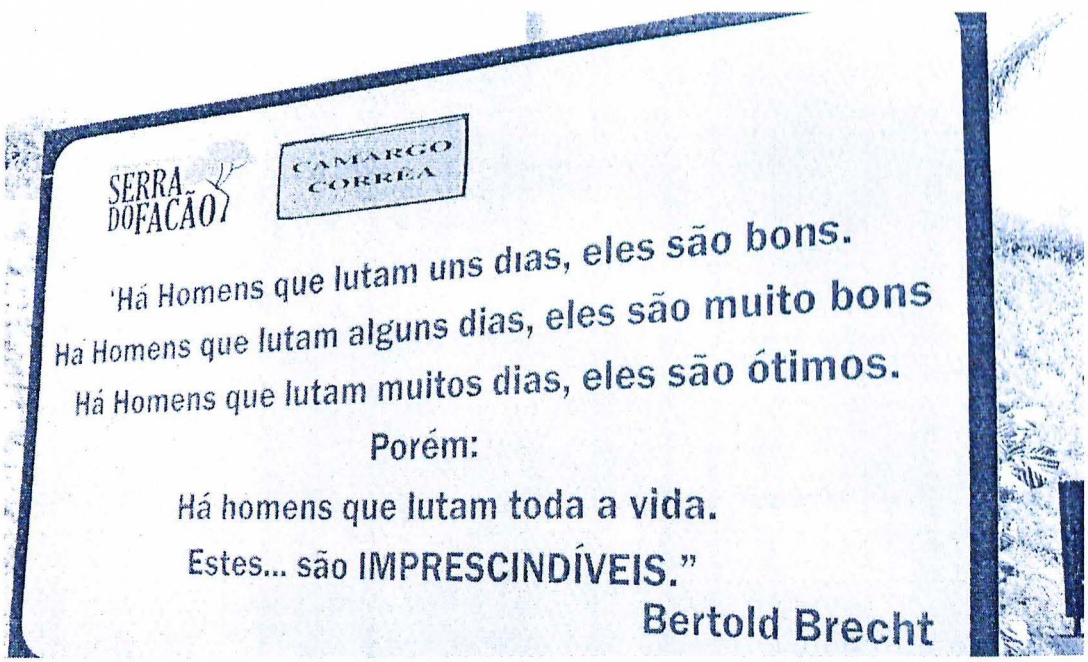


Figura 15 - "Há homens que lutam uns dias, eles são bons. Há homens que lutam alguns dias, eles são muito bons. Há homens que lutam muitos dias, eles são ótimos. Porém, há homens que lutam toda a vida. Estes...são imprescindíveis." Bertold Brecht. Placa localizada na entrada principal de acesso à Usina Hidrelétrica Serra do Facão.



Figura 16- Osíris Pimentel de Ulhôa. Dono da Fazenda "Meu Cantinho" Campo Alegre de Goiás-GO



Figura 17 - Fazenda de José Rodrigues Martins. Catalão-GO. Sede atingida pela barragem

2.1 "Vamos perder os vizinhos, o nosso lugar, nosso lugar de viver"[1]: medos e incertezas frente às desapropriações

> *Vivo em um lugar com ar puro, bastantes vacas, muitas árvores, muitos pássaros, roças de milho, frutas gostosas e muito mais, é um lugar muito bom! Ando de bicicleta sem medo, chupo jabuticaba, brinco com meu cachorro, vejo televisão, olho as estrelas e a noite e sempre faço um pedido para a estrela dos desejos.*
>
> *Mas tem uma coisa que eu não gosto, é a barragem! Por causa dela meu pai não poderá trabalhar e pois a maioria das lavouras vai acabar, quase toda as roças vão ficar debaixo d'água. Por causa da barragem os córregos que tomávamos banho vão virar um lago e todos que forem lá terão medo de nadar, pois o lago ficará mais cheio e mais fundo.*
>
> *Talvez nós teremos que mudar desse lugar tão bom, mas nunca me esquecerei das flores cheirosas e coloridas, dos pés de ipês, dos pêssegos, da mangueira cheia de manga, das laranjeiras, das jabuticabeiras, do pé de amora, dos mamões dos pés de pimenta, da horta com seus repolhos e cenouras, mesmo sabendo que tudo isso vai ficar debaixo d'água!*
>
> *As pessoas que constroem a barragem não sabem o que estão fazendo, eles estão inundando, acabando com a vida e alegria de muitas pessoas, inclusive a minha. Parece que eles só pensam no dinheiro, no lucro que vão ganhar, afinal não são eles que ao sair de suas casas.*
> *Se um dia eles verem a situação com nossos olhos, verão que estão fazendo muitas pessoas sofreram e aí eles vão ver que a barragem não é boa para ninguém da região.*
>
> *Eu sei que a barragem vai produzir energia para todos nós da zona rural e das cidades, mas eu queria que o governo fizesse de energia que não fosse usando barragens e com isso as pessoas que deixam suas casas, que vão para suas casas, que vão para cidades ou para outro lugar, não morram de tristeza.*[2]

Bem como nos conta o garoto Igor, a vida de muitos ali foi inundada. Filho de um morador atingido pela barragem, o texto acima ilustra o sentimento de perda, de apego à terra. Neste capítulo final, trataremos especificamente do sentimento de perda, das angústias e incertezas recorrentes nas falas nos atingidos. O custo social desse deslocamento, a consciência dos que são diretamente por ela afetados e o destoante discurso entre o que a empresa enxerga e o que os atingidos percebem num mesmo cenário e numa mesma temporalidade.

Como visto anteriormente, a chegada da usina angustiou por 45 anos os moradores do vale do rio São Marcos. A desinformação, uma das principais "armas" das empresas do setor elétrico em seu relacionamento com as referidas populações, assumia, nos momentos iniciais

---

[1] Ana Paula da Silva. Depoimento concedido à pesquisadora. Campo Alegre de Goiás, jan. 2009. Esse trecho foi retirado da fala de uma moradora atingida pela barragem, porém seu teor é recorrente nas entrevistas coletadas ao longo da pesquisa.

[2] Igor Neiva Mesquita. 3ª série do Ensino Fundamental. "Vidas inundadas", 2007.

de sua atuação, como lembram os moradores, uma maneira de inseri-los no processo, sob a alegação de que a barragem seria sinônimo de desenvolvimento, progresso e emprego para todos. Além de uma incerteza do que aconteceria com eles, ainda sofriam com a desinformação. Essa sonegação de informações visava, em primeiro lugar, possibilitar o ingresso e a circulação de pessoal da empresa na região. Facilitaria também a conquista de algumas posições no espaço regional, antes que a população se desse conta do que estava para acontecer.

A desinformação continuava, também após o início das obras, por vezes através de uma espécie de "propaganda enganosa", veiculada pela própria empresa, que, por meio de uma intensa atividade de "comunicação social", divulgava o empreendimento e seus supostos "benefícios", calando-se quanto aos aspectos socioambientais negativos. Ou, ainda, com a divulgação de informações contraditórias ou desencontradas sobre vários aspectos do andamento das obras, entre os quais as soluções relativas ao deslocamento da população local, o que facilitaria por parte dos responsáveis pelo empreendimento, ao gerar insegurança e dúvidas, a imposição de determinadas soluções à revelia dos segmentos sociais afetados pelas iniciativas em pauta.

Diante do discurso do "progresso" intrínseco à barragem, o autor Marcelo Mendonça nos fala sobre o abuso da imagem do homem do campo como a personificação do atraso que pode ser "curado", pelo menos no discurso do necessário avanço empresarial:

> A construção imagética do camponês e do homem do campo, do trabalhador da terra, inclusive no cinema, tais como as figuras do Jeca Tatu e o Mazzaropi, baseados no livro jecatatuzinho de Monteiro Lobato, ainda se processa como algo exótico e diferente, mas estereotipado. Evidentemente, no conteúdo destas imagens persiste a idéia, ainda generalizada que os trabalhadores da terra, camponeses e proprietários rurais pouco tecnificados, não lidam adequadamente com a higiene corporal, estão arraigados à tradições e a crenças sem relevância nas áreas urbanas, alem de serem avessos ao progresso técnico como a reprodução da ideologia do atraso. A única esperança para esse povo é a chegada e a reeducação pelo progresso materializado nas empresas (MENDONÇA, 2004, p. 32).

Quando pensamos numa região a ser afetada por um empreendimento público como o da UHE Serra do Facão, de imediato não temos noção da riqueza das relações sociais estabelecidas no campo, das suas sutilezas e formas de ocupação. Mais de perto, observa-se que, além dos proprietários propriamente ditos, existem os arrendatários, os empregados temporários, os posseiros com direito ou não ao usucapião, os garimpeiros, os caseiros, os agregados, entre outros. Além disso, diversas situações inconclusivas, como inventários e

partilhas de terras, financiamentos com bancos, novas relações familiares, delineiam-se e têm a ver com as indenizações em curso. Tal é o caso de Dona Sebastiana de Freitas, proprietária de um pequeno pedaço de terra que, segundo ela, se viu prejudicada por viver há muitos anos na companhia de um dos maiores proprietários locais e não em seu próprio chão:

> *[...] A gente entende que a pessoa que tá na casa dele [sobre seu companheiro, o senhor José Vitorino Borges], na terra dele, que escolheu onde quer morar, né? E que não quer vender, né? Eu num fiquei bem não, porque o meu caso é diferente. Eu moro com o Zezinho há 25 anos, aqui nessas terras dele, mais as minha, uns 8 hectares que eu tenho pra cima, que tem um homem cuidano, ele recebeu e eu recebi muito pouco, porque eu num morava lá [arrendatário]. Que é o que eu tinha... o que eu fiz, né? Hoje eu num faço mais nada! Porque o dinheirinho que eu recebi dessas minhas terras num dá pra fazê nada. [...] A gente num qué vendê, e se eles é que qué comprá eles num pudia vim aqui e falá: "- É tanto, e ocêis tem que saí.*[3]

Por outro viés, outros moradores da região afetada acreditam que, com todas as mudanças que aconteceram, saíram ganhando. O empreendimento para eles foi bom, pois trouxe uma remuneração que lhes possibilitou comprar outra propriedade, "já formada", como, por exemplo, o Sr. Geraldo Felipe, que avalia:

> *[...] Minha terra era mais fraca, né? Mais a que saiu: a terra que eu entrei aqui está com quase tudo formado, né? Duas casas, né? Curral pronto, né? Até não foi ruim não, a gente tem que falar a verdade. Ainda sobrou um pouco de dinheiro pra mim, né? [...] O povo falava: "-Ah! A barragem não sai, a barragem não sai, a barragem não sai". Eu falei: "- Não saí?" Até que saiu, né? Mais deu tudo bem, graças a Deus, né? Eu saí ganhando.*[4]

Para alguns distanciados das margens do rio, a vida terá que ser reconfigurada. A imprevisibilidade faz parte de muitos discursos daqueles que ainda não visualizam como será sua adaptação em outro ambiente. Neste lugar tão adverso, encontramos o Sr. Manuel Felipe da Silva, trabalhador na zona rural na área afetada pela usina. Como caseiro de uma propriedade, foi indenizado e investiu em uma casa em Catalão. A situação dele é comum a outros que não conseguiram compra terras suficientes para permanecer no campo e se veem na iminência de começar vida nova na cidade:

> *[...] Tô com 58 anos, eu nasci aqui, e tô até hoje... O pai vendeu a fazenda e eu fui morá ali. Ai eu achei foi ruim demais, porque num tinha jeito deu prantá nada, que a fazenda num era minha, né? E lá eu prantava de tudo, criava galinha, criava poico* [porco], *tinha nosso leite. Ai, depois eu mudei*

---

[3] Sebastiana Freitas. Depoimento concedido à pesquisadora. Fazenda Forquilha, Campo Alegre de Goiás, 19 jan. 2009.

[4] Geraldo Felipe. Depoimento concedido à pesquisadora. Campo Alegre de Goiás, 6 jun. 2009.

> *pra ali, e ai tudo ficô por minha conta mesmo...* [caseiro] *Tô pensano em ir lá pra cidade. O trem lá num é brincadera não... A Sefac me indenizô, mais o dinhero não dava pra comprá terra..., só deu pra comprá uma casa,* [carta de crédito]. *Mais pra mim ir imbora pra cidade tá sem jeito, porque eu num sei fazê nada lá na cidade Comprei, é, pra mim morá, mais eu fui lá no final de semana, tô achanu muito dificil de mora pra lá, viu? Num tá fácil não!...Custoso... Pela idade minha nun tá dano pra pegá imprego na cidade também. O trem tá feio! Que pra morá lá na cidade igual eu, num tem sirviço lá pra gente, né? Tem jeito não... Queria mesmo era aposentá, só que num tenho tempo pra aposentá ainda não. O homi du campo é 60 anos...*[5]

Caso diverso é o da senhora Noemísia Rosa Portaluppi[6], para quem o empreendimento representou uma "benção", pois mesmo não sendo proprietária, foi indenizada. Dona Noemísia nos diz:

> *[...] Para ela e sua família (marido e neta) a usina foi uma benção. Ela veio do Paraná para trabalhar com seu marido nas terras do cunhado, em Anta Gorda. Com o empreendimento, eles foram indenizados pelos anos ali trabalhados. O que ela não esperava. Com o dinheiro, ela investiu num bom pedacinho de chão na comunidade Fazenda Pires. Agora ela é proprietária e mesmo não tendo mais salário, ela também não tem patrão e tudo que plantar ou criar é para sua família. Já se sente integrada à nova comunidade. É muito católica, ajudou a organizar a última festa de São Sebastião.*[7]

Margeando o rio São Marcos, nas suas trilhas muitas foram as histórias que aguçaram nossos sentidos e imaginação. Essas histórias vinham acompanhadas de café com pão de queijo, demonstrando a hospitalidade do homem do campo. Entre um cafezinho e outro, fomos servidos de histórias; uma boa prosa surgia embebida de emoções que, por vezes, nos surpreendiam, as lágrimas que caíam apontavam para um futuro de incertezas; para alguns, principalmente os mais velhos, uma forma de (re)começo, e para outros, uma sensação de inadaptação frente ao novo. As lembranças, às vezes, deixavam os olhos rasos d'água e a voz "custosa de sair". Seu Osíris Pimentel Ulhôa chorou literalmente pela Fazenda "Meu Cantinho"[8], e agora reconstruirá um cantinho para chamar de seu. Esses nomes carinhosos marcam o apego a terra e à vida no campo:

> *[...] eu sou viciado em pescaria, desde menino. Eu tinha loja de material de construção, não tinha um mês de maio que eu não saísse 30 dias pra pescar.*

---

[5] Manuel Felipe da Silva. Depoimento concedido à pesquisadora. Fazenda Rancharia, Campo Alegre de Goiás, 22 jan. 2009.

[6] Noemísia Rosa Portaluppi. *Memória*. Depoimento concedido à pesquisadora, dez. 2008.

[7] Noemísia Rosa Portaluppi. *Memória*. Depoimento concedido à pesquisadora, dez. 2008.

[8] Fazenda que teve a maior área atingida pela construção da barragem, de propriedade do Sr. Osíris Pimentel Ulhôa.

> *Apareceu esse pedacinho aqui, nós compramos... E eu falei: "- Agora, vou fazer uma casa numa beirinha do rio pra mim morrer aqui. Quero morrer na beira do rio". Aí veio a SEFAC e me tirou, né? Mas o meu sonho era morar na beira do rio. Eu fico num sentimento de tá mudando de lá daquele pedacinho que eu construí! E agora vai inundar, vai virar lago, os peixes serão outros, né? Mas, ah! Eu tenho esse aqui agora, tô fazendo uma casa no alto ali, pra ficar olhando o lago lá de cima, né? Mas pescadô mesmo [...] o rio, o rio em si, as qualidades de peixe que existia vai desaparecer, né? Um ano, dois anos depois ainda vai pegar algum peixe que a gente acostumava pegar. Eu acho terrível essa mudança! [...] Quando a gente é forçado a mudar sem querer! É obrigado a sair sem querer! É obrigado a aceitar o dinheiro que quiserem pagar, eu num quero vender, mas é obrigado a vender! Dói, viu? [...] É, dói! A parte sentimental dói. Mas... é a vida, né? A gente aprendeu já a tomar muito tranco, né?* [9]

Os moradores se identificam e se reconhecem em suas terras. As águas do rio São Marcos impõem respeito, medo e admiração. Há quem viva dele, trabalhe nele, como o Sr. Rui, que se autonomeia Rui Balseiro, como se a profissão fosse seu sobrenome. O Sr. Rui Corrêa da Paixão faz a travessia da balsa há 39 anos. A sua vida profissional é no movimento das águas, bem como a sua casa, que fica às margens do rio. Como seu lazer preferido, ele construiu um tablado com garrafas pet para pescar, que ele chama de "minha engenhoca". Assim ele fala do prazer que o rio lhe proporciona:

> *[...] gosto demais dessa beira de rio, é o meu lazer, meu pescadô, lugar de eu pescar é esse aqui, meu navio de pesca, é o lugar pra fazer minha folga. Eu ponho lá meu radinho lá, aí a hora que eu estou de folga, eu vou pra lá, ponho o tamburete lá, sento lá e vou pescar de boa.*[10]

Com o chapéu para proteger a cabeça do sol, o Sr. Rui passa os dias no rio, e para matar o calor e a sede tem uma lata de óleo vazia que funciona como um copo, presa a uma corda, a qual imerge no rio para beber água fresquinha. Seus olhos ficam marejados ao falar de sua relação com o rio:

> *[...] Eu tomava banho demais no rio, era gostoso demais quando eu era criança. Aqui na seca dá umas praia bonita e riacho pra tomar banho, né? Embaixo tem uma, em cima tem outra, na volta ali tem outra prainha, gostoso demais, nós brincava demais. Quando nós morava aqui com seu Manoel, as meninas dele tudo era mais nova, e ia nós tudo pro rio tomar banho, pescar, fazer piquenique.*[11]

---

[9] Osíris Pimentel Ulhôa. Depoimento concedido à pesquisadora, fev. 2009.
[10] Rui Corrêa da Paixão. Depoimento concedido à pesquisadora. Fazenda Paulista, Catalão-GO, 6 fev. 2009.
[11] Rui Corrêa da Paixão. Depoimento concedido à pesquisadora. Fazenda Paulista, Catalão-GO, 6 fev. 2009.

O rio é lugar de diversão, de trabalho, mas também requer muito respeito. O Sr. Rui diz que ele é "matador", que é preciso ter cautela e respeitá-lo:

> *[...] Eu pesco toda hora, todo dia, mas eu não brinco com água. É perigoso. O São Marco, ele é matador. Porque a correnteza de vez em quando ela dá uns pilão, aqueles pilão de chupar as pessoas pro fundo, entendeu? O certo é que eles vão colocar uma balsa a motor e eu vou pra cidade.*[12]

Nos muitos relatos vislumbra-se uma vida a ser reinventada, consciente de que não há nada eterno, nem mesmo a vida em beira de rio. Muitas famílias terão que se adaptar à nova realidade, criar novas margens para seu cotidiano, refazer uma vizinhança, pois alguns deles se mudaram e novas relações sociais serão constituídas.

Muitas são as demonstrações de insatisfação, tristeza e sofrimento. O abandono forçado e irreversível deixa em muitos uma angústia e um saudosismo pelo lugar ao qual eles se reconhecem pertencentes. A impossibilidade da recusa em sair os faz sentir que não são sujeitos ativos da sua própria história. O Sr. Dimízio Felipe da Silva e sua esposa, Dona Margarina Felipe da Silva, nos contam que "perdem o sono", eles não se reconhecem em sua nova moradia (Fig. 18) comprada com a indenização que receberam somadas à indenização de um dos filhos. Sobre isso, Sr. Domízio (Fig.19) relata:

[12] Rui Correa da Paixão. Depoimento concedido à pesquisadora. Fazenda Paulista, Catalão-GO, 6 fev. 2009.



Figura 18 - Atual propriedade do casal Domízio Felipe da Silva, 73 anos e sua esposa Margarida Felipe da Silva, 76 anos. A antiga casa onde moravam em Rancharia foi atingida pela barragem.

> *Aqui é perigoso. Aqui é muito na beira da estrada. Esses dias mesmo teve um assalto aqui na cidade.Eu gostava lá onde nóis tava, era sossegadinho lá. Agora nóis compro essa casa aqui. Junto meu dinheiro com o dele [um dos filhos indenizados] e compramos essa casa. Eu num quero. Quero é tudo dividinho. O que é meu e o que é dele.* [13]

O filho mais velho nos conta que às vezes seu pai vai até onde ficava a antiga moradia para ver o que ainda resta, "breve naquele lugar só vai ter é peixe". Pela dificuldade em se expressar, o Sr. Domizio conta com a ajuda do filho, que intermedeia nossa conversa. A insatisfação não é apenas por deixar a moradia, mas também pela nova relação que se estabeleceu. Sr. Domizio não é mais proprietário da sua casa, ele e o filho somaram as indenizações para compor o dinheiro necessário para adquirir outra propriedade.

[13] Domízio Felipe da Silva. Depoimento concedido à pesquisadora. Campo Alegre de Goiás, fev. 2009



Figura 19 – Domízio Felipe da Silva e sua esposa Dona Margarida da Silva. Campo Alegre de Goiás.

A Sra. Thereza nos conta, em lágrimas, sua tristeza em vender obrigatoriamente sua terra. Sua fala dispensa comentário:

> *Eu num queria e num quero vendê. Eles é que quer me tomá o que é meu. Eu num tinha essa terra pra comercializá. Meu pai me deu ela, isso é herança de família. Só nas minhas mãos ela tá há mais de 53 anos. Aqui eu casei, tive meus filhos, criei meus filhos. A Sefac tá me tomando isso e me magoa muito. [...] Vai tê que dismontá a casa, tá tomando o meu mio. Aqui num é de vendê nem de alugá, nóis nunca feiz isso. Agora que eu tô viúva, vô te que saí. Meu pai tá enterrado ali onde vai alagá. Eu num dô essa terra aqui por dinheiro ninhum no mundo.*[14]

Dona Sebastiana de Freitas também se revolta e sofre com a forma que as negociações são feitas. Segundo seu relato, não houve negociação e sim imposição de datas e valores a serem pagos:

> *Nóis parô de plantá pensando que num ia adiantá investi aqui mais. Veio uma gente aqui e foi olha o terrero, viu que num tinha nada plantado mais e avaliou bem baixo essa propriedade aqui. Mais nóis nem queria vende nada! Ai eles vem, olha tudo que é seu, e eles mesmo dão o valor que nóis aqui vai recebe. Isso num é justo! Nóis já tava alojadinho aqui pra acaba de*

[14] Thereza Pereira Silva. Depoimento concedido à pesquisadora. Campo Alegre de Goiás, fev. 2009.

> *vive e morre aqui. Eu achei um absurdo o que eles fizeram com a gente! Tá im inferno agora, nem durmi nóis num tá dorminu .Nóis nunca teve que preocupá com banco nem com cartão de banco, agora toda hora vem gente de banco aqui e fala: "Eu sei que ocêis tem dinheiro! Ocêis tem que aplicá agora".*[15]

Outra fala emocionada é a do Sr. Silvio Correia de Mesquita, sobre sua situação como morador atingido e suas perdas, que ele diz ser impossível de calcular:

> *Eu num gosto nem de falá que eu choro. Era uma vida difícil que eu tinha, mais aqui era tudo meu. Ai vem a barragem e me desestruturo [...] Eu tinha acabado de montá uma ordenha. Eu nasci do leite, produzi leite a vida toda e mais a produção de gado que tenho e uma lavoura. Criei meus filhos tudo no leite. Aqui nóis precisa um do outro. Nossa vida de roça é diferente de vida lá da cidade. Se um ta precisando outro ajuda, e agora tão distruino nóis aqui, tão separano nóis, tirano o pessoal que é ribeirim, porque as berada de rio é onde nóis produz, é onde o Brasil come de verdade. Perde isso aqui é pior que a morte pra mim. Aqui é onde eu vivo, onde eu tiro meu dinheiro, onde eu aprendi a vive. Déis vezes por dia eu faço a mesma pergunta: "- o que vai se de nóis longe daqui?" Agora é tudo uma incerteza muito grande, né? Nóis só sabe que num vai ficá mais aqui do jeito que era pra ser, do jeito que nóis planejô.*[16]

O desenvolvimento se materializa para muitos com as expectativas de melhoria advindas das mudanças que a barragem traz. São falas que se encontram e se contradizem. Paradoxalmente, a mesma transitoriedade que os remete à idéia de progresso os leva a sentir pesar pela alteração de seus significados. O poder público, como o de Catalão, por exemplo, percebe as possibilidades de expansão e investimentos financeiros na cidade; por meio do empreendimento, cogita-se a exploração turística e a aplicação dos *royalties*. Esse mesmo poder público traz também em seu discurso a preocupação com a vinda da pobreza para a cidade. É como se fosse possível escolher o melhor dos dois mundos, sem o ônus social que qualquer cidade enfrenta com o desenvolvimento. Para o poder público de Catalão:

> [...] A gente sabe que tem muita gente esperta querendo tirar vantagens, e está atenta para isso, porque não adianta o camarada que é da zona rural receber um dinheiro e vir para a cidade que vai morrer de fome em pouco tempo. A periferia da cidade está cheia de casos assim, sabemos que não dá certo (BIODINÂMICA, 2000).

Conforme análise do EIA, por trás desse discurso delineia-se a preocupação com a mudança de lugar da pobreza, pois na cidade seus desdobramentos tendem a ser mais intensos (BIODINÂMICA, 2000), e é como se progresso e pobreza não fossem "irmãos siameses" e

[15] Sebastiana de Freitas. Depoimento concedido à pesquisadora. Campo Alegre de Goiás, fev. 2009.
[16] Sílvio Correia de Mesquita. Depoimento concedido à pesquisadora. Campo Alegre de Goiás, fev. 2009.

não fosse responsabilidade do poder público trabalhar por essa inversão social. Mesmo frente a todas essas questões, nos deparamos com pessoas que veem na mudança do rio um passo para o desenvolvimento, como o Sr. Durval:

> *[...] Eu acho que umas coisa é muito bão, né? Porque é evolução, é coisa nova, né? Assim, pra nossa região, que esse plano dentro do governo é pra fazer essa represa, tem muitos anos isso, né? Que vem, eu venho lembrano dele fazê a medida da água aí no rio São Marcos, e muita gente não acreditava que essa represa ia sair, porque há muitos anos que eles vinha fazendo essa medida, e no entanto, agora....Foi realizado....Eu acho que...., eu acho que pra mim é uma boa, eu não tenho nada a cramá...*[17]

Pensar esse território nos leva a refletir sobre o que é esse local cujas comunidades têm sua forma de entender o mundo, de viver, uma maneira própria de se relacionar, de exercitar suas práticas culturais, cultivar as suas relações de sociabilidade, seus projetos e seus desejos.

A terra é mais que o local de trabalho, onde os sonhos, por vezes, se concretizam até como uma forma de sustentar os estudos dos filhos, de levá-los à faculdade ou mesmo, quem sabe, de mudar mais tarde para a cidade. Dona Fátima Conforte[18] teve sua indenização aplicada em um empreendimento para sua filha. Para ela, "[...] o tempo se encarregará de acertar as dificuldades na adaptação à cidade." [19] Todavia, seu marido diz que, caso não se adapte à cidade, retornará à fazenda, mesmo que sozinho.

Quando os moradores perceberam a irreversibilidade dos projetos políticos nacionais que priorizavam a produção energética via construção de barragem, o MAB foi se tornando uma marola, perdendo a vitalidade de um *tsunami*. Há os que dizem que o MAB fracassou por ser imposto aos afetados dessa região como sendo uma liderança vinda de fora, outros avaliam de forma diferenciada, a Sra. Lourdes Neiva da Silva Mesquita, que alega não saber o porquê de ter entrado para esse movimento nem o porquê de ter saído, mas sabe que lá aprendeu a negociar. Seu esposo, o Sr. Sílvio Correia de Mesquita[20] nos conta sobre sua atuação no MAB:

> *[...] tem muito tempo, nóis levém muito preocupado já, né? Nóis vai arrumá uma coisa, fica pensano que a barragem pode chegar, né? Vem, num vem, vem, num vem. É uma coisa que cê fica sem sabê o que fazê. Eu num acho isso certo. Mais acho que valeu sim, valeu muito,* [sobre sua participação no MAB] *é porque eu soube mais negociar. Os meus vizim que eu pude ajuda, eu ajudei muito. Muitos cê pode vê alguém aí, que já falou pr'ocê que eu*

[17] Durval Pereira. Depoimento concedido à pesquisadora. Local, fev. 2009.
[18] Fátima Conforte. *Memória*. Depoimento concedido à pesquisadora. Campo Alegre de Goiás, jan. 2009.
[19] Fátima Conforte. *Memória*. Depoimento concedido à pesquisadora. Campo Alegre de Goiás, jan. 2009.
[20] Sílvio Correia de Mesquita. Depoimento concedido à pesquisadora. Fazenda Pires, Catalão-GO, 31 jan. 2009.

> *tenho lutado. Eu tive, né? O previlégio de recebê mais rápido sem decumento, as veiz, até, inventário feito, já recebi uma parte boa, quase tudo e eu soube como tratar. Eles me trataram melhor, me ouviram melhor, né? E mais amizade que eu deixei, tinha muita gente que eu não conhecia, na fase do movimento, eu não conhecia tanta gente que eu conheci. Tantas pessoa que precisava de ajuda, não tinha condição. Tinha gente que tinha déis ano, vinte ano que não ia em cidade, eu nunca pensava isso, que existia e existiu na berada desse rio.*[21]

"Aprender a negociar" significou reunir-se inúmeras vezes com o Sefac, solicitar e justificar suas necessidades, envolver a própria empresa na preparação de um futuro melhor para aqueles que ali ficaram. Nem tudo pode ser contemplado, porém podemos enumerar várias conquistas noticiadas pelo Informativo SEFAC. Entre elas, citamos algumas:

> [...] A Sefac faz doação à CAC/UFG NESPA (Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais) Foram doados 3 carros equipados e materiais de suporte para a execução do Projeto de Monitoramento da Qualidade de Vida da População Remanejada pelo reservatório da Sefac.
>
> [...] Prefeitura de Catalão recebe unidade móvel de terapia intensiva.
>
> [...] Davinópolis recebe investimento em segurança pública- uma viatura para o 18°. Batalhão da Policia Militar e inaugura as obras. Entregou também um veículo Mitsubishi TR-4. Fez a reforma geral do prédio e construção da sala do comandante, cozinha e área de sol.
>
> [...] SEFAC entrega viatura de resgate ao Corpo de Bombeiros de Catalão. A viatura foi adquirida mediante um convenio firmado entre a Sefac e o governo do Estado de Goiás.
>
> [...] Sefac e governo de Goiás inauguram pavimentação asfáltica. O pavimento tem sete quilômetros de extensão, onde está localizado o trevo de acesso à Usina Hidrelétrica Serra do Facão.
>
> [...] Ponte dos Carapinas será inaugurada em setembro. A integral Engenharia, empresa contratada pela Sefac, conclui os trabalhos 15 meses após seu início. Será a terceira maior ponte do Estado de Goiás.

Entre travessias e (in)certezas, não resta dúvida de que mudar, sair da terra sulcada com muito trabalho, na qual se inscreve o medo no enfrentamento de um futuro incerto, permite a nós, historiadores, não só dialogar com as memórias dos atores sociais em cena como perceber as transformações cujos significados individuais e coletivos se instauram em um clima de aceleradas mudanças, fruto também da instalação do empreendimento, que ora torna possível um registro de como tal situação é vivida pela população (SERRA DO FACÃO, 2007, p. 6).

---

[21] Sílvio Correia de Mesquita. Depoimento concedido à pesquisadora. Fazenda Pires, Catalão-GO, 31 jan. 2009.



Figura 20 – José Martins Borges. Davinópolis-GO



Figura 21 – Thereza Pereira da Silva. Campo Alegre de Goiás-GO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] amo os grandes rios, pois são profundos como a alma do homem. Na superfície são muito vivazes e claros, mas nas profundezas são tranqüilos e escuros como os sofrimentos dos homens. Amo ainda mais uma coisa de nossos grandes rios: sua eternidade. Sim, rio é uma palavra mágica para conjugar eternidade.

Guimarães Rosa

Com frequência, a construção de uma usina hidrelétrica representou para as populações atingidas pela barragem a destruição de seus projetos de vida, impondo sua expulsão da terra sem apresentar compensações que pudessem, ao menos, assegurar a manutenção de suas condições de reprodução no mesmo nível daquele que se verificava antes da implantação do empreendimento.

No relacionamento das empresas do setor elétrico brasileiro com estas populações, prevaleceu a estratégia do "fato consumado" praticamente em todos os empreendimentos, ou seja, os atingidos pela barragem raramente são consultados sobre quais medidas seriam de fato compensatórias, e quando ouvidos, mais raramente ainda seus desejos são levados em consideração.

Enquanto que a alternativa hidrelétrica era sempre apresentada como uma fonte energética "limpa, renovável e barata", e cada projeto era justificado em nome do interesse público e do progresso, o fato é que as populações ribeirinhas tiveram violentadas as suas bases materiais e culturais de existência. As obras promoveram o deslocamento forçado destas populações, acompanhado por compensações financeiras irrisórias ou inexistentes; o processo de indenização não assegura a manutenção das condições de vida anteriormente existentes.

Na área das barragens, não raro, ocorreram diversos problemas com a qualidade da água nos reservatórios, afetando atividades como pesca e agricultura, e problemas de segurança das populações, com o aumento dos riscos de inundação abaixo dos reservatórios, decorrentes de problemas de operação. Ainda, grandes quantidades de terras cultiváveis ficaram submersas e, em muitos casos, a perda da biodiversidade foi irreversível.

A obra da Usina Hidrelétrica Serra do Facão, com mais de 420 famílias atingidas, não é diferente. A sensação que se tem é a de que as famílias não se sentem amparadas nesse processo de deslocamento e se veem constrangidas perante a alternativa de ter que migrar para a cidade.

Ao deslocar as pessoas, promover mudanças irreversíveis no meio ambiente, despertar a organização de movimentos sociais, seja ele autóctone ou não, e provocar alterações e ruptura sociais, a energia elétrica ganha a dimensão de divisor de águas na trajetória de muitas vidas.

A problemática aqui apresentada, na barragem Serra do Facão, tem causado o descontentamento dos agricultores familiares no município de Catalão, o que os levou a questionar a forma de exploração do espaço agrário através da construção de grandes hidrelétrica, dessa forma, eles se organizaram em movimentos contra as políticas que ameaçam a sua permanência na terra. A organização do Movimento dos Atingidos por Barragens na região do Vale do Rio São Marcos significa não só a luta contra a construção da Barragem Serra do Facão, mas também a luta para preservar suas raízes e o direito de continuarem trabalhando com a terra e reproduzirem suas famílias. Também a organização do Movimento dos Pequenos Produtores (MPP) veio reforçar a luta dos pequenos agricultores da região para continuarem em suas terras e fortalecer a agricultura familiar.

Muitos viram no empreendimento a impossibilidade da vida cotidiana, outros já se satisfizeram com as indenizações, houve quem "entregasse nas mãos de Deus" e O responsabilizasse pela obra, os que se perguntaram qual é a utilidade de uma usina hidrelétrica, e os que se recusariam a sair até que as águas inundassem suas terras.

Num campo tão dinâmico quanto diverso, movimentos de resistência tiveram seus momentos de atuação. A Igreja se posicionou:

> *[...] primeiramente, um pastor, ele vê o seu rebanho ser atacado, ele não pode ficar cego, surdo e mudo, ele tem que ir em defesa desse rebanho. Defender esse rebanho significa, em primeiro lugar: a justiça com essas famílias. [...]* [1]

A terra se tornou fértil para tais enfretamentos. A falta de informação sobre o que se pretendia dividiu ainda mais os interesses: de um lado estava a empresa, de outro, uma comunidade insegura, que vê no MAB um amparo, um canal de interlocução com o empreendimento. O MAB foi acusado de ser autóctone, outros disseram que foi um movimento vindo do Sul, mas que veio para atender a uma necessidade da comunidade afetada. Muitas são as estratégias, astúcias e táticas adotas ao longo desse processo.

---

[1] Guilherme Antônio Werlang, Bispo da Diocese de Ipameri. Depoimento concedido à pesquisadora, Ipameri-GO, 29 out. 2009.

O vale do rio são Marcos possui terras férteis, que garantem o sustento de centenas de camponeses que residem na zona rural várias gerações. Nas suas propriedades produzem boa parte do alimento que consomem, e vendem o excedente nas cidades próximas.

Nossa pesquisa está apenas no início, muitos outros trabalhos ainda irão surgir dessa pesquisa, este é mais uma contribuição. Iniciamos com a apresentação de um trabalho/pôster intitulado "Moradores que vivem nas margens às margens da decisão: conflitos, desapropriações e indenizações na UHE Serra do Facão". Agora esta fase negociações, desapropriações e embates já está concluída, os atingidos pela barragem já foram indenizados e estão alocados em outros lugares.

Ainda temos como objeto de estudo compreender o que se planejou para estas famílias e o que de fato é vivido por estas que se viram constrangidas a ter que recriar suas vidas. Toda essa mudança gerou para uns, expectativas, para outros, medos, frustrações e incertezas.

A priori, concluímos concordando com o autor Renato Queiroz (2007):

> [...] Fica-se com a firme convicção de que o enchimento dos reservatórios tem levado ao esvaziamento da vida de milhares de pessoas, a despeito das insuficientes e amiúde equivocadas ações compensatórias a elas dirigidas pelo poder público.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís Wendel. *O resgate da dignidade* – greve metalúrgica e subjetividade operária. Campinas, SP: UNICAMP: Imprensa Oficial, 1999.

ABREU, José Marcelo de. *Análise do padrão de expansão da agricultura no estado de Goiás, no período de 1970 a 1995*. 2001. 128 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

ABREU, José Marcelo de. O novo rural brasileiro. In: SHIKI, Shigeo; SILVA, José Graziano da; ORTEGA, Antonio César (Org.). *Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro*. Uberlândia: EDUFU, 1997. p. 75-99.

AGUIAR FILHO, Fernando Luiz. *Modelo institucional do setor elétrico brasileiro*: análise da capacidade de atração de capital privado para investimentos em geração de energia hidrelétrica. 2007. 198 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Construção Civil e Urbana) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ALBERTI, Verena. *História oral*: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALBERTI, Verena. Tradição e história oral: proximidades e fronteiras. *História Oral – Revista da Associação Brasileira de História Oral*, n. 8, mar. 2005.

ALBUQUERQUE Júnior, Durval Muniz. *História*: a arte de inventar o passado. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

ALMEIDA, Alivivio de. *Hidrovia Tocantins-Araguaia*: importância e impactos econômicos, sociais e ambientais segundo a percepção dos agentes econômicos legais. 2004. Tese (Doutorado em Ciências - Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2004.

ALVARENGA, Oneyda. *Música popular brasileira*. Rio de Janeiro: Globo, 1960.

ALVES, Audália et al. Água: fonte e energia. *Revista Em Extensão*, Uberlândia, EDUFU, v. 7, 2008.

ALVES, J. M. *Processos de eletrificação em Goiás e no Distrito Federal*: retrospectiva e análise dos problemas políticos e sociais na era da privatização. 2005. Tese (Doutorado em Planejamento Energético) – FEM/UNICAMP, Campinas, 2005.

ALVES, Sandra Aparecida. Região, Sertão, Nação. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v. 8, n. 15, 1995.

ALVES, Sandra Aparecida. *Vozes sufocadas*: memórias, espacialidade e história dos moradores do Vale do Rio São Marcos. 2004. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2004.

ALVO de disputa, PAC só tem 6% das obras em são Paulo já concluídas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 set. 2009. Caderno Brasil.

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. *Revista História*, São Paulo, n. 14, 1995.

ANDRADE, Soraia Maria de. *O patrimônio histórico arqueológico de Serra da Mesa*: a construção de uma nova paisagem. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ARANTES, Antônio Augusto. *O que é cultura popular*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ARAUJO, Alceu M. *Cultura popular brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1973.

ARAUJO, F. G. B. de; VAINER, C. B. *Elementos para a história do movimento de resistência às barragens do Alto Uruguai*: uma reflexão a partir da visão dos atingidos. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1998. (Relatório de Pesquisa, 3).

ARRUDA, Gilmar. *Cidade e sertões*: entre a história e a memória. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

AUMONT, Jacques. *A imagem*. Campinas: Papirus, 1993.

BAHNN, Stephen. *As invenções da história*: ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: UNESP, 1994.

BARBOSA, Francisco de Assis. *Juscelino Kubitschek*: uma revisão na política brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

BARBOSA, Juarez Costa; CHAUL, Nasser; PALACÍN, Luiz Gómez. *História política de Catalão*. Goiânia: CEGRAF, 1994. (Documentos Goianos, 26).

BARROS, H. O. M. Dimensão social dos impactos da construção do reservatório de Sobradinho. *Trabalhos para Discussão*, Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Instituto de Pesquisas Sociais, v. 4, n.15, p. 1-52, 1984.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Kubitschek*: desenvolvimento econômico e estabilidade política. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: _____. *Obras escolhidas*: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BERMANN, Clélio. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 59, p.139-153, 2007.

BERTRAN, Paulo. *Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil*. Brasília: CODEPLAN; Goiânia: UCG, 1988.

BHABHA, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BIODINÂMICA. *Diagnóstico ambiental EIA*. A HE Serra do Facão. Rio de Janeiro, 2000.

BIODINÂMICA-EIA. *Estudos de impactos ambientais*: diagnóstico ambiental. Rio de Janeiro, ago. 2002.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda*: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Ed. da UNESP, 1995.

BOLOGNA, Conrado. Voz. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1987. v. 11.

BORGES, Barsanulfo Gomes. *O despertar dos dormentes*: estudo sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909-1922. Goiânia: CEGRAF, 1990. (Documentos Goianos, 19).

BORGES, Maria Eliza Linhares. *História e fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*: lembranças de velhos. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo (Org.) *Cultura brasileira*: temas e situações. São Paulo: Ática, 1992.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória*: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRAGA, Leidiane Luiza. *Avaliação do impacto ambiental da Usina de Beneficiamento de Fé e Si, Várzea da Palma, MG, Brasil* – distribuição e transporte dos contaminantes. 2007. Dissertação (Mestrado em Geologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

BRANDÃO, Carlos R. *O afeto da terra*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1999.

BRANDÃO, Carlos R. *De tão longe eu venho vindo*: símbolos, gestos e rituais do catolicismo popular em Goiás. Goiânia: Ed. da UFG, 2004.

BRANDÃO, Carlos R. *No rancho fundo*: espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia: EDUFU, 2009.

BRANDÃO, Hilma Aparecida. *História política de Ipameri nas décadas de 20 e 30*. 2000. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Goiás, 2000.

BRASIL. Secretaria do Planejamento. *II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975/79)*. Brasília, DF: Secretaria da Presidência da República, 1974.

BRASIL. MEC-SPHAN- Pró-Memória. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural do Brasil*: uma trajetória. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1980. n. 30/31.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (res)sentimento*: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2001.

BURKE, Peter. *Variedades da história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular*: história e imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. 2. ed. Goiânia: Vieira, 2003.

CANCLINI, Nestor Garcia. A encenação do popular. In: _____. *Culturas híbridas*. São Paulo: EDUSP, 2000.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

CARDOSO, Fernando Henrique. Entrevista. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 out. 2007. Caderno Últimas Notícias.

CARONE, Edgar. *A Primeira República (1889-1930)*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1976.

CARREIRÃO, Yan de Souza. *A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Rio de Janeiro: FGV Editora. 2002.

CARVALHO, José Jorge de. O lugar da cultura tradicional na sociedade moderna. *Série Antropologia*. Brasília: UnB, Departamento de Antropologia, 1989. n. 77.

CASCUDO, Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. São Paulo: Ediouro, 2000. (Terra Brasília).

CASTRO, Laura Viveiros de. *Cultura popular*: um olhar sobre a cultura brasileira. Brasília: MEC, 2000.

CASTRO, E. M. R. Resistência dos atingidos pela barragem de Tucuruí e construção da identidade. In: SEMINÁRIO AMAZÔNIA: PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 1985, São Paulo. São Paulo: Faculdade de Economia e Administração, nov.1985.

CENTRAIS Elétricas de São Paulo (CESP). *Relatório sobre os impactos sócio-econômicos*. Reservatório da Usina Hidrelétrica de Taquaruçu. São Paulo, jul. 2009.

CENTRAIS Elétricas de São Paulo (CESP). *Reassentamentos e assentamentos de população implantados pela CESP*. Relatório técnico do setor de estudos sócio-econômicos. São Paulo, 1995.

CERTEAU, Michel de. Culturas populares. In: _____. *A invenção do cotidiano*: a arte de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. São Paulo: Papirus, 1995.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n.11, jan./abr. 1991.

CHARTIER, Roger. Leituras populares. In: _____. *Formas e sentidos, cultura escrita*: entre distinção e apropriação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

CHAUÍ, Marilena. Os trabalhos da memória. In: BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*: lembranças de velhos. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987. p. XVII-XXII.

CHAUÍ, Marilena. Políticas culturais e patrimônio histórico. In: SÃO PAULO. Departamento de Patrimônio Histórico, Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura do Município de São Paulo. *O direito à memória, patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.

CHAUL, Nasser. *Caminhos de Goiás*: da construção da decadência aos limites da modernidade. 2. ed. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

CHAUL, Nasser. A urbanização nas áreas de cerrado: algumas notas. *Revista Sociedade & Natureza*, Uberlândia, n. 13/14, p. 147-150, jan./dez.1995.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1998.

CHARTIER, Roger. Leituras "populares". In: _____. *Formas e sentido cultura escrita*: entre distinções e apropriações. Campinas. São Paulo: Mercado das Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. A "nova" história cultural existe? In: PESAVENTO, Sandra Jatahy e outros (Org.) *História e linguagens*: texto, imagens, oralidade e representações. Rio de Janeiro: 7 letras. 2006.

CHAVES, Patrícia Rocha; LIRA, Elizeu Ribeiro. As relações sócio-territoriais na construção da Usina Hidrelétrica de Estreito-MA e sua (re)reprodução no espaço urbano das cidades de Carolina-MA e Filadélfia – TO. *Cadernos de Pesquisa CDHIS*, Uberlândia, EDUFU, n. 39, p. 45-54, 2. sem. 2008.

COLITO, Maria Clementina E. A construção de Usinas Hidrelétricas e os impactos sobre a população e o espaço: comunidades rurais ameaçadas pela U.H. de Jataizinho. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS E ARTES, 6, 1998, Viçosa. *Anais...* Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c_v2n2_usinas.htm>. Acesso em: 20 maio 2009.

COMISSÃO Pastoral da Terra (CPT). Disponível em: <http://www.cptnac.com.br>; <http://www.cpt.org.br>. Acesso em: 23 out. 2009.

COSTA, Otávio. Memória e paisagem: em busca do simbólico dos lugares. *Revista e Cultura*, Rio de Janeiro, 2008. Edição Comemorativa.

COSTA, Ana Luiza B. Martins. *Uma retirada insólita*: a representação camponesa sobre a formação do lago de Sobradinho. 1989. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1989.

COSTA, Ana Luiza B. Martins. Como as populações ribeirinhas de São Francisco reagiram à construção da represa de Sobradinho? *Ciência Hoje*, v. 11, n. 62, p. 14-15, mar. 1990a.

COSTA, Ana Luíza B. Martins et al. *Hidrelétricas, ecologia e progresso*: contribuições para um debate. Rio de Janeiro: CEDI, 1990b.

CREMA, Adriana Oliveira. *A cidade dos "afogados"*: a memória, a história e a luta pelo direito à cidade de Nova Ponte. 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Escola de Engenharia, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2005.

CRUZ, J. L. Cardoso. *A eletricidade no Brasil*: do Império à República de hoje. São Paulo: SINDEFURNAS, 1994.

D'ALESSIO, Márcia Mansour. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 17, p. 268-280, 1998.

D'ALMEIDA, Bruna Gonçalves. *Práticas jurídicas de pescadores e extrativistas da várzea amazônica e grandes projetos governamentais*: conflitos socioambientais na comunidade de São Carlos, em Rondônia, e o Complexo Madeira. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2008.

DAOU, A. M. L. A "Solução própria" em Sobradinho: uma proposta de pesquisa. *Projeto Avaliação de Aspectos Sociais da Produção de Energia Hidrelétrica*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, PPGAS, 1990. (Relatório do 1º ano de atividades).

DEUS, João Batista de. *O sudeste goiano e a descontração industrial*. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2002.

DIAS, Gonçalves. *Dicionário da Língua Tupi*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2000.

DUQUÉ, Ghislaine. A experiência de Sobradinho: problemas fundiários colocados pelas grandes barragens. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 35, n. 38, p. 1054-1061, ago. 1983.

ELETROBRÁS. Diretoria de Planejamento de Engenharia. *Diretrizes para estudos e projetos de pequenas centrais hidrelétricas*. Rio de Janeiro, 1999.

ELETROBRÁS. *Plano nacional de energia elétrica 2015*. Rio de Janeiro: Eletrobrás, 1993.

ESTEVAM, Luis. *O tempo da transformação*: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. Goiânia: Editora do Autor, 1998.

FAILLACE, S. T. *Avaliação de aspectos sociais da produção de energia hidrelétrica*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1990.

FAILLACE, S. T. Os evangélicos dos Sarandi na área da barragem de Ita. *Projeto Avaliação de Aspectos Sociais da Produção de Energia Hidrelétrica*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, PPGAS, 1990. (Relatório do 2º ano de atividades).

FERNANDES, Florestan (Org.). *K. Marx-F. Engels*: história. São Paulo: Ática, 2001. (Grandes Cientistas Sociais).

FERREIRA, Carlos Kawall Leal. *Privatização do setor elétrico no Brasil*. 2003. Disponível em: <http://www.dinheirovivo.com.br/projetobrasil/energia/material/PRIVATIZAÇÃO.pdf>.

FERREIRA, Jurandyr Pires. Municípios do Estado de Goiás. In: ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. XXVI.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Entre-vistas*: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tânia Maria e ALBERTI, Verena (Org.). *História oral*: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC-FGV, 1998.

FERREIRA, Rosa Maria. *As águas e o tempo*: memórias de Nova Ponte. 1996. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

FREITAS, Sônia Maria de. *História oral*: possibilidades e procedimentos. São Paulo: USP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

FUNDAP. *Interferências das usinas hidrelétricas*: remanejamento de grupos populacionais e alterações em seus modos de físico e social. São Paulo: FUNDAP, 1988. (Relatório final, 1).

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 17, 1998.

GARCEZ, L. N. Efeitos de grandes barragens no meio ambiente e no desenvolvimento regional. *Inter-Facies*, São Paulo, UNESP, n. 64, 1981.

GARCIA, Marcolina Martins. *A tecelagem artesanal em Hidrolândia-GO*: um estudo etnográfico. 1977. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GERMANI, Guiomar Inês. Os expropriados de Itaipu: o conflito Itaipu x colonos. *Cadernos do Propur*, Porto Alegre, UFRS, n. 3, 1982.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GERMANI, G. I. *Expropriados terra e água:* o conflito de Itaipu. Salvador: EDUFBA/ULBRA, 2003.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOIÁS. SEPLAN-GO/SEPIN. Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás, 2005. Disponível em: <www.seplan.go.gov.br>. Acesso em: 3 fev. 2005.

_____. *Anuário Estatístico de Goiás 2004*. Disponível em: <www.seplan.go.gov.br>. Acesso em: 3 fev. 2005.

_____. *Gerência de Estatística Socioeconômica 2005*. Disponível em: <www.seplan.go.gov.br>. Acesso em: 2 jan. 2006.

_____. *Gerência de Estatística Socioeconômica. PIB de Goiás 2005*. (Série histórica). Disponível em: <www.seplan.go.gov.br>. Acesso em: 28 jan. 2006.

_____. *Goiás em Dados 2003*. Disponível em: <www.seplan.go.gov.br>. Acesso em: 28 jan. 2006.

GOMBRICH, E. H. *Para uma história cultural*. Lisboa: Gradiva, 1994.

GOMES, Carlos. Luta camponesa e apropriação do espaço por poloneses atingidos pela barragem de Machadinho. *Projeto Avaliação de Aspectos da Produção de Energia Hidrelétrica*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, PPGAS, 1990.

GONÇALVES NETO, Wenceslaw. *Estado e agricultura no Brasil*: políticas agrícolas e modernização econômica brasileira (1960 - 1980). São Paulo: Hucitec, 1997.

GRANET-ABISSET, Anne Marie. O historiador e a fotografia. *Projeto História*, São Paulo: EDUC, 2002.

GUENA, Ana Maria de Oliveira. *Avaliação ambiental de diferentes formas de geração de energia elétrica*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências-Tecnologia Nuclear) - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GUNN, Philip. Mexendo com a terra: o impacto social do complexo de Pedra do Cavalo. *Cadernos CEAS*, Salvador, n. 126, mar./abr. 1990.

HAASE, Jamine. *O encontro do Estado e sociedade na política gaúcha das águas*. 2005. Tese (Doutorado em Ecologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização*: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

HALL, Stuart. A questão da identidade cultural. *Textos Didáticos*, Campinas, IFCH/UNICAMP, n. 18, fev. 1998.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. In: SOVIK, Liv (Org.). *Da diáspora*: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: UNESCO, 2003. p. 257-258.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice: Revista dos Tribunos, 1990.

HOBSBAWN, Eric. O sentido do passado. In: _____. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HONORATO, Gabriela de Souza. Gerenciando impactos socioeconômicos: o papel da sociologia na implementação de usinas hidrelétricas no Brasil. *Revista Espaço Acadêmico*, n.

86, jun. 2008. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/086/86honorato.htm>. Acesso em: 15 jul. 2009.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

INFORMATIVO SEFAC. 2009. Jornal bimestral. Disponível em: <http//www.sefac.com.br>. Acesso em: 9, 10, 20 mar. 2010.

INOCÊNCIO, Maria Erlan. *O PRODECER e a territorialização do capital em Goiás*: o projeto de colonização Paineiras. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Goiânia*. Rio de Janeiro, 1942.

_____. *Censo agropecuário 1970*: Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 1974. (VIII Recenseamento geral, 1970, série regional, v. III, tomo XXIII).

_____. *Censo demográfico 1970*: Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 1974.

_____. *Censo agropecuário 1975*: Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. (Censos econômicos, 1975, série regional, v. I, tomo XXIII).

_____. *Censo agropecuário 1980*: Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 1984. (Recenseamento geral do Brasil, 1980, v. II, tomo III, n. 25, 2. parte).

_____. *Censo demográfico 1980*: Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

_____. *Municípios do Estado de Goiás*. Goiânia: IBGE, 1982. (Série Monografias, v. I, tomo 3).

_____. *Perfil dos municípios brasileiros*. 1999. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 14 abr. 2004.

_____. *Perfil dos municípios brasileiros*: gestão pública. 2002. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/default.shtm>. Acesso em: 10 jul. 2007.

_____. *Perfil dos municípios brasileiros*: gestão pública. 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/default.shtm>. Acesso em: 10 jun. 2009.

_____. *Davinópolis* – notas históricas. Acervo de documentos históricos da biblioteca do IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 1 nov. de 2005.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *Registros de bens culturais de natureza imaterial*. Brasília: IPHAN, 1998.

INSTITUTO Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA). *Registro de bens culturais de natureza imaterial do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: IEPHA, 2002.

_____. *Informações descritivas sobre o queijo do serro*. Belo Horizonte: IEPHA, 2008.

INSTITUTO Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Goiás: imóveis rurais cadastrados no INCRA, 2003. In: SEPLAN-GO/ SEPIN. *Gerência de estatística socioeconômica 2005*. Disponível em: <www.seplan.go.gov.br>. Acesso em: 2 jan. 2006.

JAGUARIBE, Hélio. *Sociedade, mudança e política*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

KARPINSKI, Cezar. *Sobre as águas a memória*: relações de poder e subjetividade durante a implantação da Usina Hidrelétrica Salto Caxias (Paraná, 1989-2001). 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim; MACHADO, Maria Clara Tomaz. *(DES)Caminhos da memória*: caminhos de muitas histórias: levantamento e registro do Patrimônio Histórico-Cultural dos municípios atingidos pela UHE Serra do Facão. Projeto apresentado à SEFAC – Serra do Facão ENERGIA S/A, 2008.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Ática, 1989.

KUBRUSLY, Cláudio Araújo. *O que é fotografia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LACERDA, Madalena. *Itaparica: o futuro de um povo*: a expropriação do espaço do trabalho pelo Estado e pelo capital. 1990. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

LAMOUNIER, Bolívar. *Depois da transição*: democracia e eleições no governo Collor. São Paulo: Loyola, 1991.

LAMOUNIER, Bolívar (org.). *De Geisel a Collor*: o balanço da transição. São Paulo: Sumaré, 1999.

LE GOFF, Jacques. Memória-história. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. p. 95-106.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. v. 1.

LEMOS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil*: Amazônia, Nordeste, Centro Oeste. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1985.

LIMA, Maíra Luísa Milani de. *Licenciamento ambiental e gestão de riscos*: o caso da Usina Hidrelétrica de Barra Grande (RS). 2006. 207 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

LIMA, Solange Ferraz; CARVALHO, Vânia Carneiro. Fotografias: usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bessonezi; LUCA, Tânia Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Revista Projeto História*, São Paulo, n.17, 1998.

LUCA, Tânia Regina. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

LUSTOSA, Caio. Parakanã, terra e barragem. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 325-327, mar.1980.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. Cultura popular. Em busca de um referencial conceitual. *Cadernos de História*, Uberlândia, UFU/ Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História, v. 5 n. 5, 1994.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. Curandeirismo e benzeções: dons e astúcias da magia. In: _____. *Cultura popular e desenvolvimento em Minas Gerais*: caminhos cruzados de um mesmo tempo (1950-1985). 1998. Tese (Doutorado de História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. Cultura popular: um contínuo refazer de práticas e representações. In.: PATRIOTA, Rosângela; RAMOS, Alcides F. (Org.). *História e cultura*: espaços plurais. Uberlândia: UFU/NEAC, 2002.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. (Re)significações culturais no mundo rural mineiro: o carro de boi - do trabalho as festas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, v. 26, n. 51, 2006.

MACHADO, Maria Clara Tomaz; ABDALA, Mônica Chaves (Org.). *Caleidoscópio de saberes e práticas populares*: catálogo de produção culturas do Triângulo Mineiro a Alto Paranaíba. Uberlândia: EDUFU, 2007.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. A ocupação do cerrado: da economia de subsistência ao ouro negro. In: _____. *Cultura popular e desenvolvimentismo em Minas Gerais*: caminhos cruzados de um mesmo tempo (1955 – 1985). 1998. Tese (Doutorado de História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MACIEL et al. (Org.). *Outras histórias*: memórias e linguagens. São Paulo: Olhos d'Água, 2006.

MAGALHÃES, Sônia B. Campesinato e hidrelétricas: uma visão sobre o 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens. In: VIANNA, A. (Org.). *Hidrelétricas, ecologia e progresso*. Rio de Janeiro: Cedi, 1990.

MARONI, Amnéris. *A estratégia da recusa* – a análise das greves de maio/78. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARQUES, Anelise Kappes. *Análise da diversidade fitoplanctônica no Reservatório da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães, no Médio Tocantins-TO*: estrutura da

comunidade, flutuações temporais e espaciais. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2006.

MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MARTIN-BARBERO, Jesus. Redescobrindo o povo: a cultura como espaço de hegemonia. In: _____. *Dos meios às mediações*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2003.

MATA, Roberto da. O ofício de etnólogo, ou como ter "Anthropological Blues" In: MEDEIROS, Rodrigo Augusto Lima de. *Construção de significados no evento-situcional Usina Hidrelétrica Corumbá IV*: desapropriações, reordenamentos e formação de uma ordem moral. 2007. Dissertação (Mestrado) - Centro de Pesquisa e Programa de Pós-Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe (Org.) *História oral*: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MELNIK, Octávio; SIGAUD, Lygia (Org.) *Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares*. Aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais. Rio de Janeiro: Marco Zero: CNPQ, 1998.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil*: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MELLO, João Batista Ferreira de. Símbolos dos lugares, dos espaços e dos "deslugares". *Revista Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, UERJ, 2008. Edição Comemorativa.

MELLO, Maria Thereza Ferraz Negrão de (Org.). *Entorno que transborda*: patrimônio imaterial da RIDE. Brasília: Petrobrás, 2006.

MENDES, E. de P. P. *A produção rural familiar em Goiás*: as comunidades rurais no município de Catalão (GO). 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

MENDES, E. de P. P.; CLEPPS, J. As transformações socioespaciais de Goiás: a incorporação de Goiás ao processo produtivo nacional (do século XVIII ao XX). *Espaço em Revista*, Catalão, n. 1, p. 33-51, jan./dez. 2005/2006.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. *A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudoeste Goiano*. 2004. 458 f. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP, Presidente Prudente, 2004.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. *A urdidura espacial do capital e do trabalho*: a ação política construída pelos trabalhadores da terra e pelos trabalhadores urbanos na luta pela reforma agrária em Goiás. UFG, Campus Catalão, s/d. Disponível em: <http://www.observatoriogeogoias.com.br/observatorio geogoias/>. Acesso em: 21 set. 2009.

MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997).* Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1998.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil recente (1964 – 1992).* 4. ed. São Paulo: Ática, 1999.

MESQUITA, Helena Angélica. As barragens para aproveitamento hidrelétrico (AHE): a mais recente ameaça ao Bioma Cerrado. *Revista da UFG*, v. 7, n. 1, jun. 2004.

MICELI, Paulo. *História, histórias*: o jogo dos jogos. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1996.

MOREIRA, Maria Silva. P. P. *Os reassentamentos nas áreas de barragens pela ótica de seus protagonistas*: estudo de caso de experiência do CESP. Dissertação (Mestrado em Energia) - São Paulo, USP, 1996.

NAÍM, Moisés. Transição para o regime de mercado na América Latina: dos choques macroeconômicos à terapia institucional. In: LANGONI, C. G. (Org.). *A nova América Latina*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes Audiovisuais. In: PINSHY, Carla Bassomesi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

NOGUEIRA, Narayna de Deus. *A usina hidrelétrica Cachoeira do Emboque-MG*: o significado da barragem para os atingidos. 2007. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2007.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, EDUC, n. 10, 1993.

NORA, P.. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). *História*: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

NOVA, Cristiane. A "história" diante dos desafios imagéticos. *Revista Projeto História*, São Paulo, PUC, n. 21, 2000.

NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

NUNES, Edson. *A gramática política brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: ENAP, 1997.

OLIVEIRA, Ariosvaldo Umbelino; MARQUES, Maria Inez Medeiros (Org.). *O campo no século XXI*: território de vida, de luta e de construção de justiça social. São Paulo: Casa Amarela: Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, César Antônio de. *Avaliação sócio-econômica-ambiental da atividade mineradora em Catalão e Ouvidor - Goiás*. 2002. 122 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de. Um olhar sobre os assentamentos rurais no entorno do Distrito Federal. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, EDUFU, v. 6, n. 19, out. 2006. Disponível em:<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>. Acesso em: 21 out. 2009.

ORTEGA, Antônio César. *Agronegócios*: representações de interesses no Brasil. Uberlândia: EDUFU, 2008a.

ORTEGA, Antônio César. *Territórios deprimidos*: desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Uberlândia: EDUFU; Campinas, SP: Alínea, 2008b.

PAES, Maria Helena Simões. *A década de 60*: Uberlândia, contestação e repressão política. São Paulo: Ática, 1992.

PAGLIARINI JÚNIOR, Jorge. Reconstruindo territórios e identidades: o processo de inserção dos moradores do reassentamento São Francisco nas cidades de Corbélia e Cascavel no Paraná – Hidrelétrica de Salto Caxias. *Revista Espaço Plural*, Marechal Cândido Rondon, UNIOESTE, n. 20, 2007.

PAIVA, Eduardo França. *História e imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PAIVA, Melquíades P. Impacto das grandes represas sobre o meio ambiente. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 35, n. 9, p. 1274-1282, 1983.

PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

PARENTE, Pedro Pullen; CALABI, Andrea Sandro. Finanças públicas federais: aspectos institucionais, evolução recente e perspectivas. Brasília, 1990.

PAULA, Maria Helena de. Considerações breves sobre cultura rural. *Revista Opsis*, Goiás, UFG, Campus Catalão, v. 8, 2008.

PEREIRA, Marina Eduarte. *Compartilhamento a gestão dos recursos hídricos:* Joinville e o Rio Cubatão. 2005. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Matins Fontes, 1988.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. *Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba-MG*. 1988. 239 f. Tese (Doutorado em Geografia) - UNESP, Rio Claro, 1988.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

PINTO, Julio Pimentel. Os muitos tempos da memória. *Projeto História*, São Paulo, PUC, n. 17, 1998.

PINTO, Julio Pimentel. Os muitos tempos da memória. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 17, p. 207, 1998.

POLLACK, M. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15,1989.

PRZEWORSKI, Adam. Sobre o desenho do Estado: uma perspectiva agente x principal. In: BRESSER PEREIRA, L. C; SPINK, P. (Org.). *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: FGV. 1998.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do "indivisível" ao "divisível". *Revista Ciência e Cultura*, São Paulo, UNESP, mar. 1987.

QUEIROZ, Renato da Silva. Sobre as medidas mitigadoras para construções de barragens. 2007. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/31538488/Badaro-classes-Sociais-e-Luta-de-Classes-2007>. Acesso em: 10 jun. 2009.

REGO, Erik Eduardo. *Usinas hidrelétricas "Botox"*: aspectos regulatórios e financeiros nos leilões de energia. 2007. Tese (Doutorado em Energia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

REGO, Erik Eduardo. *Avaliação de viabilidade de um empreendimento de geração de energia hidrelétrica*. 2004. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

REIS, Elisa Pereira. Política e políticas públicas na transição democrática. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, v. 3, n. 9, 1999.

REIS, Maria José. De camponeses a atingidos: aspectos sociais das barragens do rio Uruguai. Trabalho apresentado no XVII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. UFMG, 1989.

REVISTA Brasileira dos Municípios. Rio de Janeiro, IBGE, n. 63/64, jul./dez. 1963.

RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio; PAZANATO, José Clemente. *Caminhos e passos*: aspectos históricos e culturais de área de Usina Hidrelétrica Machadinho. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

RIBEIRO, Morel Queiroz da Costa. *O licenciamento ambiental de aproveitamento hidrelétricos*: o espaço da adequação. 2008. 268 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP. Ed. da UNICAMP, 2000.

RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado*: a instituição do patrimônio em São Paulo (1969-1987). São Paulo: UNESP, FAPESP, CONDEPHOAT, IMESP, 2001.

RODRIGUES, Marly. Por que vocês querem conservar o Patrimônio. *Revista Histórica*, São Paulo, n. 15, p. 161-174, 1996.

RODRIGUES, Marly. *A década de 50*: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil. São Paulo: Ática, 1992.

ROSIN, Sidney Oliveira. *Geração de energia elétrica*: um enfoque histórico e institucional das questões comerciais no Brasil. 2008 (Dissertação em Energia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RUSEL, Andréia Borges Alencar. Levantamento e análise comparativa de dados socioeconômicos das regiões Nordeste Goiano, Norte Goiano e entorno do Distrito Federal, entre 1998 e 2006. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA (EREGEO), 6, 2009, Jataí, GO. *Anais...* Jataí: UFG, 2009.

SALOMON, Marta. Ritmo de desmate do cerrado é duas vezes o da Amazônia. *Folha de São Paulo*. 11 set. 2009. Caderno Mundo.

SAMPAIO, Luciano Menezes Bezerra; RAMOS, Francisco; SAMPAIO, Yony. Privatização e eficiência das usinas hidrelétricas brasileira. *Revista Economia Aplicada*, v. 9, n. 3, p. 465-480, 2005.

SAMPAIO, Teodoro. *O tupi na geografia do Brasil*. Notas de Frederico Edelweis. Companhia Editora Nacional, 1987. v. 380. (Coleção Brasiliana).

SANTOS, Ana Paula. História oral e memória: uma abordagem acerca da construção da hidrelétrica de Itaipu. *Revista CEDAP*, Assis, UNESP, v. 1. n. 2, p. 199-203, 2005. Disponível em: <http://www.assis.unesp.br/cedap/patrimonio_e_memoria/patrimonio_e_memoria_v1.n2/Artigos/Ana%20Paula%20Santos.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2009.

SANTOS FILHO, José dos Reis. *A questão política nas obras de barragem*: viagem à literatura especializada. São Paulo: FUNDAP, out. 1987.

SANTOS, Lucy Woellner dos. *Fato e verdade da história oral*. Trabalho apresentado na disciplina Teoria e Metodologia da História Oral. Curso de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

SANTOS, Márcio. Irapé: a catedral tecnológica e a supressão de uma paisagem. *Revista eletrônica ComCiência*, Laboratório de Jornalismo Científico da Unicamp, n. 62, fev. 2005. Disponível em: <http//: www.comciencia.br>. Acesso em: 23 set. 2010.

SANTOS, Milton. *O país distorcido*: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002. (Organização, apresentação e notas de Wagner da Costa Ribeiro).

SANTOS, Rosselvelt José. (Org.) *Práticas sociais e o reordenamento econômico das atividades de turismo e lazer*: no entorno das AHE'S Amados Aguiar I E II. Uberlândia: Composer, 2007.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *O direito à memória*: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado*: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SAYÃO, Alberto. A segurança das barragens brasileiras. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 jun. 2009. Caderno Opinião.

SCHERER-WARREN, I. et al. Alto Uruguai: migração forçada e reatulização da identidade camponesa. *Travessia*, jan./abr. 1990.

SCHREINER, Davi Felix. *Entre a exclusão e a utopia*: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (Região Sudoeste / Oeste do Paraná). 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SCHWARZ, Roberto. Fim do século. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 4 dez. 1994. Caderno Mais!, p. 6-9.

SERRA DO FACÃO ENERGIA S.A. *Termo de referência*: Programa de Preservação do Patrimônio Histórico-cultural. Catalão, ago. 2007. p. 6. Sefac-PBA-NA-PR012-07.

SERVIÇO Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Utilização de royalties e compensações financeiras da exploração de energia hidroelétrica na promoção do desenvolvimento local. Disponível em: <http://www.dce.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/0A70 ADD36FF55C4D032570660044F4E4/$File/NT000AAD9E.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2006.

SILVA, Antônio Moreira da. *Dossiê de Goiás* - enciclopédia regional: um compêndio de informações sobre Goiás, sua história e sua gente. Goiânia, GO: Master Publicidade, 2001.

SILVA, Bethayne at al. Conscientização ambiental e a diversidade do cerrado. *Revista Em Extensão*, Uberlândia, EDUFU, v. 7, 2008.

SILVA JUNIOR, José Maria. *Reassentamentos rurais na usina hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, Tocantins*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente), Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2005.

SILVA, Ludimila Lima da. *A compensação financeira das usinas hidrelétricas como instrumento econômico de desenvolvimento social, econômico e ambiental*. 2007. 147 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Gestão Econômica do Meio Ambiente, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SIMSON, Olga Rodrigues D. Moraes Von (Org.). *Os desafios contemporâneos da história oral*. Campinas: Área de Publicações/ Centro de Memória da UNICAMP, 1997.

STRINATI, Dominic. Cultura de massa e cultura popular. In: _____. *Cultura popular*: uma introdução. Tradução Carlos Szalac. São Paulo: Hedra, 1999.

THOMPSON, E. P. La Sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de classes sin classes? In: _____. *Tradicion, revuelta y consciência de classe*: Estudios sobre la crisis de la sociedad preindutrial. Barcelona: Editorial Crítica, 1979. p. 13-61.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1 - A árvore da liberdade.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*: história oral. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, E. P. Modos de dominação e revoluções na Inglaterra. In: SILVA, Sérgio (Org.). *As peculiaridades dos ingleses*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2001a.

THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e "falsa consciência". In: SILVA, Sérgio (Org.). *As peculiaridades dos ingleses*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2001b.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMSON, Alistair. Recompondo a Memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 15, abr. 1997.

ULPIANO, T. Bezerra de Menezes. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço físico. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21. p. 89-104, 1998.

UNESCO. *Patrimônio cultural imaterial*. Brasília: UNESCO, 2008.

VELHO, Gilberto; CASTRO, E. B. Viveiros de. O conceito de cultura e o estudo de sociedades complexas: uma perspectiva antropológica. *Revista Artefatos*, São Paulo, n. 1, 1985.

VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In: _____. *Projeto e metamorfose*: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VIANNA, Aurélio. Estado e meio ambiente: a implantação de hidrelétricas e o Rima. *Revista Tempo e Mudança*, Rio de Janeiro, n. 243, p. 12-14, jul. 1989.

VIANNA, Aurélio. O movimento de atingidos por barragens e a questão ambiental. *Proposta*, Rio de Janeiro, FASE, n. 46, p. 5-8, set. 1990a.

VIANNA, Aurélio (Org.). *Hidrelétricas, ecologia e progresso*. Rio de Janeiro: CEDI, 1990b.

VIANNA, Aurélio. *Etnia e território*: os poloneses de Carlos Gomes e a luta contra as barragens. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

ZHOURI, André; GOMES, Lílian Alves. Da invisibilidade à mobilização popular: atores e estratégias no licenciamento ambiental das hidrelétricas Capim Branco I e II. In: SEMINÁRIO NACIONAL: MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRACIA, 2, 2007, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2007. Disponível em:<http://www.sociologia.ufsc.br/npms/lilian_gomes.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2009.

ZUCARATO, Alexandre Nunes. *Simulação de mercados de energia elétrica com predominância de geração hidrelétrica*. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

WEFFORT, Francisco. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964. *Revista de Cultura Contemporânea*, n. 1, 1978.

WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Seleção e organização: EcléaBosi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WERNER, Dennis. *Os efeitos psicossociais da construção da barragem de Ibirama para os indígenas e colonos em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1985.

FILMOGRAFIA

A LUTA dos camponeses. Documentário resultado do projeto de pesquisa *Expropriados pelo AHE Serra do Facão – Rio São Marcos: uma trajetória de incertezas*, coordenação de Helena Angélica de Mesquita e outros professores do curso de Geografia CAC/UFG, 2004. Resumo: Registra a resistência da população local à construção da Usina Hidrelétrica Serra do Facão, liderada pelo movimento dos atingidos por barragem – MAB. Depoimento dos afetados, da igreja local e de representantes da OAB.

BATALHAS pelo Patrimônio: batalhas pela história. Direção de José Walter Nunes – UnB, patrocinado pela Fundação de Apoio à Pesquisa – FAP/DF, do IPHAN e do CNPq, 1999. Resumo: Documentário sobre o antigo acampamento operário e hoje uma das cidades do Distrito Federal – Paranoá, articula memória e experiência, em cujos depoimentos se revela uma outra história, na qual os personagens, excluídos sociais, emergem por meio de suas lembranças como patrimônio cultural do lugar.

CAFUNDÓ. Drama de 2005, Apoio Petrobrás, direção de Paulo Betti e Clóvis Bueno. Atores: Lázaro Ramos, Leandro Firmino da Hora, Alexandre Rodrigues, Francisco Cuoco, entre outros. Resumo: Enfoca a religiosidade brasileira, da expressão do mistério e do inexplicável. Versa sobre diferentes universos, linguagens, tradições e fatos históricos que compõem as raízes brasileiras, com seu sincretismo religioso e miscigenação de culturas.

CAPIM Branco I, II: patrimônio cultural e edificado. Prof. Roosevelt José Santos, 2005. Consórcio CCBE. Resumo: Registro das festas religiosas e profecias de práticas culturais populares especialmente da zona rural de Araguari e Uberlândia, além de histórias orais e depoimentos dos afetados pela construção da usina hidrelétrica.

CARETAS e Zambiapunga: vídeo documentário produzido pela TVE da Bahia em 2000. Resumo: Focaliza por meio da folia dos Zambiapunga (caretas) uma Bahia singular e plural, cujos grupos de doença e canto preserva uma tradição secular dos negros.

CINEMA nos Trilhos. Vídeo-documentário da série DocTVIII. Apoio: Fundação Vale, 2007. Resumo: O filme mostra a vida e a história ás margens da Estrada de Ferro Goiás, a partir de um trem conduzido por um antigo maquinista. Contempla a cidade de Ipameri.

CULTURA Popular. Vídeo documentário da aula magna de Ariano Suassuna na UnB, registrada pela TV Senado-2002. Resumo: Grande literato, teatrólogo e estudioso da cultura popular, Suassuna define a importância de nossas práticas, ressalta a criatividade do brasileiro, a riqueza e resistência de nossa identidade cultural.

FÉ. Documentário de Ricardo Dias, lançado em 1999 e em DVD em 2003. Recebeu na França o prêmio de melhor documentário no Festival de Biarritz, participou dos festivais de Havana e Amsterdã. Resumo: Ricardo Dias e sua equipe percorreu durante um ano e quatro meses diversos estados brasileiros, documentando as grandes festas religiosas, os cultos e seus diferentes rituais. Partindo do princípio de que a religião não é o "ópio do povo", o filme mostra a grande importância da religiosidade na grande parte da população brasileira.

FESTA de São Sebastião: comunidade de Anta Gorda – documentário produzido pela SEFAC, 2008. Resumo: Versando sobre a festa do Santo Padroeiro da região de Anta Gorda – (Catalão-GO) o vídeo registra não só a festa religiosa como também depoimentos dos moradores do lugar, o torneio de futebol dos times da vizinhança, o terço cantado, a cavalgada, a procissão, os leilões e as danças que atravessavam a noite

FOI Assim que Ouvi Contar. Direção de Flávio Henrique Citton Pasqua, 2009. Pesquisa Cairo Mohamad Ibrahim Katrib. Resumo: Registro da memória e da História da Festa do Rosário de Catalão, uma das mais importantes do estado de Goiás, como forma de resguardar a cultura popular e a identidade negra da região estudada.

HÁBITOS Alimentares da Perspectiva da Geografia os sabores em Guarani de Goiás. 2008. Lisandra Lavoura Carvalho Passos-UFG. Resumo: Registra os hábitos alimentares do lugar e as influências de instituições públicas como SESC/EMATER que, em suas visitas às cidades, ensinou o aproveitamento e a reciclagem dos alimentos. Tal fato, sem dúvida, altera e transforma o fazer, as práticas e os sabores da região.

HONRADOS Amaros Benditos: documentário produzido em 2005. Produzido pelo Instituto Fala Negra e Afro-descendência/MEC/Fundação Cultural Palmares. Direção: Tânia Arraya. Resumo: Versa sobre a história dos negros em Paracatu, focando nas *Caretas*, grupo de folia que mantém através da dança, canto e do seu ritual a sua identidade cultural.

JONGOS, Calangos e Folias. Música negra, memória e poesia. Documentário produzido por Martha Abreu e Hebe Matos-UFF, Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) e NUPEHC – Núcleo de pesquisa em História cultural-2007. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/jongos/acervo>. Resumo: A partir da memória e história dos descendentes da última geração de escravos do Rio de Janeiro, o filme apresenta a relação entre patrimônio cultural e a luta política por uma identidade negra.

MESA Brasileira: tropas, boiadas / Goiás. Direção de Ricardo Miranda – TV Cultura, 2004. Resumo: De uma série de vinte documentários, selecionamos este que registra práticas culturais populares ligados aos hábitos alimentares de Goiás. Neste viés, História, memória e preservação do patrimônio cultural se cruzam no sentido mesmo de identificação das raízes culturais de regiões de Goiás.

NARRADORES de Javé: Dirigido por Eliane Caffé, lançado em 2003 e com José Dumont, Matheus Nachtergaele, Nélson Dantas, Gero Camilo e Nélson Xavier, entre outros no elenco. Recebeu vários prêmios. Resumo: Javé é um povoado do interior baiano condenado ao desaparecimento pela construção de uma usina hidrelétrica, cujas águas inundaram o lugar. Abre um leque para uma discussão sobre os diversos significados da represa na vida das pessoas por ela afetadas.

NORTH Forth: filme de 2003, produzido pela Paramount Pictures. EUA – Minnessota. Drama de Michael Polish, estrelado por James Woods, Nick Nolte. Resumo: Em 1955 a construção de uma hidrelétrica vai inundar Norfolk, mas um pastor constrói uma arca e fica a espera das águas com sua família e uma criança doente.

NOSSA História, Nosso Patrimônio: vila planalto, metropolitana, núcleo bandeirante. Direção e pesquisa: José Walter Nunes – UnB – Patrocínio Fundação de Apoio à Pesquisa FAP/DF – IPHAN/CNPq, 2000. Resumo: Ampliando a nação de patrimônio cultural em Brasília, traz à

cena novos personagens, homens e mulheres comuns, anônimos que se revelam também sujeitos de história urbana, significados próprios de acordo com suas experiências de vida.

NOSSA Terra, Nossa Gente. Homenagem aos 43 anos da cidade de Davinópolis. Resumo: Vídeo-documentário produzido pela gestão 2005-2008 em comemoração aos 43 anos da cidade de Davinópolis-GO.

O CONGADO em Uberlândia. Coleção Cultura Popular do Projeto Encantar, Patrocínio CTBC/Algar. Resumo: A partir da narração de Jeremias Brasileiro, o documentário registra a festa da congada em Uberlândia, os seus diversos termos de folia e sua importância enquanto manifestação cultural da negritude e de sua identidade social na cidade.

O ENTORNO que Transborda – Projeto Patrimonial Imaterial da RIDE. Região integrada de Desenvolvimento Federal e entorno. Vídeo documentário produzido pela universidade Pontifica Católica de Goiás – PUC-Goiás, com patrocínio da Petrobrás, coordenação da professora Thereza Ferraz Negrão de Mello, 2006. Resumo: Registra festas sagradas e profanas do entorno de Brasília, cujos sujeitos sociais depõem sobre a importância de suas práticas culturais para suas experiências de vida e sua identidade cultural.

O PROFETA das Águas: documentário dirigido por Leopoldo Nunes, lançado em 2007, ganhou vários prêmios. Resumo: A história de Aparecido Goldino Jacinto, líder de um movimento messiânico, conhecido como Profeta das Águas, que liderou os fiéis contra a construção da usina hidrelétrica de Ilha Solteira. Seu movimento foi reprimido pelo regime militar e sey líder preso como subversivo.

TRILHOS do Brasil. Programa de TV que mostra a cultura e os costumes de nossa gente brasileira, mais especificamente do povo goiano. Contempla a cidade de Ipameri-GO.

XIV FESTA do Carro de Boi de Vazante-MG. Documentário produzido pela Associação Cultural de Vazante – ASCAVA/Emater – 2003. Resumo: A festa movimenta a (re)significa uma das mais antigas atividades do trabalho rural em uma prática cultural popular, tornando possível reviver sociabilidades e memórias de um tempo que não mais existe. Já está na 20ª versão.